



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SANDRA JUNG DE MATTOS

TRABALHOS DE AGULHA E PRENDAS DOMÉSTICAS: EDUCAÇÃO
FEMININA MATO-GROSSENSE (1889 - 1910)

CUIABÁ - MT
2018

SANDRA JUNG DE MATTOS

**TRABALHOS DE AGULHA E PRENDAS DOMÉSTICAS: EDUCAÇÃO
FEMININA MATO-GROSSENSE (1889 - 1910)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Memória. Linha de Pesquisa: Cultura, Memória e Teorias em Educação. Grupo de Pesquisa: Estudos em História da Educação, Instituições e Gênero.

Orientadora: Prof^a. Dra. Nilce Vieira Campos Ferreira.

**CUIABÁ - MT
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

M444t Mattos, Sandra Jung de.
TRABALHOS DE AGULHA E PRENDAS DOMÉSTICAS:
EDUCAÇÃO FEMININA MATO-GROSSENSE (1889 - 1910) /
Sandra Jung de Mattos. -- 2018
123 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Nilce Vieira Campos Ferreira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso,
Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Cuiabá, 2018.
Inclui bibliografia.

1. História da Educação feminina. Escolarização das Mulheres.
Instrução Pública Feminina. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : 3615-8431/3615-8429 - Email : secppge@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "Trabalhos de agulha e prendas domésticas: educação feminina mato-grossense (1889 - 1910)"

AUTORA: Mestranda Sandra Jung de Mattos

Dissertação defendida e aprovada em 26 de março de 2018.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientadora Doutora Nilce Vieira Campos Ferreira
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinadora Interna Doutora Márcia dos Santos Ferreira
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Interno Doutor Fernando Tadeu de Miranda Borges
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Externo Doutor Carlos Edinei de Oliveira
Instituição: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/UNEMAT

Examinadora Suplente Doutora Sílvia Maria dos Santos Stering
Instituição: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO/IFMT

CUIABÁ, 26/03/2018.

A Deus, pela essência da vida e por suprir todas as minhas necessidades. Pelo dom da fé que me impulsiona a amar e acreditar nas pessoas, independentemente das diferenças individuais.

Às mulheres e homens que permeiam a minha vida, que me fazem evoluir e me construir como gente.

Com Ele, elas e eles sigo, pois, o caminho não acaba aqui, recomeça, se constrói e reconstrói a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram para a execução deste projeto investigativo e estiveram presentes. A essas nobres pessoas, meu eterno agradecimento. Destaco algumas pessoas que com sua alma e seu coração percorreram comigo o árduo caminho para que eu pudesse finalizar e chegar ao propósito desejado.

Ao meu pai Osmar Jung e a minha a minha mãe Luiza Jung. Ela, fortaleza de mulher, sempre presente com seu amor e carinho. Com ela aprendi a amar os livros, lembro-me bem das noites, à luz de uma lamparina a ler "uma historinha", a ela minha eterna gratidão. Ele, homem íntegro, honesto e trabalhador, "quieto a pensar". Com ele aprendi a não ter medo e a enfrentar os desafios. Ambos cintilam amor e cuidado para com os seus e para aqueles que vêm a fazer parte. O amor dela e dele me fez e faz seguir em frente.

Ao meu esposo Fabio Cezar de Mattos, por renunciar seus desejos e ficar ao meu lado, para que eu pudesse estar onde estou, pelas palavras "certeiras" que me impulsionaram a seguir e manter firme o propósito de terminar mais esta etapa.

Aos meus filhos Felipe Jung de Mattos e Rafael Jung de Mattos, pelo abraço e carinho de todos os dias, que fortaleceram o meu desejo de continuar. Com eles aprendi a ser mãe, compreendi que a vida é feita de tempos e a cada tempo há uma renúncia, uma nova forma de amar e querer.

Aos meus irmãos Jairo Jung, Jair Jung, Jonatas Jung e Wesley Willian Jung, cunhadas, cunhados, sobrinhos e sobrinhas que mesmo distantes fizeram parte, contribuindo no "pare e pense, ordem nos pensamentos".

A minha sogra Vera Regina Gomes, que sempre incentivou e esteve presente com seu apoio e estímulo.

A Professora Doutora Nilce Vieira Campos Ferreira, orientadora desta dissertação, participou da gestação e me orientou no parto, para obtenção do título de Mestre. Colocou-me sob sua tutela para mergulhar no mundo extraordinário da Ciência. Com suas orientações, não me deixou descansar e me desafiou a "ler, estudar, escrever, sem parar nunca", este é o bordão do fazer sempre. Sem ela não conseguiria. Sou grata pelos seus ensinamentos, seu carinho e amor na modelagem deste trabalho e pela oportunidade de construir relações que só nos fazem bem.

A querida colega, logo amiga, Professora Mestra Vera Lúcia Bertoline, que me acolheu no espaço profissional da Universidade. Sua ousadia, força, determinação e luta em

prol das mulheres e de uma sociedade mais digna e justa, levou-me a vislumbrar e buscar respostas para as inquietações existenciais.

As colegas de mestrado, companheiras e amigas Cleicinéia Oliveira de Souza, Yésica Paola Montes Geles, Fernanda Batista do Prado e Ana Heloiza Faria Pereira (*in memorian*) pelo carinho, companhia e pelas valiosas contribuições para entrar no mestrado e continuar a caminhada até o fim desta etapa.

As ajudadoras, colegas de ofício, Thais Priscila Marques e Daniella Jesus Fialho de Arruda do PIBIC/UFMT, que percorreram comigo o caminho do fazer científico, na busca de documentos e do aprender a fazer pesquisa.

Às amigas Sílvia Maria dos Santos Stering, Jane Cassia Barbosa, Marilu Marqueto Rodrigues e Rosemary da Luz que se juntaram a nós para contribuir na visibilidade da Educação Feminina mato-grossense. Vocês me inspiram pela alegria e amor que demonstram na superação dos desafios do fazer científico.

As companheiras, companheiros e camaradas do Grupo de Pesquisa e Estudos em História da Educação, Instituições e Gênero – GPHEG, do Centro de Memória Viva do Instituto de Educação – CMV/IE/UFMT, da Linha de Pesquisa Cultura, Memória e Teorias em Educação. Em nome de Bruna de Oliveira Santos, sou grata pelas horas de estudo, leituras e discussões, pelo convívio e amizade. Com vocês aprendo a me construir e reconstruir, a respeitar e conviver com as diferenças.

Aos funcionários e colaboradores do Arquivo Público em Mato Grosso, em nome do servidor Waltemberg de Sousa Santos, pela presteza e preocupação com as pesquisadoras e pesquisadores na busca das fontes documentais.

Às colaboradoras e colaboradores do Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, em nome da servidora Luiza Teixeira Santos, pelas orientações na formalidade do processo.

Às professoras e professores, técnicas e técnicos administrativos da Universidade Federal de Mato Grosso, que nestes dois anos contribuíram para o meu desenvolvimento na jornada intelectual. Que lutam e percorrem o fazer do ensino, pesquisa e extensão em prol de uma Universidade que de fato possa fazer a diferença social, política e econômica.

Aos colegas, amigas e amigos de trabalho da Pró-reitoria de Cultura, Extensão e Vivência, por entenderem as minhas angústias nos dias de estudo e elaboração do trabalho.

Aos colegas e amigos da Coordenação de Extensão Roberto Tadeu Fernandes de Figueiredo, João Batista Vieira Neto, Michelli Tunes Sampaio Porto, Edelk da Silva, Magna Ferreira Bach, João Marcos Souza Silva e João Henrique Evangelista Costa, pelas

colaborações e incentivo, companheirismo e horas de conversa, conseguiram aliviar minhas angústias, foram essenciais no percurso deste caminho.

Às professoras e professores que aceitaram compor a banca examinadora do Mestrado em Educação: Professor Doutor Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT), que na finalização da pesquisa, estimulou na continuidade, com "termine, termine logo, isso é muito importante para sua carreira", o meu apreço e, muito obrigada. À Professora Doutora Márcia dos Santos Ferreira (UFMT), ao Professor Doutor Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT), à Professora Doutora Silvia dos Santos Stering (IFMT), meus agradecimentos pela leitura criteriosa, pelas sugestões e importantes contribuições para lapidação desta dissertação.

A impressão que eu tenho é de não ter envelhecido embora eu esteja instalada na velhice.
O tempo é irrealizável.
Provisoriamente, o tempo parou para mim.
Provisoriamente.
Mas eu não ignoro as ameaças que o futuro encerra, como também não ignoro que é o meu
passado que define a minha abertura para o futuro.
O meu passado é a referência que me projeta e que eu devo ultrapassar.
Portanto, ao meu passado eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades,
as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo.
Que espaço o meu passado deixa para minha liberdade hoje? Não sou escrava dele. O que eu
sempre quis foi comunicar da maneira mais direta o sabor da minha vida, unicamente o sabor
da minha vida.
Acho que eu consegui fazê-lo; vivi num mundo de homens guardando em mim o melhor da
minha feminilidade.
Não desejei nem desejo nada mais do que viver sem tempos mortos.

Trecho da Peça VIVER SEM TEMPOS MORTOS, inspirada na correspondência de Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, com Fernanda Montenegro.

RESUMO

Esta pesquisa tem a finalidade de discutir e compreender o processo histórico da organização da Educação Feminina em Mato Grosso no início do período republicano, 1889 a 1910. Insere-se no campo da História da Educação. Promovemos o mapeamento das escolas femininas destinadas ao ensino primário no estado. Temos como fontes de pesquisa a Constituição do Estado de Mato Grosso de 1891, Regulamento do Ensino Primário de Mato Grosso de 06 de junho de 1889, conhecida como Reforma Souza Bandeira promovida por Antônio Herculano Souza Bandeira, Decreto nº 10 de 07 de novembro de 1891 do Presidente do Estado Manuel José Murtinho, Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896 do Presidente do Estado Antônio Correa da Costa, Relatórios da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso dos anos de 1889 a 1910, Mensagens Presidenciais do Estado de Mato Grosso dos anos de 1889 a 1910. Estabelecemos como categorias de análises: Leis e Regulamentos da Instrução Pública; Organização da Instrução primária; Normas e Regulamentos para a Escolarização Feminina. Procuramos responder: Como se organizou a educação feminina? Quais e quantas eram as escolas femininas no estado mato-grossense no período de 1889 a 1910? E onde estavam localizadas? Para fundamentar a pesquisa da História da Educação Feminina e das mulheres estabelecemos diálogo com autoras como Guacira Lopes Louro (1987, 2014, 2015), Jane Soares de Almeida (1998, 2004, 2014), Michelle Perrot (2005, 2006, 2015). Com autores e autoras: Cynthia Greive Veiga (2007), Otaiza Oliveira Romanelli (1986), Diana Vidal e Luciano Faria Filho (2005) e Dermeval Saviani (2004), percorremos a História da Educação do Brasil. Com Nicanor Palhares Sá e Elizabeth Figueiredo de Sá (2006, 2011), Gervásio Leite (1971), Virgílio Corrêa Filho (2002), Humberto Marcílio (1963) e Rubens de Mendonça (1982), nos ajudaram a trilhar os caminhos da educação mato-grossense. Rosa Fátima de Souza (1998) e Paulo Nosella e Ester Buffa (2009), cursamos as instituições escolares. Os autores Marc Bloch (2002), José D'Assunção Barros (2010), Lucien Febvre (1989), Peter Burke (1992, 1997), Carlo Ginzburg (1989), Jacques Le Goff (1990), entre outras e outros, contribuíram para a compreensão e ordenamento do percurso histórico e metodológico da investigação. Com as fontes primárias percorremos um delicado caminho, o que nos permite afirmar que mesmo com as mudanças que a República brasileira propôs para a Instrução Pública, em Mato Grosso, para a educação feminina perpetuava-se um conjunto de valores que vinculavam a formação das mulheres a princípios como: submissão da mulher aos pais, maridos e familiares, atribuindo-lhe a missão de administradora e cuidadora do lar, de educadora das crianças e responsável pelos afazeres domésticos. Cabe ainda ressaltar que em Mato Grosso poucas eram as escolas femininas se comparado às masculinas, o que impedia o acesso da mulher à escolarização no período.

Palavras-chave: História da Educação feminina. Escolarização das Mulheres. Instrução Pública Feminina.

ABSTRACT

This study has the objective of discussing and understanding the historic process of the organization of Female Education in the state of Mato Grosso at the beginning of the republican era, 1889 to 1910. It includes itself in the field of History of Education. We promote the mapping of female elementary schools in the state. We used as sources the Constitution of the State of Mato Grosso of 1891, Regulations of Elementary Education in Mato Grosso June 6, 1889, known as the Souza Bandeira Reform, promoted by Antônio Herculano Souza Bandeira, Decree nº 10 de November 07, 1891 by State President Manuel José Murtinho, Decree nº 68 June 20, 1896 by State President Antônio Correa da Costa, Reports of the Board of Directors about Public Instruction in the State of Mato Grosso from 1889 to 1910, and Messages by the President of the State of Mato Grosso from 1889 to 1910. We established as areas of analysis: Laws and Regulations of Public Instruction, Organization of elementary Instruction and Norms and Regulations for Female Schooling. We sought to answer: How was female education organized? Which and how many female schools were in Mato Grosso during the period from 1889 to 1910? Where were they located? To establish a research base in the History of Female Education and of women, we established a dialogue with authors such as Guacira Lopes Louro (1987, 2014, 2015), Jane Soares de Almeida (1998, 2004, 2014), Michelle Perrot (2005, 2006, 2015). With authors Cynthia Greive Veiga (2007), Otaiza Oliveira Romanelli (1986), Diana Vidal and Luciano Faria Filho (2005) and Dermeval Saviani (2004) we traveled the History of Education in Brazil; Nicanor Palhares Sá and Elizabeth Figueiredo de Sá (2006, 2011), Gervásio Leite (1971), Virgílio Corrêa Filho (2002), Humberto Marcílio (1963) and Rubens de Mendonça (1982), helped us hike the trails of education in Mato Grosso. With Rosa Fátima de Souza (1998) and Paulo Nosella and Ester Buffa (2009), we attended to school institutions. The authors Marc Bloch (2002), José D'Assunção Barros (2010), Lucien Febvre (1989), Peter Burke (1992, 1997), Carlo Ginzburg (1989), and Jacques Le Goff (1990) among others contributed to the understanding and planning of the historic path and investigative methodology. With the primary sources we walked a delicate path that permitted to affirm that even with the changes that the Brazilian Republic proposed for Public Instruction, in Mato Grosso perpetuated for the female education a set of values that attached the formation of women to principles like: submission of woman to parents, husbands and relatives, ascribing to them the mission of managing and caring for the home. The formation was related to the care of the family, education of children and domestic work. It also should be noted that in Mato Grosso there were few female schools compared to male schools. This fact caused the exclusion of women from schooling during the period.

Keywords: History of Female Education, Schooling of Women, Female Public Instruction.

LISTA DE ABREVIATURAS

APMT	Arquivo Público de Mato Grosso
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BDB	Biblioteca Digital Brasileira
CMV	Centro de Memória Viva
FINEP	Financiadora de Estudos e Pesquisas
GPHEG	Grupo de Pesquisa e Estudos em História da Educação, Instituições e Gênero
GEM	Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória da Universidade Federal de Mato Grosso
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IE	Instituto de Educação
IMPL	Instituto Memória do Poder Legislativo de Mato Grosso
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional da Universidade Federal de Mato Grosso
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Divisão Territorial de Mato Grosso 1889	35
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dissertações e teses Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.....	24
Quadro 2: Dissertações e teses Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD do Instituto Brasileiro da Informação em Ciência e Tecnologia	26
Quadro 3: Municípios Mato-grossenses	36
Quadro 4: Professores e Professoras do Ensino Primário mato-grossense.	74
Quadro 5: Escolas e alunos no ano de 1889 das escolas primárias	86
Quadro 6: Escolas do sexo feminino de 1889	86
Quadro 7: Escolas e alunos no ano de 1890 das escolas primárias	87
Quadro 8: Escolas e alunos no ano de 1891 das escolas primárias	88
Quadro 9: Escolas e alunos no ano de 1892 das escolas primárias	88
Quadro 10: Instrução secundária mato-grossense	89
Quadro 11: Escolas e alunos no ano de 1893 das escolas primárias	90
Quadro 12: Escolas do sexo feminino de 1893	90
Quadro 13: Escolas e alunos no ano de 1894	92
Quadro 14: Instrução secundária mato-grossense de 1894	92
Quadro 15: Escolas do sexo feminino de 1894	93
Quadro 16: Escolas e alunos no ano de 1896	94
Quadro 17: Instrução secundária mato-grossense de 1896	95
Quadro 18: Escolas do sexo feminino de 1896	95
Quadro 19: Escolas e alunos no ano de 1897	97
Quadro 20: Escolas do sexo feminino de 1897	98
Quadro 21: Escolas e alunos no ano de 1899	99
Quadro 22: Escolas do sexo feminino de 1899	99
Quadro 23: Escolas do sexo feminino de 1902	102
Quadro 24: Escolas do sexo feminino de 1907	104
Quadro 25: Escolas do sexo feminino de 1908	106

Quadro 26: Escolas e alunos no ano de 1910	107
Quadro 27: Escolas do sexo feminino de 1910	108
Quadro 28: Formação de meninas e meninos do Ensino Primário	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Por entre as Fontes: Caminhos da Instrução Pública em Mato Grosso	23
Meandros do Percorso Metodológico.....	29
CAPÍTULO I.....	34
PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO: A MIRAGEM DA INSTRUÇÃO	34
1.1 Instrução Pública nas escolas mato-grossenses: Precariedade e Abandono	39
1.2 A Reforma da Instrução Pública de 07 de junho de 1889: Ensino Primário em Mato Grosso	41
1.3 Escolas Femininas mato-grossenses: Trabalhos de Agulhas e Prendas Domésticas	49
CAPÍTULO II.....	60
INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS ESCOLARES: EDUCAÇÃO FEMININA MATO-GROSSENSE.....	60
2.2 Entre o espaço Público e Privado: entre linhas e agulhas.....	67
2.3 Mulheres na regência de classes do ensino primário	72
2.4 Culpadas pela “decadência” do Ensino Primário Público	77
CAPÍTULO III	81
INSTITUIÇÕES ESCOLARES FEMININAS EM MATO GROSSO	81
3.1 De 1889 a 1893: instituições femininas mato-grossenses	85
3.2 As escolas femininas no período de 1894 a 1900	91
3.3 Nos rastros da primeira década do século XX: escolas femininas de 1901 a 1910	101
CONSIDERAÇÕES	112
FONTES E REFERÊNCIAS.....	115

INTRODUÇÃO

Ler, escrever, descrever, contar, interagir o presente, com o passado e futuro fez com que esta investigação se construísse em uma narrativa escrita, sistematizada para que os registros aqui relatados perpassassem a história da educação feminina através dos anos.

Lucien Febvre (1989) surgiu para nós, no percorrer da investigação, com a definição de um fazer histórico como um trabalho artesanal na busca por matéria prima que possa compor a escrita da história que se quer narrar, na busca do processo de criação para moldar o próprio campo de investigação, para que no desfecho da narrativa que se tece possa nascer uma obra com uma forma peculiar de fazer história.

E como tantos outros, o pequeno artesão científico que todos nós somos, que nós amamos até nas suas taras e nas manias, o pequeno artesão que faz por si mesmo todas as coisas e cria ele próprio a sua utensilagem, o seu campo de experiência, os seus programas de investigação – vai juntar-se ao passado a tantas belezas mortas. Mas uma outra beleza se desenha sobre a terra. (FEBVRE, 1989, pg. 25).

Como artesã, na constante "caça" dos artefatos que pudessem compor essa investigação que se entrelaça aos modos de vida do cotidiano, o processo de investigação se deu permeado por escolhas, nem sempre acertadas, mas que proporcionaram trilhar um caminho fértil repleto de contradições, de equívocos e de acertos em busca do objeto de estudo.

Caminhando pela pesquisa, superamos desafios ao conciliar o exercício da profissão com a investigação e o curso de Mestrado. Profissão e trabalho, no exercício da função de Pedagoga na Universidade Federal de Mato Grosso, acrescido ao exercício do cargo de Coordenadora de Extensão, o que nos tem proporcionado inúmeras experiências, igualmente importantes para o processo educacional no qual estamos inseridos. Muito esforço e dedicação foi requerido para cumprir os propósitos de ambos.

Apesar das dificuldades impostas pelo cotidiano, alcançamos notório e significativo saber e sobre a educação, com a participação e interação com o saber formal e informal, no intuito de saber fazer, agir, ser e fazer a diferença. Adquirimos experiência com leituras e estudos, verificamos significativo crescimento caracterizado pela busca constante de conhecimento rumo à superação pessoal e profissional.

Ser profissional da educação, quer seja docente e/ou técnico da área de educação, inclui compreender a necessidade e o dever de desempenhar um papel dinâmico no processo

de formação que não termina na graduação. Por acreditar que as pessoas se transformam e com ela a sociedade, trabalhamos em prol do desenvolvimento profissional e por consequência também do pessoal. Entre um e outro, buscamos oportunidades que possam ajudar na qualificação profissional, ampliando os olhares sobre o processo educacional e a formação de pessoas.

Entre idas e vindas, o ingresso no Grupo de Pesquisa e Estudos em História da Educação, Instituições e Gênero – GPHEG, na Linha de Pesquisa Cultura, Memória e Teorias em Educação, no qual os relacionamentos se alargaram, e por consequência, participamos da organização de vários seminários e eventos no espaço acadêmico, envolvendo a temática da educação feminina, instituições escolares, História da Educação, além de tantos outros que permeiam o processo investigativo e que aguçaram o paladar rumo ao objeto desta investigação: a educação das mulheres em Mato Grosso no início da República.

O encontro com o tema proposto se deu na participação como aluna especial no Seminário Avançado I e II que abordava tópicos da História da Educação. Nessa participação, pudemos discutir várias noções acerca da História da Educação e do processo de fazer e se construir a pesquisa. A falta de registro histórico sobre a educação feminina, trouxe-nos a inquietação, principalmente porque o tema mulher e/ou mulheres nos faz militar por uma causa na qual ainda temos muito a conquistar, que é o registro da história da escolarização das mulheres, das instituições escolares femininas e das práticas educativas que as permearam.

Para superar essa inquietação, buscamos reflexões e possibilidades teóricas que pudessem fundamentar as ações do processo investigativo, educativo e de militância no estudo da História da Educação das Mulheres em Mato Grosso.

O interesse pelo objeto surgiu da constatação de que, ainda que várias pesquisas tenham sido desenvolvidas a respeito da educação primária mato-grossense, não houve foco especificamente na educação feminina e nas escolas femininas de Mato Grosso, evidenciando ser pertinente realizar o processo investigativo em relação ao tema proposto.

O gosto e a curiosidade geraram uma viagem com a finalidade de buscar no passado artefatos que pudessem (ou possam) construir e reconstruir o percurso histórico da educação feminina diferente das cenas do presente e da experiência já construída. Dessa forma, pesquisar esse objeto de estudo, proporcionou oportunidades de escrever a historiografia relacionada a educação feminina e a história da escolarização das mulheres em Mato Grosso sob uma análise historiográfica, vinculada a uma história feita a partir de indícios percorridos sob olhares críticos, a partir da visibilidade das mulheres na História da Educação.

Elegemos o recorte temporal, delimitado entre os anos de 1889 a 1910 porque em 1889, ainda no período Imperial, com a autorização promulgada pela Lei nº 628 de 28 de junho de 1883, havia sido a Presidência do Legislativo autorizada a fazer as alterações no Regulamento da Instrução Pública de 1880. A partir dessa autorização, Antônio Herculano Souza Bandeira em 1889, ainda no Império, promoveu a organização da Instrução Pública em Mato Grosso. Essa organização seria modelo para as reformulações dos anos de 1891 e 1896, promovidas a partir do Decreto nº 10 de 7 de novembro de 1891 e do Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896. Finalizamos nossa pesquisa em 1910, pois naquele ano, entrou em vigor o Decreto nº 265 de 1910, instituída pela Lei nº 50 de 1908, esta Lei representou o princípio da instituição dos grupos escolares em Mato Grosso, o que daria novo formato à Instrução Pública mato-grossense.

Tivemos como objetivo geral investigar a constituição e organização da educação das mulheres em Mato Grosso no início da República, entre os anos de 1889 a 1910, período no qual ocorreram três importantes reformas da Instrução Pública, parte do projeto político e econômico dos ideais da República, de modo a compreender como as reformas da Instrução Pública interveio no processo de escolarização das mulheres mato-grossenses.

A primeira reforma que estudamos ocorreu a partir de 07 de junho de 1889 com a publicação do Regulamento do Ensino Primário da Província de Matto Grosso, baixado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Herculano de Souza Bandeira. Souza Bandeira (1889) estabeleceu um novo sistema de ensino no estado. Entre outras ações educacionais, reformulou os órgãos administrativos da Província e criou o Externato do Sexo Feminino com a finalidade de preparar professoras para o ensino primário e delegou as mulheres a prioridade da Instrução Pública primária.

A segunda reforma analisada deu-se com a promulgação do Decreto nº 10 de 7 de novembro de 1891 pelo Presidente do Estado de Mato Grosso, Manoel José Murtinho, que estabeleceu um novo regulamento para a Instrução Pública mato-grossense. Em relação ao Regulamento do Ensino Primário da Província de Matto Grosso de Souza Bandeira, o Decreto nº 10 de 1891 estabeleceu que a organização do ensino seria primário e secundário de caráter laico, gratuito e público. O ensino primário seria ministrado em escolas criadas em diversas localidades do Estado e o secundário seria no Liceu da Capital.

O Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896, promulgado por Antônio Corrêa da Costa, Presidente do Estado de Mato Grosso, organizou o ensino primário em escolas elementares e complementares e estabeleceu um programa diversificado de ensino a partir do método de ensino intuitivo.

O Regulamento, promulgado por Souza Bandeira em 1889, o Decreto nº 10 de 1891, publicado por Murtinho e o Decreto nº 68 de 1896, promulgado por Corrêa da Costa estabeleceram normas para a educação feminina, mas perpetuaram o que já estava posto anteriormente: as meninas poderiam frequentar as escolas femininas, contudo, o ensino a elas ministrado seguiria o programa de disciplinas proposto para a educação pelos regulamentos. No ensino primário aprenderiam as primeiras letras, ler, escrever e os conteúdos matemáticos, incluindo sistema métrico decimal, acrescido de trabalho de agulhas e prendas domésticas. No ensino secundário, as aulas seriam ministradas no Liceu Cuiabano, na Capital do estado - Cuiabá, para ambos os sexos e organizado em Curso Normal e Preparatório¹.

Procurando alcançar nossos objetivos, ao mesmo tempo que buscávamos comprovar ou refutar nossas hipóteses, as fontes documentais e bibliográficas foram coletadas no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), Instituto Memória do Poder Legislativo (IMPL) do Estado de Mato Grosso, banco de dados de documentação virtual: Acervo Digital do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória da Universidade Federal de Mato Grosso – GEM, Hemeroteca da Biblioteca Nacional e *Center for Research Libraries*.

Nesses locais foi possível reunir relatórios de Instrução Pública, mensagens presidenciais do Estado de Mato Grosso e do Brasil, Leis e Decretos, Livro Ata e jornais, registros importantes para evidenciar e nos levar ao encontro dos objetivos propostos e propiciar respostas para as perguntas da investigação.

A nossa investigação é, portanto, bibliográfica e documental. Compreendemos que ao procedermos a uma análise documental, devemos avaliar as particularidades de cada documento, isto é, até mesmo ponderarmos aqueles que seriam desnecessários e irrelevantes para a investigação e análise, trariam indícios primordiais para a pesquisa.

Temos como objetivos específicos: a) contextualizar a organização da Instrução Pública mato-grossense nos anos de 1889 a 1910; b) analisar a formação e organização dos processos de escolarização ofertados às mulheres no período em estudo; b) mapear as escolas de formação feminina existentes no estado mato-grossense no início da República brasileira.

Os documentos são peças importantes na composição da investigação. Marc Bloch dizia que, "documentos são vestígios" que devemos saber interrogar. Ou seja, é "a pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado". (BLOCH, 2002, p. 5). Boas perguntas levam a novas

¹ O ensino secundário funcionava no Liceu da Capital. Era organizado em Curso Normal destinado para aqueles que quisessem ingressar na carreira do magistério e curso preparatório para os candidatos aos cursos superiores. (MATO GROSSO, 1891).

formas de interpretação da história e geram novos significados condicionados ao objeto da pesquisa.

Desse modo, procuramos responder: como se organizou a educação feminina no estado de Mato Grosso? Quais, quantas, onde e como se encontravam as escolas femininas no estado de Mato Grosso no período de 1889 a 1910?

Levantamos como hipótese que as instituições escolares para a educação feminina eram quase inexistentes no estado e que as práticas educativas incluíam e consagravam uma formação que delegava à mulher determinadas atitudes e ações. Perpassavam os espaços educativos ritos e práticas sociais que delegavam às mulheres a responsabilidade pela harmonia do lar, pela higiene dos ambientes e educação de suas filhas e filhos. Caso moças e mulheres lograssem sair do espaço privado, de seus lares para ocuparem postos de trabalho, era lhes permitido quando muito a atuação na docência ou em atividades que implicassem o cuidado com as pessoas, a exemplo, a atuação nas áreas de saúde.

Nessa concepção, no decorrer de nossa pesquisa, estabelecemos um diálogo com Jacques Le Goff (1990) que descreveu o processo historiográfico como uma interação com o passado e o presente, uma procura do passado para alimentar o presente e o futuro, como processo de libertação e não de escravização das pessoas, cabendo à historiografia "esclarecer o presente; o passado é atingido a partir do presente" (LE GOFF, 1990, p. 9). Para esse autor, nos caminhos da história tradicional, pesquisadoras e pesquisadores verificavam nos documentos apenas o essencial para se escrever uma história sem, contudo, aprofundar-se no contexto, nos fatos, nos indícios que permeavam os acontecimentos, o que acabava por reduzir os documentos a simples textos a serem lidos sem as necessárias interpretações.

Le Goff defendia que os documentos deveriam ser compreendidos a partir de uma "tomada de consciência da construção do fato histórico" (LE GOFF, 1990, p. 7), pois os documentos podem trazer à luz, histórias do passado até então desconhecido, permitindo-nos desmascarar e denunciar o que porventura foi alterado ou falsificado.

A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento, lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico. Mas esta constatação não deve desembocar num ceticismo de fundo a propósito da objetividade histórica e num abandono da noção de verdade em história; pelo contrário, os contínuos êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história permitem um relativo otimismo a esse respeito. (LE GOFF, 1990, p. 7).

A seriedade na construção dos fatos históricos e de considerar documentos consiste, por assim dizer, em trazer à vida o que foi esquecido pela história. Busca-se decifrar nos documentos acontecimentos que foram abandonados pela historiadores, é trazer a vida o que estava aprisionado nos documentos, elucidando a atuação humana na escrita da história. Para Le Goff (1990), a imaginação tornaria o passado concreto. (LE GOFF, 1990).

Marc Bloch também entendia a História como "um esforço para o conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento". (BLOCH, 2002, p. 41). Segundo Bloch, podemos compreender que os caminhos da História se fazem e se refazem em um processo contínuo de integração e movimento. Assim, a História não é a ciência do passado, mas uma ciência dos homens, dos homens no tempo, uma vez que os homens são e se constituem em objeto da história. Conhecer o passado nos compromete com as ações do tempo presente, pois "a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete, no presente, a própria ação". (BLOCH, 2002, p. 46).

O objeto da história é por natureza o homem. Melhor: os homens. Mais que o singular, favorável abstração, convém a uma ciência da diversidade plural, que é o modo gramatical da relatividade. Por detrás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exatamente os homens que a história pretende apreender. (BLOCH, 2002, p. 40).

Compreendemos, portanto, que a história se faz muito além de espaços, tempos e lugares. Essa compreensão nos motiva a encontrar respostas para questionamentos que nos desafiaram para investigação do passado. Encontrando fundamentos nas concepções de Jacques Le Goff (1990), de Marc Bloch (2002) e estabelecendo diálogo com Lucien Febvre (1989), encontramos que a "História é a ciência do Homem, do passado humano. E não de modo nenhum, ciências das coisas ou dos conceitos". (FEBVRE, 1989, p. 23).

Podemos então, avaliar que documentos elaborados, mesmo distantes dos verdadeiros autores, ainda assim trazem consigo a essência humana, pois "as próprias palavras que as formam estão cheias de substâncias humanas". (FEBVRE, 1989, p. 24). Isto é, mesmo ancorados no tempo cronológico dos acontecimentos, percebemos que o tempo se encontra em constante processo de mudança. As interrogações que fazemos permitem encontrar homens e mulheres que viveram tecendo suas próprias histórias, uma história que se transforma e se processa de forma diferente para cada pessoa, em lugares e tempos diversos.

Muito embora "às vezes, a impressão que tenho é que a maioria das pessoas não está preocupada com o passado, mas apenas com um eterno futuro, que também parece nunca vir

e, por isso, trate a história de forma tão superficial e pouco contraditória”, como dito por Fernando Tadeu de Miranda Borges (2005, p. 194), compreendemos a relevância deste estudo, pois pouco ainda é dito sobre a escolarização a que estiveram sujeitas as mulheres.

Averiguamos que são escassos os registros históricos a respeito da educação feminina no estado de Mato Grosso, o que nos remete a uma exclusão de análises investigativas da presença das mulheres, das instituições escolares, e conseqüentemente, dos processos de escolarização a que estiveram sujeitas e das quais foram egressas. Essa quase inexistência de estudos cuja "invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas". (PERROT, 2015, p. 17).

Por entre as Fontes: Caminhos da Instrução Pública em Mato Grosso

O percurso de indagar e analisar o processo da educação feminina mato-grossense na documentação coletada se mostrou um tanto complexa. Na euforia, no princípio do mestrado, cada documento que falava sobre Instrução Pública e Educação Feminina era o auge de nossa busca, material perfeito para compor nosso objeto.

Com entusiasmo, percorremos o acervo do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); o Instituto Memória do Poder Legislativo (IMPL) do Estado de Mato Grosso; o Arquivo da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC-MT); o acervo da Casa Barão do Melgaço e o acervo do Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional (NDIHR/UFMT).

O banco de dados com documentação virtual: Acervo Digital do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória da Universidade Federal de Mato Grosso; a Hemeroteca da Biblioteca Nacional e o *Center for Research Libraries*² também foram consultados e tornaram possível reunir relatórios de Instrução Pública, mensagens presidenciais do estado de Mato Grosso e do Brasil, Leis e Decretos, Livro Ata e jornais, e outros registros importantes que pudessem evidenciar e nos levar ao encontro dos objetivos propostos na investigação.

De posse desta documentação, iniciamos o processo de análise, com a preocupação de refazer, construir e reconstituir os caminhos da Instrução Pública mato-grossense, sempre com a intenção de buscar e identificar as escolas de Educação Feminina. A dificuldade de ler alguns dos manuscritos nos levou a dedicar bastante tempo em sua decodificação para que

² <http://www-apps.crl.edu/brazil>

nossa investigação fosse realizada com o máximo de cautela e atenção para a análise completa do documento.

Abrangemos como Carlo Ginzburg (1989, p. 144) que "é necessário examinar os pormenores" para realizar o trabalho de análise das fontes, é indispensável um olhar minucioso, atento a cada detalhe, pois poderão revelar particularidades de indivíduos e trajetórias da realidade cotidiana. O mapeamento dessas pesquisas também nos remete ao fato de que "para empreender uma análise intensiva das fontes, o historiador deve estar atento a tudo, sobretudo aos pequenos detalhes". Ou seja, em diversas oportunidades trabalhamos a realidade cotidiana, as trajetórias individuais, nas quais "os autores sociais revelam-se em sua humanidade possível". (BARROS, 2010, p. 169).

Procedemos ao levantamento de produções científicas que abordaram o objeto de estudo. Encontramos poucas produções no âmbito acadêmico mato-grossense sobre o objeto de investigação proposto. Na coleta dessas fontes, identificamos que as produções encontradas se relacionam ao contexto histórico das reformas da Instrução Pública, quase todas referentes à educação primária.

Após o arrolamento das produções científicas, elaboramos um quadro dos artigos, dissertações e teses que mais se aproximavam ou que permeavam o contexto do objeto em questão, no entendimento que o diálogo com outras investigações se faz necessário para a compreensão do próprio objeto de pesquisa.

Ao percorrer as dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, depositadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e na Biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso, encontramos algumas obras de pesquisadores e pesquisadoras que julgamos importantes pela aproximação temporal ao nosso objeto de pesquisa.

Quadro 1: Dissertações e teses Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso

Ano	Título	Autor	Instituição	Tipo
1996	Mulheres Cuiabanas na Primeira República	Elizabeth Lannes Bernardes	UFMT	Dissertação
2002	Asilo Santa Rita de Cuiabá: releitura da práxis educativas femininas Católica (1890-1930)	Ivone Goulart Lopes	UFMT	Dissertação

2006	Professoras de Pena, Papel e Tinta: trabalho feminino entre representações e práticas de gênero em Mato Grosso (1870-1892)	Ilza Dias Paião	UFMT	Dissertação
------	--	-----------------	------	-------------

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Elizabeth Lannes Bernardes (1996) elaborou sua dissertação na perspectiva da História das Mentalidades e buscou recuperar o pensamento, ideais, lutas e conquistas das mulheres da elite cuiabana na Primeira República, usando como principal fonte a Revista A Violeta, organizada por um grupo de jovens normalistas da capital mato-grossense. Bernardes destacou que ao mesmo tempo no qual as mulheres defendiam o ideal de mulher moderna, procuravam difundir o papel da esposa, mãe e dona de casa e incentivavam a participação da mulher no espaço público, a frequência à escola, a participação nos bailes e saraus cuiabanos.

Ivone Goulart Lopes (2002), na dissertação Asilo Santa Rita de Cuiabá: releitura das *práxis* educativas femininas Católica (1890-1930), ressaltou a educação feminina da época, pela ação de congregações religiosas na sociedade mato-grossense, período de grande influência da Igreja, mesmo após a Proclamação da República e do estabelecimento da laicidade nas escolas. Com o acolhimento das meninas que vinham da zona rural ou de cidades e vilas distantes, assim como com o acolhimento de pobres e órfãs, as mulheres religiosas contribuíram para a preparação de outras mulheres para o exercício do ofício de professora, mesmo com discursos de uma visão tradicional do papel social feminino.

Em *Professoras de Pena, Papel e Tinta: trabalho feminino entre representações e práticas de gênero em Mato Grosso (1870-1892)*, a autora Ilza Dias Paião (2006), destacou o lugar e o papel da professora na Instrução Pública nesse período, usando como categoria de análises a questão de gênero, os conceitos de apropriação, representação, prática da história cultural e de violência simbólica, percorrendo caminhos da História Cultural e de Gênero. A autora conclui que houve significativa influência europeia na propagação da mulher ideal que deveria cumprir os papéis de esposa, mãe e/ou professora com a missão de civilizar o homem e modernizar a nação.

No Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT que coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD³, encontramos algumas obras que apresentam similaridade com o nosso objeto de pesquisa, não só pela aproximação do

³ <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Este site tem por objetivo reunir, em um só portal de busca, as teses e dissertações defendidas em todo o País e por brasileiros no exterior. BDTD foi concebida e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), tendo o seu lançamento oficial no final do ano de 2002.

tema como pela circunvizinhança ao nosso recorte temporal, espacial e com as questões que levantamos.

Quadro 2: Dissertações e teses Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD do Instituto Brasileiro da Informação em Ciência e Tecnologia

Ano	Título	Autor	Instituição	Tipo
1995	Educação, maternidade e progresso: uma análise sobre a educação das mulheres entre 1870 e 1910.	Ricardo Santa Rita de Oliveira	UNICAMP	Mestrado
2009	Mãe-esposa e professora: educadoras no final do Século XIX.	Rossana Kess Brito de Souza Pinheiro	UFRN	Doutorado
2010	Brechas para emancipação: usos da Instrução e educação feminina em São Luís na primeira República.	Tatiane da Silva Sales	UFBA	Mestrado

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Ricardo Santa Rita de Oliveira (1995) teve como objetivo investigar o processo de constituição da mulher enquanto responsável na formação da sociedade brasileira nos anos de 1870 a 1910, analisando os discursos da educação do período para a formação das mulheres no Estado do Rio de Janeiro.

Rossana Kess Brito de Souza Pinheiro (2009) abordou em sua tese a História das Mulheres nas primeiras décadas do Brasil republicano e analisou o que era esperado da educação para as mulheres em Natal entre os anos de 1889 a 1914. A autora evidenciou que a educação da mulher se voltava à maternidade e aos afazeres domésticos o que a colocava com o perfil apropriado para impulsionar a educação no país.

Tatiane da Silva Sales (2010) focou sua pesquisa na situação feminina no processo educacional em São Luiz do Maranhão (1889 a 1930), investigando como as mulheres apropriaram-se da formação escolar e conseguiram ocupar os espaços públicos com o desenvolvimento de atividades profissionais.

Como comprovamos, ainda que várias pesquisas tenham sido desenvolvidas a respeito da educação primária mato-grossense, nenhuma delas focou especificamente a organização das escolas femininas em Mato Grosso, o que nos animou na continuidade de nossa pesquisa com a intenção de registrar e analisar como se dava a educação dessas mulheres no estado.

Para situarmos o contexto histórico e a trajetória das mudanças ocorridas na sociedade mato-grossense nas primeiras décadas da República em Mato Grosso, dialogamos com

autores que desenvolveram importantes estudos no estado. Autores, que em geral eram ligados à Academia Mato-grossense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Nesses encontros com os autores, quatro obras foram essenciais para a compreensão dessa abertura para escolarização das mulheres nos anos iniciais da República.

Gervásio Leite escreveu "Um século de Instrução Pública - História do Ensino Primário em Mato Grosso", no ano de 1971. O autor procurou descrever a organização do ensino em Mato Grosso a partir de análise documental. Leite (1971) percorreu a educação do período Imperial como Leis Provinciais e suas reformas. No livro, o autor descreve o período republicano dando ênfase à Instrução Pública e suas reformas aproximadamente até os anos 1940. Para nossa pesquisa, Leite (1971) contribuiu sobretudo ao descrever as reformas da Instrução Pública realizadas por Souza Bandeira em 1889.

Rubens de Mendonça, na obra "Evolução do Ensino em Mato Grosso" publicado em 1977, descreveu as primeiras escolas instaladas em Mato Grosso, desde o ensino primário até o ensino superior. Em sua obra, Mendonça (1977) ao abordar as questões de ensino descreveu a vastidão e o "isolamento" de Mato Grosso à espera do progresso e da transformação, bem como a organização das primeiras escolas de Mato Grosso e as dificuldades de se executar as normativas da Instrução Pública pelo "isolamento" do estado mato-grossense. "Cuiabá viveu isolada. Esperou o surto de progresso por mais de 200 anos. (MENDONÇA, 1977, p. 23).

Humberto Marcílio publicou em 1963, a obra "História do Ensino em Mato Grosso" e descreveu o ensino de Mato Grosso desde da Capitania até a República. Marcílio (1963) também abordou as reformas Souza Bandeira, as reformas promovidas pelos Decretos n. 10 de 1891 e pelo Decreto n. 68 de 1896. Nessa obra, há significativa abordagem a respeito do Externato Feminino de Mato Grosso que tinha o dever de formar professoras para o ensino primário, uma vez que as mulheres eram as mais indicadas para o magistério, pois a "escola primária é uma continuação da família. (MARCÍLIO, 1963, p.102).

Virgílio Corrêa Filho (2002) em "Questões de Ensino" publicado inicialmente em 1925, no volume 1 de Monografias Cuiabanas, descreveu a Instrução Pública do século XVIII até primeira metade do XX. Essa obra nos permitiu explorar uma descrição que trouxe minúcias sobre as reformas da Instrução Pública ocorridas 1889, 1891 e 1896 e nos permitiu identificar os caminhos trilhados por ele em busca da documentação necessária para nossa pesquisa.

As obras de Leite (1971), Mendonça (1977), Marcílio (1963) e Corrêa Filho (2002), estudiosos da História da Educação e memorialistas da História de Mato Grosso, possuem como característica comum, uma narrativa marcadamente descritiva da legislação

educacional, dos relatórios da Instrução Pública e das mensagens dos presidentes do estado de Mato Grosso. A leitura dessas obras permitiu-nos visualizar caminhos para a discussão de nosso objeto de pesquisa.

Para fundamentar a pesquisa da História da Educação Feminina e das mulheres estabelecemos diálogo com autoras como Guacira Lopes Louro (1987, 2014, 2015), Jane Soares de Almeida (1998, 2004, 2014), Michelle Perrot (2005, 2006, 2015). Com autores e autoras: Cynthia Greive Veiga (2007), Otaiza Oliveira Romanelli (1986), Diana Vidal e Luciano Faria Filho (2005) e Dermeval Saviani (2004), percorremos a História da Educação do Brasil. Com Nicanor Palhares Sá e Elizabeth Figueiredo de Sá (2006, 2011), Gervásio Leite (1971), Virgílio Corrêa Filho (2002), Humberto Marcílio (1963) e Rubens de Mendonça (1982), nos ajudaram a trilhar os caminhos da educação mato-grossense. Rosa Fátima de Souza (1998) e Paulo Nosella e Ester Buffa (2009), cursamos as instituições escolares. Os autores Marc Bloch (2002), José D'Assunção Barros (2010), Lucien Febvre (1989), Peter Burke (1992, 1997), Carlo Ginzburg (1989), Jacques Le Goff (1990), entre outras e outros, contribuíram para a compreensão e ordenamento do percurso histórico e metodológico da investigação.

Fontes primárias de pesquisa como a Constituição do Estado de Mato Grosso de 1891; o Regulamento do Ensino Primário de Mato Grosso de 07 de junho de 1889; o Decreto nº 10 de 07 de novembro de 1891; Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896; Relatórios da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso elaborados entre os anos de 1889 a 1910; Mensagens Presidenciais do Estado de Mato Grosso dos anos de 1889 a 1910, sustentaram o delicado caminho da investigação.

Coletadas as fontes primárias, estabelecido o arcabouço teórico, após leitura e análise pudemos elaborar as categorias de análises: a) Leis e Regulamentos da Instrução Pública; b) Organização da Instrução primária e Normas; c) Regulamentos para a Escolarização Feminina. Essas categorias surgiram a partir do nosso olhar sobre nossas fontes com a certeza de que poderiam permitir entrever minúcias de nosso objeto de pesquisa.

As leituras e, conseqüentemente, nossas análises não se mostraram simples, pois "a própria leitura das fontes não é fácil e depende da ótica teórica e ética e da política do pesquisador". (NOSELLA; BUFFA, p. 58).

Meandros do Percurso Metodológico

Buscar escrever sobre as instituições femininas mato-grossenses no início da República, implicou em procurar a conhecer a realidade histórica. Analisar e interpretar e, por vezes, usar a intuição para escrever essa história. Isso acabou por nos exigir certo domínio da historiografia, pois no percurso da elaboração do texto que tem origem na pesquisa é preciso construir e reconstruir os percursos, as análises, enfim retomar caminhos em busca de fontes e de subsídios para consolidarmos aquilo com que nos deparamos nas fontes.

Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel contestaram o fazer historiográfico que se baseava apenas nos fatos econômicos ou políticos. Com a fundação da Revista dos Annales, contemporâneos a outros intelectuais do século XVIII, da Escócia, França, Itália, Alemanha e de outros países, Bloch, Febvre e Braudel se preocuparam com uma nova forma de ver a história, uma história da sociedade que não deveria limitar a histórias de " guerras e à política, mas preocupava-se com as leis e o comércio, a moral e os costumes". (BURKE, 1997, p. 11).

O movimento desencadeado pela Revista dos Annales liderado por Marc Bloch, Lucien Febvre e, logo depois, por Fernand Braudel, trouxe uma nova forma de se fazer a história, ou nova história; com o objetivo de engrandecer e marcar "por sua aproximação com as ciências vizinhas e pelo incentivo à inovação temática". (BURKE, 1997, p. 4). Nessa perspectiva, cabia uma história que com a "nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana". (BURKE, 1992, p. 11).

Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo (como apresentado por Roy Porter, p. 291), a feminilidade (discutida por Joan Scott, p. 63), a leitura (discutida por Robert Darnton, p. 199)⁴, a fala e até mesmo o silêncio. O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma "construção cultural", sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço. (BURKE, 1992, p. 11).

Para Burke o relativismo cultural precisava ser destacado. Nas palavras dele "a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída". (BURKE, 1992, p. 11). Outros historiadores também defendiam essas concepções e fizeram parte deste movimento como: Georges Duby, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie,

⁴ Essa citação encontra-se na obra organizada por Burke (1992) e menciona as páginas dos capítulos escritos por Roy Porter, Joan Scott e Robert Darnton.

Ernest Labrousse, Pierre Vilar, Maurice Agulhon e Michel Vovelle. Esses autores escreviam sobre a história da estrutura social, a história da produtividade agrícola, a história do livro no século XVIII, a história da educação e a história da habitação, e abriram novos caminhos para a escrita da história.

O movimento dos Annales se caracterizou por três momentos, conforme descrito por Peter Burke (1997). O primeiro período de 1920 a 1945 marcou-se pelo confronto radical à história tradicional, política e a história dos eventos. A segundo momento, a partir de 1945 se aproximou de uma "escola", com conceitos e novos métodos na história, liderado por Fernand Braudel. A partir do ano de 1968, o terceiro período do movimento foi marcado pela "fragmentação", pelas críticas dos vários caminhos diferentes de fazer a história, sob a direção de André Burguière, Jacques Revel e Jacques Le Goff que substituiu Fernand Braudel quando ele se aposentou em 1975. Le Goff tornou-se o Presidente da Revista que foi reorganizada tornando-se *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, sendo substituído, em 1977, por François Furet. (BURKE, 1997).

A Revista dos Annales continuou a "promover uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações". (BURKE, 1997, p. 7). O movimento trouxe três fases: a) "a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema", b) "a história de todas as atividades humanas e não apenas história política"; c) "colaboração das disciplinas, tais como Geografia, Sociologia, Psicologia, Economia, Linguística e tantas outras mais que contribuíram para a nova forma de escrever a história". (BURKE, 1997, p. 7).

Jacques Le Goff (1990) descreveu a história como cheia de significados e ressignificações, uma história que pudesse levar em consideração o cotidiano, "escrita para homens livres ou em busca de liberdade, a serviço dos homens em sociedade". Para ele, o procedimento historiográfico é como uma interação com o passado e o presente, desse modo, o passado serve para alimentar o presente e o futuro, para "esclarecer o presente", ou seja, "o passado é atingido a partir do presente", (LE GOFF, 1990, p. 9-21). Dessa forma, a História vista a partir do cotidiano, possibilitaria a construção de um futuro a partir da análise dos desacertos do passado.

Para Le Goff, os documentos devem ser compreendidos para além de papéis escritos, o que exige uma análise criteriosa dos "processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico". (LE GOFF, 1990, p. 6). Isto por que os documentos ou "os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se". (LE GOFF, 1990, p. 19).

A importância de analisar documentos consiste, portanto, em "animar o que está morto nos documentos", pois "mostra e explica as ações dos homens". (LE GOFF, 1990, p. 32). Assim, podemos afirmar que os caminhos da História se fazem e se refazem em um processo contínuo de integração e movimento e exige prudente apreciação das fontes.

Para empreender uma análise intensiva das fontes, o historiador deve estar atento a tudo, sobretudo aos pequenos detalhes. Como em diversas oportunidades ele está trabalhando ao nível da realidade cotidiana, das trajetórias individuais, das estratégias que circulam sob extensa rede de micropoderes onde os autores sociais revelam-se em a sua humanidade possível, deve estar preparado para as contradições que irá enfrentar. (BARROS, 2010, p. 169).

Para a análise documental procuramos considerar assim as particularidades de cada documento, "até mesmo aqueles que consideramos insignificantes para análise, pois podemos encontrar fatores antes sopesados como irrelevantes à interpretação primordial do documento". (SOUZA, 2017, p. 37).

Nessa perspectiva, na busca de nossas fontes, identificamos que a História das Mulheres começou a ganhar o seu espaço a partir da terceira geração dos Annales, ainda sob olhares hostis de muitos na academia, levada à frente principalmente por Michelle Perrot e Georges Duby que foram à luta e trouxeram visibilidade da História das Mulheres. Com isso, escritos e pesquisas sobre mulheres ganharam espaço nos meios acadêmicos. (BURKE, 1997, p. 56)

Michelle Perrot (2006), abordou as relações de poder entre os sexos que se ajustavam aos moldes da ideia dominação do século XIX, a partir de três pontos importantes. O primeiro deles, **a atribuição de civilizar** que era atribuída à mãe, pois a mulher como mãe seria responsável pelo equilíbrio e a civilização da sociedade. O segundo ponto era **a inserção da mulher no espaço público**, o que permitiu às mulheres certa probabilidade de sair dos espaços privados, principalmente ao atuar como "boa educadora", mas segundo uma visão na qual prevalecia "a figura do pai". O terceiro e último ponto abordado por ela foi a **inscrição na história das relações entre os sexos**, pois segundo essa autora, "elas não se radicam numa ordem natural fixa, são produto de uma evolução; a subordinação das mulheres é resultado de um processo que se poderia imaginar reversível". (PERROT, 2006, p. 175, 176).

Perrot colaborou com a nossa ideia de evidenciar as escolas femininas, pois quase sempre a escolarização das mulheres pautou-se por ressaltar os três aspectos mencionados por ela. Outra ênfase nos estudos dessa autora, a pouca divulgação da história das mulheres, a escassez de fontes ou de registros, ou mesmo a ausência e insuficiência de relatos escritos de

percursos históricos femininos, um “meio de ocultamento” e da invisibilidade da mulher no campo da história (PERROT, 2006, p. 186), também contribuiu e incentivou nosso percurso investigativo.

É claro que falam das mulheres, mas generalizando. “As mulheres são...”, “A mulher é...”. A prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. Eis aí outra razão para o silêncio e a obscuridade: a dissimetria sexual das fontes, variável e desigual segundo as épocas”. (PERROT, 2015, p. 17).

Ao adentrar na escrita da história das mulheres com Michelle Perrot (2015, p. 30), desse modo, deparamo-nos com a falta de informações e documentos precisos que se misturam com as dos homens. “A perda, a destruição, a autodestruição é muito mais frequente”. Os documentos considerados importantes e que interessavam eram dos homens, e muito poucos documentos das mulheres eram guardados.

As autoras Guacira Lopes Louro (1987, 2014, 2015) e Jane de Almeida (1998, 2004, 2014) trouxeram dados e análises sobre a construção da educação feminina no Brasil. Para Guacira Louro (1987, p. 12)) a escola ajudou a solidificar “os tradicionais papéis femininos”, reproduzindo a diferença entre os sexos conforme marcada e instituída pela sociedade.

Observar a posição que historicamente a escola brasileira assumiu nesse embate de interesses opostos é uma tarefa aparentemente fácil. A resposta mais o menos imediata seria que a escola ajudou a consagrar os tradicionais papéis femininos. Esse tipo de resposta – que é provavelmente parte da verdade – tem sido frequentemente apontado. É apontado com tal ênfase que a escola chega a ser vista por muitos como a grande culpada de desigualdade entre os sexos e a principal responsável pela construção de um perfil feminino submisso e obediente. (LOURO, 1987, p. 12).

Jane de Almeida (1998, 2004, 2014) analisou a educação feminina sob o ponto de vista da invisibilidade, conceito compartilhado a partir de Michelle Perrot (2006, 2015). Para ela a prioridade dos estudos brasileiros, refletiam “a sistemática de exclusão do sexo feminino nas várias instâncias do mundo social e do trabalho”. (ALMEIDA, 1998, p. 15).

Com isso, estruturamos nossa narrativa em três capítulos, organizados em torno de nossas categorias de análises. No primeiro capítulo: Mato Grosso: os primeiros passos na República, analisamos a Reforma Souza Bandeira de 1889 que influenciou as reformas republicanas promovidas a partir do ano de 1891 com o Decreto nº 10 de 7 de novembro de 1891 e do ano de 1896, com o Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896.

Avançando em nossa análise, compomos o segundo capítulo abordando a Educação Feminina em Mato Grosso cotejando a Reforma Souza Bandeira, o Decreto nº 10 de 7 de novembro de 1891, o Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896, os relatórios da Instrução Pública e as mensagens presidenciais emitidos no período em estudo. Trazemos a concepção de que as reformas da Instrução Pública tinham a intenção de contribuir para o progresso e a transformação do estado mato-grossense, na busca por estabelecer e consolidar um ensino laico, gratuito e obrigatório como queria a República. O capítulo destaca o percurso da educação feminina mato-grossense e o lugar das mulheres na Instrução Pública.

No terceiro e último capítulo, mapeamos as escolas femininas mato-grossenses, sua localização e organização, de modo a analisar as práticas educativas que foram direcionadas às mulheres conforme estabeleciam os regulamentos e como exposto nos relatórios e mensagens presidenciais.

CAPÍTULO I

PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO: A MIRAGEM DA INSTRUÇÃO

A vida corria serena e mansa. A cidadezinha contava com uma população de 22.000 habitantes. Lembrava uma daquelas cidades descritas por Monteiro Lobato em "Cidades Mortas". O traço de união ligando Mato Grosso a São Paulo, que é a Ponte do Paraná, que ainda não tinha sido construída e nem a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil existia. Mato Grosso era afinal uma terra estranha dentro do Brasil. Basta dizer que a notícia da Proclamação da República, onze anos antes da entrada do Século XX, chegou a Cuiabá, no dia 9 de dezembro, 24 dias após haver o Marechal Deodoro da Fonseca derrubado a monarquia. (MENDONÇA, 1977, p. 23).

Com este fragmento do Historiador e jornalista Rubens de Mendonça (1977) expomos a vastidão do estado mato-grossense e mostramos a distância que separavam as localidades da capital do estado, Cuiabá. O autor nos apresentou o estado e Cuiabá, a capital: "no fim do mundo". Mendonça (1977) também referiu se ao estranhamento da população em relação às notícias de outros lugares, pois aqui as notícias demoravam a chegar "Cuiabá viveu isolada". "No fim do mundo tem um rio, atrás desse rio tem um morro e atrás desse morro fica Cuiabá"⁵. (MENDONÇA, 1977, p. 23).

O que hoje conhecemos como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e grande parte de Rondônia, durante muito tempo foi conhecido apenas como Mato Grosso, um vasto território, distante dos centros econômicos brasileiros, com dificuldade de acesso pela falta de rodovias e transporte adequado, prevalecia, portanto, no período o transporte pela via fluvial.

Somente no século XX chegaram até ela as vias e meios de transportes mais modernos. Até então, era atingida apenas pela via fluvial e pelos precários caminhos terrestres que não concorriam eficazmente para a sua integração econômica com as demais regiões do país. (FERREIRA, 1957, p. 28).

O estado de Mato Grosso está situado no Centro Oeste Brasileiro. No início da República, o estado era uma enorme área na qual vivia uma população rural dispersa e existiam centros urbanos em fase de povoamento. A comunicação era deficiente na região, inexistiam rodovias e ferrovias, o que dificultava o desenvolvimento idealizado pelos

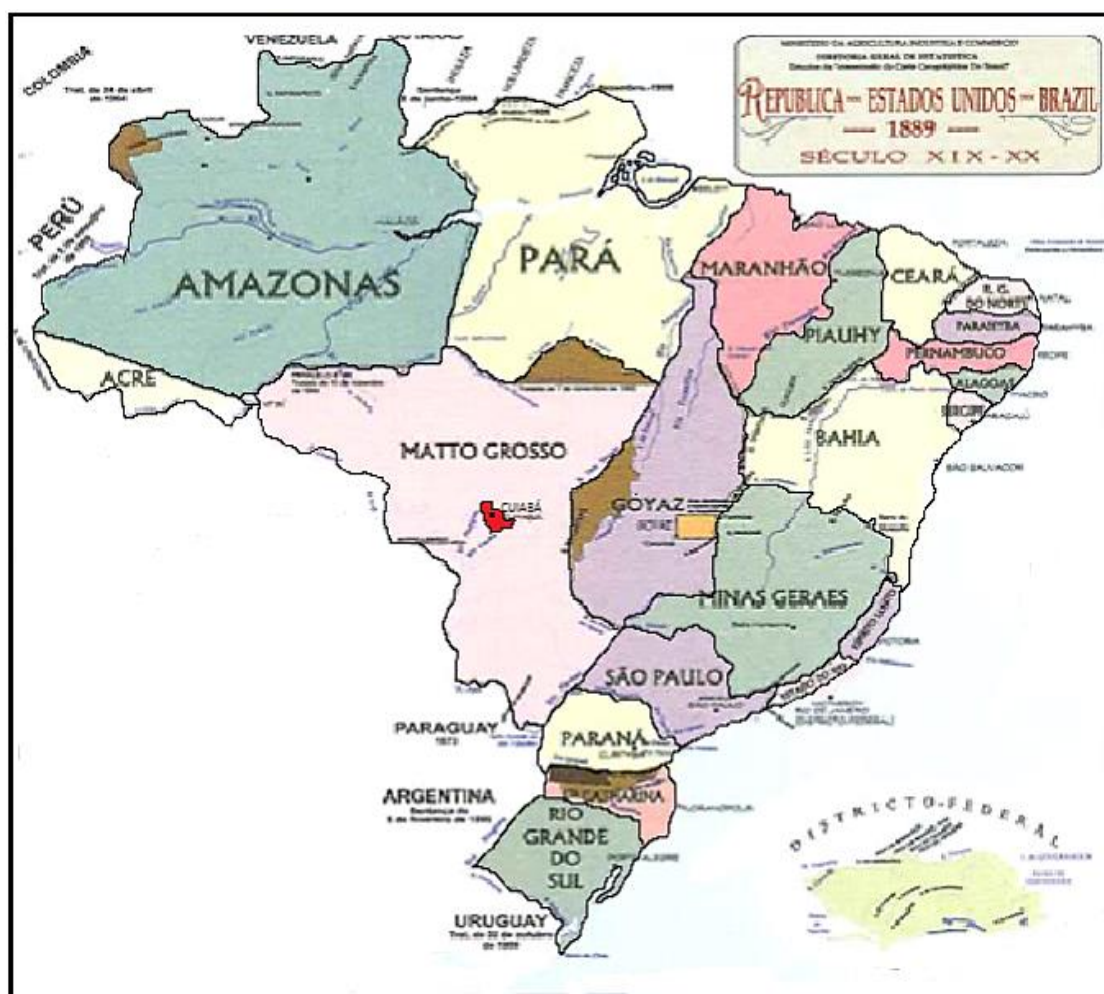
⁵ Na obra de Mendonça (1977, p. 23), essa fala foi atribuída pelo autor ao Marechal Floriano Peixoto.

governantes do estado. A navegação era praticamente o único meio de locomoção das pessoas no estado e entre as demais regiões do país. (FERREIRA, 1957).

O início da República em Mato Grosso, como nos demais estados brasileiros, foi marcado por disputas políticas que afetavam a economia do estado. A falta de recursos se refletia em todos os setores. A Instrução Pública era a maior afetada. No início do ano de 1889 foi baixado um regulamento organizando a educação no estado, mas pouco se fazia.

Lembramos que em 1889, a extensão territorial de Mato Grosso era de 1.498.109⁶ Km². O estado contava com uma população de 80.000 habitantes como descrito por Gervásio Leite (1971). Essa população encontrava-se rarefeita, espalhada pelos poucos municípios mato-grossenses que se encontravam afastados, longe da capital Cuiabá, local no qual todas as políticas de estado eram decididas.

Figura 1: Mapa Divisão Territorial de Mato Grosso 1889



Fonte: IBGE (Adaptado).

⁶ Área de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Acesso em 20 de novembro de 2016. <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>

No recenseamento de 1890, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Mato Grosso possuía 92.827 habitantes⁷, distribuídos em cinco municípios: Cuiabá, Matto Grosso, Poconé, São Luiz de Cáceres e Corumbá. No decorrer da nossa análise até 1910, constituíram-se ainda os municípios de Santana do Paranayba e Coxim. Esses municípios agregavam-se a si pequenos distritos e povoados⁸.

Quadro 3: Municípios Mato-grossenses

Município	Ano de constituição	Descrição e Lei de Criação do Município
Cuiabá	1726	Cuiabá inicialmente era um distrito criado com a denominação de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, por Provisão Régia de 1722. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em 1726. Elevado à condição de cidade com a denominação de Cuiabá, pelo Decreto Lei de 17 de setembro de 1818. A Lei 19 de 28 de agosto de 1833 declarou Cuiabá Capital de Mato Grosso.
Matto-Grosso	1818	Vila Bela de Santíssima Trindade foi elevada à condição e sede municipal com a denominação de Matto Grosso, por carta de lei de 17 de setembro de 1818, por alvará de 1820, e lei provincial nº 19, de 28 de agosto de 1835. Pela lei estadual nº 4014, de 29 de novembro de 1978, o município de Mato Grosso voltou a denominar-se Vila Bela da Santíssima Trindade.
Poconé	1863	Distrito criado com a denominação de Poconé, por resolução régia de 09 de agosto de 1811, no município de Cuiabá. Elevado à categoria de vila com a denominação de Poconé, pelo decreto geral de 25 de outubro de 1831, desmembrado do município de Cuiabá. Elevado à categoria de cidade com a denominação de Poconé, pela lei provincial nº 1, de 01 de junho de 1863.
São Luiz de Cáceres	1874	A vila de São Luís de Cáceres foi fundada em 6 de outubro de 1778 e foi elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 03, de 30 de maio de 1874.
Corumbá	1878	Distrito criado com a denominação de Albuquerque pela Lei Provincial nº 4, de 19 de abril 1838. Tornou-se cidade com a denominação de Corumbá pela Lei

⁷ Dados disponíveis em: Populações dos Censos Demográficos, segundo as grandes regiões e as Unidades de Federação 1872 a 2010 – Acesso <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00> em 20 de novembro de 2016.

⁸ O estado de Mato Grosso sofreu duas divisões: i) A criação do território Federal do Guaporé com a promulgação do Decreto nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, posteriormente estado de Rondônia criado pela Lei Complementar Nº 41, de 22 de dezembro de 1981; ii) criação do estado de Mato Grosso do Sul pela Lei Complementar de 11 de outubro de 1977.

		Provincial n.º 525, de 15 de novembro de 1878.
Santana do Paranaíba	1894	Distrito criado com a denominação de Santana do Paranaíba, pela lei provincial nº 4, de 19 de abril de 1835. Elevado à condição de cidade com a denominação de Santana do Paranaíba, pela lei estadual nº 79, de 13 de julho de 1894.
Coxim	1898	O distrito foi criado em 6 de novembro de 1872 pela Lei n. 1 e o Município em 11 de abril de 1898 com a Resolução n. 202.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Nos primeiros anos da República Brasileira, estados e municípios precisaram se adequar às mudanças sociais, econômicas e políticas que provocaram novas formas de organização e estruturação da vida em sociedade. A República brasileira encarou a Instrução Pública como uma solução para os problemas sociais, políticos e econômicos da época. Para tanto, era preciso que a escola adotasse novas práticas e formas de ensinar que se voltasse para uma formação democrática como o novo regime político recomendava. Os republicanos fizeram da escola uma "instituição fundamental para o novo regime e para reforma da sociedade brasileira". (SOUZA, 1998, p. 35).

Para os governantes republicanos da época era necessário pensar uma educação que englobasse a população, incluindo uma educação para homens e mulheres com a intenção de promover o desenvolvimento e o progresso do país como a República idealizava. A educação tornou-se uma bandeira, uma preocupação prioritária para ajustar a sociedade brasileira à nova conjuntura. (SAVIANI, 2004).

Para Dermeval Saviani (2004, p. 22, 23) a República brasileira dedicou-se a promover a educação popular, com destaque para a Instrução Pública primária, nos moldes e tendências dominantes dos países europeus. A tendência era considerar a escola como a chave para a solução dos demais problemas enfrentados pela sociedade dando origem à ideia da "escola redentora da humanidade". Estados e municípios deviam prover e organizar a Instrução Pública, isto é, "serão os estados que irão enfrentar a questão da difusão da instrução mediante a disseminação das escolas primárias". A República brasileira não assumiu a Instrução Pública como uma questão de responsabilidade do governo central e delegou aos estados e municípios a organização do ensino e a educação da população.

Nesse início a Instrução Pública encontrava-se sob condições de desordem e descontentamento social. Em Mato Grosso, poucas escolas funcionavam com salas adequadas para o ensino e prevaleciam escolas com precariedade de materiais didáticos, mobiliário insuficiente ou mesmo inexistente. (FERREIRA; BARROS, 2015).

A maioria dos professores eram leigos e recebiam salários precários, "o desinteresse do poder público pela educação era desolador". (SOUZA, 1998, p. 34). O índice de analfabetismo, como mencionado por Cinthia Greive Veiga (2007), atingia o índice de 85% e prevaleciam as diferenças estruturais entre os estados, ausência de saneamento básico, saúde pública ineficiente, má distribuição de renda e a falta de alimentação.

Na República configurou-se uma nova forma de conduzir a sociedade brasileira para a transformação do país sob os ideais nacionalistas de ordem e progresso. Novos interesses surgiram a partir dos governantes instituídos pelo Estado Republicano, interesses das atividades que incluía pensar políticas para Instrução Pública que englobasse a população, incluindo homens e mulheres para promover o desenvolvimento do país como a República idealizava. (FRANCO, 2007).

Conforme Veiga (2007, p. 238), a Constituição Federal de 1891 estabeleceu que o Ensino Superior era de responsabilidade da esfera federal. Os demais níveis de ensino eram de responsabilidade das Secretarias do Interior de cada Província, com autonomia na organização e estruturação de todo o processo educacional com destaque "para um ensino para a introdução do ensino laico, característica unificadora da escola republicana, pela separação da igreja do estado".

Em Mato Grosso, as reformas aconteciam no âmbito estadual em busca de estabelecer o ensino popular laico e gratuito, característica principal da República. O ensino laico representava e buscava separar a influência da Igreja do Estado. Veiga (2007) descreveu esse período como marcado por mudanças políticas, no qual o governo brasileiro estabelecia diretrizes que deveriam ser seguidas pelos estados. A autora descreveu que os republicanos defendiam uma escola pública, gratuita e laica, estabelecendo a instrução pública popular como capaz de transformar a realidade social brasileira.

Muitos estados procuram organizar sua estrutura organizacional inspirados nos modelos das escolas que existiam em estados como Rio de Janeiro e São Paulo que foi um dos primeiros a estruturar a Instrução Pública, afinal a escola republicana dividiria o passado, pois "a instrução do povo o instrumento básico para o progresso do país". (VEIGA, 2007, p. 242).

A República em Mato Grosso surgiu entremeada por incertezas e diferenças políticas, econômicas e sociais. Antônio Herculano de Souza Bandeira foi um dos últimos presidentes da província, empossado em 6 de fevereiro de 1889. Este Presidente governou Mato Grosso por apenas alguns meses, mas realizou reforma significativa no ensino primário e alterou a organização do ensino da província.

Nilce Viera Campos Ferreira e Josemir Almeida Barros (2015) descreveram que a situação da Instrução Pública no início da República era instável. Em uma situação aflitiva, o ensino mato-grossense estava instalado em edificações precárias, mal alojado em casas de aluguel, as aulas funcionando em salas inadequadas para o ensino. Ou seja, para esses autores, a educação mato-grossense se fazia em qualquer espaço que fosse possível, sem nenhuma ou pouca estrutura para que o ensino pudesse acontecer.

O contexto de uma escolarização que pudesse suprir a necessidade da população e que estabelecesse um ensino de qualidade existia apenas na letra da Lei. Dado que, a princípio a República tinha como objetivo modificar a situação do ensino, deixar para trás as dificuldades que advinham do Império. Para Gervásio Leite (1971) isso não aconteceu "A república não resolveu o problema do ensino mato-grossense; antes nos primeiros momentos, lançou a confusão originária de todas as mudanças que operam sem o apoio da realidade". (LEITE, 1971, p. 92).

1.1 Instrução Pública nas escolas mato-grossenses: Precariedade e Abandono

O abandono e a precariedade da Instrução Pública mato-grossense no início da República advinham de herança do Império e avançou para a República sob condições de desordem e descontentamento social. Poucas escolas funcionavam com salas adequadas para o ensino e prevaleciam escolas com materiais didáticos e mobiliários insuficientes e deficientes.

Sem adorno, sem o material e utensílios recomendados pela pedagogia, continuam as escolas em verdadeiro estado de pobreza, sendo impossível atender-se ainda ao mais urgente para o regular funcionamento das mesmas. Semelhante estado de coisa não pode continuar. É necessário dotar-se às escolas de todos os meios precisos para que regularmente possam funcionar. (VIEIRA, 1889, p. 3).

Gervásio Leite (1971) relatou que o ensino no início da República não mudara daquilo que fora imposto pelo Império. A carência de mestres capacitados, a ausência de qualidade do ensino, o compromisso de os pais enviarem seus filhos à escola, as distâncias geográficas e a dificuldade de receber e enviar notícias, à falta de estrutura, material escolar, métodos e programas associado a falta de recursos financeiros, inviabilizava a construção de uma educação de qualidade. Para ele baixava-se "uma nova lei, aprovando um novo regulamento e deita-se para dormir a sombras das bananeiras, debaixo dos laranjais". (LEITE, 1971, p. 92).

Alfredo José Vieira (1889), no relatório da Diretoria Geral de Instrução Pública de Mato Grosso em 5 de junho de 1889⁹, descreveu que o Presidente Antônio Herculano de Souza Bandeira¹⁰ relatou a necessidade de significativas mudanças para o ensino mato-grossense e sugeriu que o ensino deveria ser ofertado também para "ingênuos e adultos" e para os libertos pela Lei 13 de maio de 1888, Lei da Abolição dos Escravos, com aulas noturnas em escolas públicas ou particulares, visando principalmente o ensino da moral e da religião. Destacou ainda, que os recursos destinados à instrução das crianças pobres eram insuficientes para atender a demanda.

É também demasiadamente exíguo o subsídio destinado aos meninos pobres, principalmente agora que a população escolar tende a aumentar e é de necessidade indeclinável atender aos ingênuos e adultos, libertos pela lei de 13 de maio, hoje em pleno gozo de sua liberdade, sem os princípios de moral e religião, eivados dos vícios de cativo e no mais completo obscurantismo. Urge mais do que nunca uma boa distribuição das escolas e escolher-se os lugares em que mais convinha estabelecê-las. É problema que, ao meu ver, talvez não possa ser resolvido sem a criação de aulas noturnas, públicas ou particulares subvencionados. (VIEIRA, 1889, p. 3).

Como podemos notar, segundo Vieira (1889) o ensino sugeria a criação de aulas noturnas públicas ou particulares, o que leva a pensar, que o ensino noturno atenderia trabalhadoras/trabalhadores e os empobrecidos, afinal era preciso também que as escolas fossem distribuídas em lugares nos quais “convinha estabelecê-las”. (VIEIRA, 1889, p. 1).

No relatório de Vieira houve menção à existência de 12 escolas femininas, com inclusão das escolas mistas, com falta de materiais para o mínimo de funcionamento do ensino primário. “Funcionam atualmente 32 escolas públicas, sendo para o sexo masculino 20 e para o feminino 12, inclusive as destinadas ao ensino misto”. (VIEIRA, 1889, p. 1).

Naquela época, a educação das mulheres não era objeto de atenção por parte das políticas públicas, muito embora, segundo Rachel Soihet (2015) medidas eram tomadas para que homens e mulheres dos segmentos populares pudessem se adequar ao novo estado republicano. Para ela, a modernização e a higienização do país despontava como lema dos grupos republicanos ascendentes e “convergiam as preocupações para a organização da família e de uma classe dirigente sólida – respeitosa das leis, costumes regras e convenções”. Incidia sobre as mulheres “forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e

⁹ A Instrução Pública, nesse período ainda Império, estava sob a ordem e a regularidade da Lei Provincial n° 628 de 23 de julho de 1883 e a Lei Provincial n. 726, de 1º de março de 1889.

¹⁰ Antônio Herculano de Souza Bandeira assumiu a Presidência do Estado de Mato Grosso nomeado por Carta Imperial de 24 de novembro de 1888. Reformou o ensino mato-grossense, criou novas escolas e reformou as que já existiam. Com as mudanças ocorridas no governo do país, o mesmo teve que retornar à corte, administrando Mato Grosso apenas por cinco meses. (MENDONÇA, 1982).

familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos". (SOIHET, 2015, p. 362).

No estado mato-grossense, no período em estudo, persistiam disputas advindas desde o Império. Como relatado por Vieira (1889) os problemas existentes nas escolas instaladas nas localidades prosseguiram e eram "continuamente objetos de exposição" nas mensagens emitidas pelos presidentes de estado e, naqueles anos, muitas escolas não possuíam sequer condições mínimas de funcionamento, com "infraestrutura precária; ausência de recursos didáticos; inexistência de profissionais habilitados". (FERREIRA; BARROS, 2015, p. 163-164).

1.2 A Reforma da Instrução Pública de 07 de junho de 1889: Ensino Primário em Mato Grosso

"O Império chegava ao seu acaso. O trabalho servil fora abolido. Crescia por toda parte a propaganda republicana", como descrito por Leite (1971, p. 79), ainda assim, entre os últimos dias do Império e os primeiros dias do novo regime republicano, um dos últimos atos da província foi a indicação de Antônio Herculano de Souza Bandeira para presidente de Mato Grosso, empossado em 6 de fevereiro de 1889 e substituído a 8 de junho do mesmo ano. Seu governo ocorreu durante poucos meses, mas foi marcado por profundas reformas no ensino mato-grossense e Souza Bandeira procurou aplicar a experiência adquirida na Europa, promovendo "grandes modificações na estrutura administrativa do ensino da Província". (MARCÍLIO, 1963, p. 99).

Souza Bandeira era bacharel em Direito e Doutor em Ciências Sociais Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife¹¹, Secretário da Província de Pernambuco¹², foi professor da cadeira de Filosofia, Direito Natural e Direito Público da Escola Normal da Corte no Rio de Janeiro¹³. Foi nomeado pela Corte, Diretor da 4ª Sessão da Secretaria do Estado dos

¹¹MENEZES, José Honório Bezerra de. Faculdade de Direito. Diário de Pernambuco, Recife, Pernambuco. 4 de março de 1874. Ano L Número 50, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/9891> Acesso em: 05/01/2018.

¹² BANDEIRA, Antônio Herculano de Souza Filho. Secretaria de Fazenda de Pernambuco. Diário de Pernambuco. Recife, Pernambuco. 24 de julho de 1876, 2ª secção. Edição 00166, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/15608> Acesso em: 05/01/2018.

¹³ MELLO, Homem de. Relatório do Ministério dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Sétima Legislatura. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, p. 59. Reio de Janeiro. 1880. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720968/15627>> Acesso em 05/01/2018.

Negócios da Justiça em 1876¹⁴. Exerceu a função de Inspetor Geral da Instrução Pública do município da Corte, Rio de Janeiro¹⁵. Foi incumbido, por aviso de 2 de agosto de 1881 pela Corte Imperial, de visitar os países da Europa, com a finalidade de conhecer as escolas e a organização do ensino primário, secundário e da educação infantil, para ser referência nas reformas da Instrução Pública brasileira¹⁶. Foi nomeado Presidente da Província de Paraíba de setembro de 1885 a novembro de 1886¹⁷ e de Mato Grosso em fevereiro de 1889¹⁸.

Chegando a Mato Grosso, Souza Bandeira implantou nova orientação pedagógica e promoveu nova estrutura administrativa para o ensino, criando órgãos de direção para organizar os mecanismos burocráticos da Instrução Pública. Reformulou os moldes que concebera o Liceu Cuiabano e dele desmembrou o Liceu de Línguas e Ciências e o Curso Normal. O Liceu de Línguas e Ciências passou a ter como objetivo a formação para acesso às escolas superiores do País e criou o Externato do Sexo Feminino com a finalidade de preparar professoras para o ensino primário. Criou também a Diretoria do Ensino Primário, extinguindo a Diretoria Geral da Instrução Pública, reorganizou a instrução primária e mobilizou a preparação de mestras com o objetivo de dirigir o ensino primário. (MARCÍLIO, 1963).

Na Instrução Pública primária, Souza Bandeira (1889) estabeleceu, entre outras medidas, o ensino gratuito com inserção das disciplinas de Leitura, Escrita, Catecismo da Doutrina Cristã, Gramática portuguesa e composição, Elementos de Aritmética, compreendendo o sistema legal de pesos e medidas, noções gerais de Geografia, com maior desenvolvimento a respeito do Brasil, noções de História do Brasil, trabalho de agulha e de prendas domésticas nas escolas do sexo feminino, conforme descrito no artigo 1º, do

¹⁴ Rio de Janeiro. Notícias do Sul do Império. Diário de Pernambuco. Recife, Pernambuco. 27 de dezembro de 1876. Edição 00295, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/16638> Acesso em: 05/01/2018.

¹⁵ VELLOSO, Pedro Leão. Relatório do Ministério dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, p. 65. 1883. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720968/16942>> Acesso em 10/01/2018.

¹⁶ DANTAS, Rodolpho Epiphany de Souza. Relatório do Ministério dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, p. 2, 36, 53. 1882. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720968/10777>> Acesso em 10/01/2018.

¹⁷ PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. CURY, Cláudia Engler. Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/515896> Acesso: 05/10/2017

¹⁸ LEITE, Gervásio. Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso. Goiânia: Editora Rio Bonito, p. 79, 1971.

Regulamento do Ensino Primário da Província de Matto Grosso¹⁹, em seu Capítulo 1º, denominado: Da organização do ensino público primário.

Artigo 1º - O ensino primário será ministrado gratuitamente nas escolas públicas da província e abrangerá o seguinte programma: Leitura. Escripção. Cathecismo da Doutrina Christã. Grammatica portuguesa e composição. Elementos de arithmetica, comprehendendo a systema legal de pesos e medidas. Noções geraes de geografia, com maior desenvolvimento a respeito do Brazil. Noções de história do Brazil. Trabalhos de agulha e de prendas domesticas nas escolas do sexo feminino. (Matto Grosso, 1889, p. 1).

As escolas públicas primárias seriam classificadas em três classes: a 1ª classe só poderia ter uma em cada localidade e as aulas seriam ministradas para alunos de ambos os sexos e o horário seria em duas sessões: das 9 às 12 horas para as meninas e das 14 às 17 horas para os meninos. Seriam exclusivamente confiadas as mulheres professoras. As escolas de 2ª classe funcionariam nas vilas ou nas cidades que tivessem na sede comarcas, se instalariam uma escola para cada sexo. A 3ª classe, seriam as escolas da capital, uma para cada sexo e quantas fossem necessárias.

Artigo 2º - As escolas públicas são divididas em três classes: Pertencem a 3º Classe as escolas da capital, onde haverá para cada sexo tantas quantas forem necessárias. Pertencem à 2º classe as escolas que funcționaram nas Vilas ou nas cidades, que forem sedes de comarca, onde haverá uma escola para cada sexo. Pertencem à 1º. Classe todas as outras escolas da província, só podendo haver uma em cada localidade e nellas se ministrará o ensino conjuntamente a alumnos de ambos os sexos. Artigo 3º - Para a regência das escolas de 2º e de 3º classe do sexo masculino serão preferidas as senhoras; a ellas, porém, será exclusivamente confiada a regência das escolas de 1º classe, salvo impossibilidade absoluta. Artigo 4º - Nas escolas de 2º e 3º classe os trabalhos diários se verificarão numa só sessão das 9 horas da manhã às 3 da tarde. Nas de 1º classe haverá duas sessões; uma destinada às alumnas, funcționará das 9 horas da manhã as 2 horas da tarde até às 5. Nas escolas do sexo feminino, bem como na primeira sessão das escolas de 1ª classe, serão admitidos alumnos até a idade de 9 annos. (MATTO GROSSO, 1889, p. 1-2).

Para Gervásio Leite (1971) as ações de Souza Bandeira enalteciam as mulheres. Para ele, Souza Bandeira empenhava-se incluir as mulheres no magistério ressaltando os "dotes naturais da mulher para o magistério e argumentava que em província vasta como esta, de vasto território e diminuta população, o homem naturalmente atraído para outros trabalhos mais rendosos, só se inclinará para as fadigas do magistério quando não tiver préstimo para coisa nenhuma". (LEITE, 1971, p. 80). Cabe-nos, contudo, ressaltar que ainda assim Leite

¹⁹ Transcrito como no documento original.

destacava os poucos salários atribuídos à profissão do magistério, o que afastava os homens desse ofício.

Chamamos a atenção para o fato de que foi determinado pelo regulamento que para a regência das escolas de 2ª e de 3ª classe do sexo masculino seriam preferidas as senhoras, mas a elas seriam conferidas prioritariamente a regência das escolas de 1ª classe, salvo impossibilidade absoluta. Embora estimulasse a presença das mulheres como docentes também nas salas de aulas masculinas, parece-nos, contudo, que isso se devia mais ao fato dos baixos salários pagos, o que desestimulava que os homens exercessem essa profissão, pois “o vencimento baixo satisfazia mais à mulher do que ao homem, naturalmente desinteressado em prestar grandes serviços em troca de remuneração irrisória”. (LEITE, 1971, p. 80).

O mesmo regulamento estabeleceu que nas escolas do sexo feminino, bem como no primeiro horário das escolas de 1ª classe, no período de 9 às 12 horas, seriam admitidas meninas, até a idade de 9 anos.

Artigo 4º - Nas escolas de 2º e 3º classe os trabalhos diários se verificarão numa só sessão das 9 horas da manhã às 3 da tarde. Nas de 1º classe haverá duas sessões; uma destinada às alumnas, funcionará das 9 horas da manhã até as 12 horas; outra destinada aos alunos funcionará das 2 horas da tarde até às 5. Nas escolas do sexo feminino, bem como na primeira sessão das escolas de 1ª classe, serão admitidos alumnos até a idade de 9 annos. (MATO GROSSO, 1889, p. 1).

As escolas só poderiam funcionar se computassem pelo menos 20 alunos frequentes. O Artigo 5º do mesmo regulamento estabeleceu que nas vilas ou povoações nas quais a frequência escolar de ambos os sexos não fosse de pelo menos 20 alunos, não seriam criadas escolas de 1ª classe e seriam fechadas a que estivessem em funcionamento. Caso uma escola fosse fechada, ela só poderia ser aberta em outra vila ou povoação, satisfeita a condição de frequência de 20 alunos. Contudo, o encerramento da instituição só ocorreria após determinação por ato do Presidente da Província, precedendo proposta do Diretor Geral do Ensino Primário. (MATO GROSSO, 1889, p. 2).

Os últimos anos do século XIX apontavam, à vista disso, “para a necessidade de educação da mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, a higienização da família, à construção da cidadania dos jovens”. (LOURO, 2015, p. 447). Interessante notar que no último ano no qual seria proclamada a República, já vigorava algumas ideias bem articuladas e que depois tomariam corpo na República. Como dito por Vieira (1889) era preciso “ordem nas escolas” mato-grossenses e nos parece que Souza Bandeira (1889) conclamou as mulheres

para as escolas também com essa finalidade, o que coaduna com o que foi dito por Louro (2015) ao afirmar ainda que cabia arregimentar as mulheres” das classes populares para vincular o conceito de trabalho à “ordem e progresso” que os republicanos desejavam, munindo-se da educação para o alcance desse imaginário.

A preocupação em afastar do conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-lo à *ordem e progresso* levou os condutores da sociedade a arregimentar as mulheres das camadas populares. Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado de distúrbios e perturbações do mundo exterior. (LOURO, 2015, p. 447).

Nos artigos números 6º e 7º do mesmo Regulamento, Souza Bandeira (1889) mencionou que todo o fornecimento do material para as escolas correria por conta da Província, conforme regimento que seria posteriormente organizado pelo Diretor Geral do Ensino Primário, no qual seriam fixadas as regras sobre os exercícios escolares, os exames das escolas públicas, o fornecimento de material e objetos de consumo diário da escola e sobre tudo que se referisse à economia das escolas.

A esse respeito, Cynthia Greive Veiga argumentou que a legislação previa exames para que “alunos de outras instituições ou por aqueles que tivessem recebido ensino doméstico” pudessem ingressar nas escolas em funcionamento. (VEIGA, 2007, p. 250).

Identificamos igualmente que o ensino primário mato-grossense, na prática, nesses primeiros anos, também ocorria desvinculado da frequência obrigatória. Prevalencia na prática os exames preparatórios, várias vezes destacados nos relatórios, que oportunizavam o acesso ao conhecimento de forma seriada e muitas vezes por meio de estudos que eram realizados individualizados e orientados fora das escolas.

O Regulamento Souza Bandeira também tratou da matrícula escolar e das penas disciplinares. As matrículas eram realizadas pelos professores na primeira quinzena de janeiro e regularmente nos primeiros cinco dias de cada mês. O período de aulas se iniciaria em 15 de janeiro e terminaria em 30 de novembro. No ato de admissão dos alunos para a Instrução Primária, o pai e/ou responsável teria que trazer todas as provas confirmando que aluno não sofria de nenhuma doença "contagiosa ou repugnante", declarando a sua naturalidade e filiação.

Artigo 9º- Para admissão nas escolas publicas exigir-se-á: idade maior de 6 annos e menor de 15, ser vacinado, não soffrer de molestia alguma contagiosa ou repugnante, o que tudo deverá constar de uma guia passada pelo pae, tutor ou protector do matriculando na qual as declarará tambem a naturalidade e filiação deste. (MATO GROSSO, 1889, p. 4).

Os alunos estavam sujeitos a várias normas disciplinares e o artigo 10º do Regulamento estipulava que o aluno, em caso de alguma falta disciplinar, estaria sujeito a: a) Repreensão não injuriosa; b) Tarefa de trabalho escolar na aula além da hora regulamentar; c) Privação dos lugares de distinção e, em geral tudo que produza vexame, sem abater o brio; d) Comunicação aos pais, tutores ou protetores das faltas cometidas e das penas impostas; e) Exclusão provisória e definitiva. As penas de exclusão definitiva seriam aplicadas pelo Diretor Geral, mas somente “quando, esgotados os outros meios de repressão, o alumno mostrar-se incorrigível e sua presença na escola for causa de desordem”. (MATO GROSSO, 1889).

O Regulamento do Ensino Primário da Província de Matto Grosso de 1889 tratou ainda das condições de admissão e do provimento para o magistério público primário e inovou: a admissão seria realizada mediante concurso público promovido e organizado pelo Diretor Geral da Instrução Pública e aconteceria em três etapas: prova escrita, oral e prática. Além disso, o Capítulo 3 estabelecia que os candidatos ao magistério público primário deveriam ter idade maior de 18 anos, comprovadas por meio de certidão de batismo ou outra prova jurídica; Isenção de crime; Moralidade, mediante atestado das autoridades civis e eclesiásticas do lugar da residência; Robustez necessária, provada por inspeção de saúde; Capacidade intelectual, demonstrada em concurso, na conformidade do regulamento, salvo os casos especiais em que era dispensado. (MATO GROSSO, 1889).

Para as professoras, o Artigo 12º do Regulamento de 1889 estabelecia que mulheres casadas, deveriam apresentar certidão de casamento e, no caso de serem viúvas, era preciso apresentar a certidão de óbito do marido, e quando divorciadas, a certidão da sentença que julgou a separação.

Segundo o Artigo 13º, do mesmo Regulamento, ficavam dispensados do concurso, aqueles que tivessem concluído o curso no Externato do Sexo Feminino ou no Liceu Cuiabano, de acordo com os respectivos Estatutos; os diplomados por qualquer escola normal do Império ou do estrangeiro; os que tivessem o curso completo do ensino superior ou secundário e os clérigos de ordem sacras.

Para provimento do cargo, o Regulamento de 1889 determinava que ao vagar alguma cadeira que não pudesse ser ocupada por algum daqueles candidatos mencionados no Artigo

13º, seria anunciado o concurso com prazo de 60 dias para a inscrição, contados da data da publicação do edital na folha oficial. Nesse prazo, os candidatos apresentariam ao Diretor Geral do Ensino Primário requerimento devidamente instruído para postular a vaga.

O Artigo 15º do Regulamento de 1889 estipulou que terminado o prazo, caso houvesse inscrições, marcar-se-ia o dia para o concurso, que deveria ser feito na capital perante o Diretor Geral do Ensino Primário. No artigo 16º constava que a comissão examinadora seria composta do Diretor Geral do Ensino Primário, como presidente, e por dois examinadores nomeados pelo presidente da Província dentre os professores do Externato do Sexo Feminino. Para o provimento de professoras para as escolas do sexo feminino, a mulher candidata deveria ser questionada sobre suas competências com os "trabalhos de agulha e prendas domésticas".

§ 2º - Nos concursos para provimento de escolas do sexo feminino ou de escolas de 1º classe, a comissão examinadora ouvirá pessoa competente sobre as habilitações das candidatas em trabalhos de agulha e prendas domesticas. (MATO GROSSO, 1889, p. 4).

Entre os deveres dos Professores, destacamos o Artigo 38º que determinava que o professor deveria cumprir uma série de determinações. Entre elas, destacamos que era proibido ao professor residir ou se ausentar da sede escola nos dias letivos sem a devida licença, bem como exercer alguma outra função incompatível com o desempenho do magistério, além disso, toda intermediação sobre a Instrução Pública com o Presidente da Província deveria ser feita por meio do Diretor Geral. (MATO GROSSO, 1889, p. 7).

§1: comparecer pontualmente à aula, decentemente vestido, e proceder aos exercícios escolares nos termos do regimento interno;

§ 2º - Manter a ordem, disciplina e regularidade na escola;

§ 3º - Leccionar pelos livros e compendios adaptados e propor ao Director Geral a adopção dos que julgar convenientes.

§ 4º - Inspirar aos discípulos o amor do estudo e esforçar – se pelo progresso.

§ 5º - Aplicar as penas disciplinares com moderação e criterio.

§ 6º - Matricular os alumnos, e fazer a escripturação a seu cargo com regularidade e anseio.

§ 7º - Remetter mensalmente ao inspector escolar o mappa da frequencia da escola.

§ 8º - Zelar sobre a guarda e conservação do material da escola, sendo responsavel pelo desaparecimento ou deterioração culposa.

§ 9º - Proceder perante o inspector escolar, ao inventario dos moveis e utensilios da escola, quando assumir o exercicio da cadeira, quando tiver de deixal – a ou quando fôr necessario, a juízo do dito inspector.

§ 10 º - Participar ao inspector escolar qualquer impedimento que o inhiba do exercicio de suas funções. (MATO GROSSO, 1889, p. 7).

Constatamos assim, que a reforma promovida por Antônio Herculano de Souza Bandeira deu origem a uma dinamização do ensino em Mato Grosso que se encontrava praticamente à deriva. Souza Bandeira estabeleceu ainda o Regimento Interno do Conselho Superior da Instrução Pública da Província de Mato Grosso, criado pelo ato da Presidência de 31 de março de 1889, a quem competia consulta sobre as questões da Instrução Pública, a finalidade de melhorar a legislação escolar, de emitir parecer sobre provas de concurso do magistério primário e secundário, julgar os processos disciplinares e propor medidas necessárias para promover o desenvolvimento do ensino na Província e suas irregularidades. Este Conselho se organizaria em três comissões: pedagógica, disciplinar e administrativa.

A Reforma Souza Bandeira embora fosse inovadora tornou-se apenas um legado, uma vez que ocorreu na véspera da Proclamação da República quando o regime monárquico perdia espaço. Os promissores caminhos instituídos por ele para a educação mato-grossense embora não fossem suficientes para prover estabelecimentos de ensino que a Província necessitava, inspiraria as próximas regulamentações que seriam instituídas pela República.

Embora defendamos que o Regulamento Souza Bandeira fosse inovador e estipulasse consistente programa de ensino em todos os níveis para a Província mato-grossense, deparamo-nos com uma publicação no jornal “A Gazeta” com clara concepção contrária às “proezas” e à ousadia de Souza Bandeira ao estabelecer tão ampla reforma de ensino. A publicação no jornal, um poema da autora denominada Esther, demonstra claro preconceito a Souza Bandeira que havia exercido a mesma função na Paraíba. Para além disso, é possível contatar que as reformas propostas por ele incomodavam, pois estabelecia parâmetros para as áreas de ensino, inclusive, para o Tesouro de onde proveriam os recursos necessários para o custeio da educação pública, fatos mencionados no poema que descrevemos a seguir.

Carambolas

Pobre Souza Bandeira!
Em toda parte onde estás
De nada mais és capaz
Senão fazer pagodeira
Tua ao Antran te ajuntaste
E com o Ramiro... casaste
Pobre Souza Bandeira!

De Parahyba viéste,
Eu vi a tuda chegada
Em tua frente, estampada,
Bem sabes o que trouxeste,
Pelos teus feitos passados
Ficamos todos pasmados
Da Parahyba vieste!

Talento descomunal,
Bem como certo animal,
Aqui mudaste de pêllo.

Tu és sábio Bandeira!
Em tudo mettes nariz
Tens a bossa regulatriz
De um palhaço de feira.
Regulaste o tesouro, eraz!
A instrução d'este luz
Tu és sábio, Bandeira!

Regulamentophilo de bolas
Tens invejáveis... talentos
Fazes mil regulamentos

Aqui mudaste de pêllo
 Pareces o próprio Catão
 Bem assim o teo Romão
 Que usa borla e capello.

Entre duas carambolas.
 Com discursos e papelórios
 Vás iludindo os simplórios
 Regulamentophilo de bólas.
 (MATTO GROSSO, 1889, p. 2).

Ponderamos que a Reforma Souza Bandeira se constituiu um "vasto plano de reformas do ensino", o qual ele colocou imediatamente em execução. Souza Bandeira fez uma ampla reforma em todo o aparato administrativo da Província, incluindo a Instrução Pública, "cria com isso novos órgãos de direção" que há muito tempo deveriam ter sido providenciadas para o bom andamento do "mecanismo burocrático". (MARCÍLIO, 1963, p. 99).

Antônio Herculano de Souza Bandeira, contudo, "não conseguiu colher os frutos que seria de esperar dele". As reformas que promoveu na Instrução Pública Primária, não prevaleceram na República, pois estas representavam o passado, e o passado não deveria fazer parte do novo regime. (LEITE, 1971, p. 81).

1.3 Escolas Femininas mato-grossenses: Trabalhos de Agulhas e Prendas Domésticas

O Relatório da Instrução Pública de Mato Grosso elaborado por Alfredo José Vieira (1889), em 5 de junho de 1889, apresentado ao Presidente da Província, Antônio Herculano de Sousa Bandeira, relatou que no início da República em Mato Grosso havia em funcionamento 32 escolas públicas de ensino primário, sendo que 20 dessas escolas eram masculinas e 12 escolas eram femininas.

Essas escolas atendiam o número de 1479 crianças, de um ou de outro sexo. Desse total de crianças, 516 crianças estavam matriculadas nas escolas femininas, incluindo as matrículas do ensino misto²⁰ e 963 crianças estavam matriculadas em escolas do sexo masculino. Essas escolas repletas de "defeitos e insuficiência das disposições vigentes" precisavam de normatização ou de "disposições revistas e reformadas, para que haja ordem e regularidade nas escolas, aproveitamento no ensino, e uma melhor organização em todo o serviço". (VIEIRA, 1889, p. 1).

Nas 12 escolas femininas e nas 516 matrículas de meninas estavam incluídas as escolas e matrículas das meninas das escolas mistas, escolas abertas para ambos os sexos, mas como alertou Louro (2015, p. 448) mulheres e homens deveriam "estudar em classes separadas, preferentemente em turnos ou até escolas diferentes". Essas escolas mato-

²⁰ As escolas mistas recebiam alunas e alunos, mas em horários distintos.

grossenses mistas também funcionavam seguindo o regulamento descrito por Louro (2015): com horários alternados para meninas e meninos.

Em relação as matrículas dos meninos, verificamos que haviam menos meninas do que meninos estudando, além do que as escolas femininas existiam em menor número. Podemos argumentar a esse respeito que havia um consenso no período de que mulher não precisava estudar, ela precisava aprender a cuidar da casa e da família, ou seja, cabia-lhes o espaço doméstico, o espaço do matrimônio. Louro (2015) também apresentou essa realidade de que poucas eram as escolas para mulheres, e quando essas existiam sempre eram em maior número para os meninos.

Louro (2015) destacou que as reformas educacionais no início da República traziam consigo a necessidade de se construir uma nação que afastasse o “atrasado” e as escolas deveriam desenvolver políticas de práticas sociais transformadoras. Nesta direção, a educação seria o grande passo para essa transformação da República.

Sob a administração de Antônio Maria Coelho, o primeiro governante republicano de Mato Grosso, empossado logo após a notícia de proclamação da República no dia 10 de dezembro de 1889, a reforma assentada no Regulamento de 1889 por Souza Bandeira foi esquecida. Coelho suprimiu a Diretoria do Ensino Primário, eliminou os cargos de Direção do Externato do Sexo Feminino e do Reitor do Liceu Cuiabano e trouxe de volta as funções da Diretoria Geral da Instrução Pública. A Instrução Pública praticamente voltou a ser regida pelo Regulamento de 4 de março de 1880. (GARDÉS, 1892).

A demolição da obra, em cuja traça A.H. Souza Bandeira empregara todo o seu dedicado zelo, iniciada no governo provisório de Antonio Maria, completou-se com o Decreto n. 10 de 07 de novembro de 1891, assignado pelo primeiro presidente consitucional do Estado Dr. Murtinho. Consequência imediata do regime adoptado pela união, o ensino tornou-se leigo, e oficialmente obrigatório, continuando o secundário a ser ministrado no Lyceu Cuiabano. Na matéria, a autoridade do Director Geral da Instrução Pública sobranceava todas as demais, salvo a do Presidente do estado, abaixo do qual imediatamente operava. Competia-lhe presidir o Conselho Superior da Instrução Pública, a Congregação do Lyceu Cuiabano e exercer completa fiscalização nas escolas primárias, pessoalmente, ou por intermédio dos inspectores escolares distribuídos pelas paróquias”. (CORRÊA FILHO, 2002, p. 38).

Antônio Maria Coelho, contudo, permaneceu pouco à frente da presidência do Estado²¹. Em 16 de agosto de 1891 Manuel José Murtinho assumiu a Presidência do estado e

²¹ Foi um período conturbado e de troca de governo motivado pelas oposições políticas entre os partidos e os mandatários do poder mato-grossense que não se entendiam. Assim, Antônio Maria Coelho governou de 11 de

reorganizou a Instrução Pública determinando que o ensino seria estabelecido em Primário e Secundário. O ensino primário seria leigo e obrigatório, ministrado em escolas fundadas nas diversas localidades do Estado, conforme a população de cada uma, e o Secundário continuaria a ser ministrado no Liceu Cuiabano. (MATO GROSSO, 1891).

A intencionalidade das reformas estabelecidas por Murtinho (1891) visava fazer valer princípios de governança que fora instituído com a implantação da República em 1889 e cabia incentivar o ensino e difundir os ideais republicanos de uma escola laica, gratuita e obrigatória para a população.

Com isso, o Decreto nº 10º de 7 de novembro de 1891 regulamentou a Instrução Pública e estabeleceu que as matérias a serem ensinadas no ensino primário seriam: Leitura de impressos e manuscritos, Caligrafia e escrita, Elementos de Gramática Portuguesa e composição em prosa, Elementos de Aritmética, compreendendo o sistema métrico decimal, Noções de Geografia, especialmente do Brasil, Noções de História do Brasil, Trabalhos de agulhas e de prendas domésticas, nas escolas do sexo feminino. (MATO GROSSO, 1891, p. 6). Como se vê, manteve-se as diferenças de ensino para meninos e meninas.

O horário de aula do ensino primário ocorreria em dois períodos, manhã e tarde. As disciplinas e a divisão das escolas manter-se-iam em três classes, como na Reforma de Souza Bandeira. Aboliu-se, contudo, a exigência do catecismo para obedecer aos ideais republicanos de uma escola laica.

O Decreto nº 10º de 1891 determinou que a escola cuja frequência fosse superior a mais de 60 alunos poderia receber um professor auxiliar. Quando o número de alunos frequentes fosse maior que 100, criar-se-ia uma escola com divisão proporcional de alunos. A escola que não comprovasse frequência de 20 alunos, de ambos os sexos, seria fechada. (MATO GROSSO, 1891)²².

Para resolver o problema de repasse de recursos financeiros da Instrução Pública, o mesmo Decreto criou o Fundo Escolar com a função de prover recursos financeiros para as despesas de expedientes, roupas, livros e materiais necessários para o ensino das crianças indigentes. (MATO GROSSO, 1891).

A implantação de escolas e o cumprimento da obrigatoriedade de frequência das crianças em uma escola atrelava-se ao número de crianças das localidades. O recenseamento

dezembro de 1889 a 15 de fevereiro de 1891. Frederico Solon Sampaio Ribeiro de 16 de fevereiro de 1891 a 31 de março de 1891. José da Silva Rondon de 1º de abril de 1891 a 05 de junho de 1891. João Nepomuceno de Medeiros Mallet de 06 de junho de 1891 a 16 de agosto de 1891. Manuel José Murtinho finalmente, atingindo certo consenso, governaria o estado no período de 16 de agosto de 1891 a 15 de agosto de 1895.

²² Artigo 33º, nos parágrafos 1º e 2º, e no Artigo 34º do Decreto nº 10 de 1891. (MATO GROSSO, 1891).

foi a forma de identificar crianças que poderiam frequentar a escola. Tão logo o censo fosse realizado, os pais eram intimados a matricularem seus filhos, sob pena de multa se não provassem as condições impostas no regulamento. (MATO GROSSO, 1891).

Verificamos que a questão da obrigatoriedade do ensino primário foi tratada de forma incisiva no regulamento e o recenseamento foi uma das soluções para obrigar os pais ou responsáveis mandarem as crianças para a escola.

O Diretor Geral da Instrução Pública da Capital e os inspetores escolares em outros lugares seriam responsáveis por levar a cada casa habitada uma lista impressa para identificar nome, idade, filiação, naturalidade de todas as crianças de ambos os sexos, de 07 a 14 anos que não soubessem ler nem escrever com o intuito de fazer cumprir a obrigatoriedade do ensino primário. Na prática, porém, o regulamento abria brechas para que os alunos não fossem obrigados aos estudos.

Artigo 80º – São isentos da obrigação de ensino:

§ 1º – Os menores de 7 anos e maiores de 14;

§ 2º – Os que proverem habilitações nas matérias do ensino primário;

§ 3º – Os que servirem de arrimo a pais inválidos ou enfermos;

§ 4º – Os que tiverem impedimento físico ou moral;

§ 5º – Os que proverem receber em casa de seus pais, tutores ou protetores, ou em escola particular, a necessária instrução. (MATO GROSSO, 1891, p.11).

O artigo 92º do Regulamento da Instrução Pública de 1891 estabelecia que o ensino secundário seria laico e ministrado no Liceu Cuiabano, com o objetivo de preparar os alunos para ingressos em cursos superiores da República. Anexo ao Liceu haveria o Curso Normal destinado a preparar os interessados no exercício do magistério público primário. O artigo 94º estabelecia o plano de estudos do ensino secundário, compreenderia as seguintes disciplinas: Português, Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Geometria, Álgebra, Geografia, História, Filosofia e Retórica. Para o Curso Normal o artigo 95º estipulava as seguintes matérias: Português, Aritmética e proporções, compreendendo o sistema métrico decimal, Noções de Geografia e História, especialmente do Brasil, Pedagogia e Metodologia. (MATO GROSSO, 1891, p. 7).

Outra mudança ocorreria a partir de 1896. Já no relatório da Instrução Pública de 9 de março de 1895, o Diretor Geral Joaquim Ferreira Mendes sugeria reformas nos programas de ensino da Instrução Primária, conforme já instituídas em outros países e estados do Brasil. Mendes (1895) enfatizava a urgência dessas reformas, tanto para o ensino primário, como

para o ensino secundário e as justificava mencionando que o ensino deveria ir ao encontro das necessidades da sociedade.

Essa intenção, contudo, não se concretizou. Interessante ressaltar que no ano de 1896 o Presidente do Estado Antônio Corrêa da Costa mencionou em mensagem presidencial, a "decadência" do ensino primário no estado e atribuiu essa responsabilidade às professoras que haviam assumido a regência das salas de aulas e cominou a falta de competência na regência de classe ao ingresso de "pessoas pouco idôneas" no magistério, e a falta de classificação das escolas em graus de ensino.

O atual regulamento que, em igualdade de condições, fossem as senhoras preferidas para o magistério, deu como resultado ficar quase exclusivamente confiado a ellas o nosso ensino primário. Penso que é esse um dos factos de que se origina a decadência do ensino.

A indulgencia nos concursos fez com as cadeiras nem sempre fossem providas por professora idôneas, e além d'isso, não tendo sido classificadas e divididas as escolas em 1.º e 2.º grau, é o ensino englobadamente administrados em todas ellas, sem atenção ao adiantamento e ás idades dos alumnos. (COSTA, 1896, p. 21).

Ao delegar a culpa das más condições da Instrução Pública Primária às mulheres, Costa (1896) foi contrário ao Regulamento da Instrução Pública de 1891 que concedia a preferência às mulheres na regência das escolas primárias. Também era contrário à realização dos concursos, pois segundo ele, essa "indulgência" era outro fator do declínio do ensino, pois o concurso permitia que as vagas "nem sempre fossem providas por professoras idôneas". (COSTA, 1896, p. 21).

Com isso o Regulamento de 1891 pouco ou quase nada havia modificado a Instrução Pública no estado. Era "um regulamento perfeitamente indiferente", como dito por Gervásio Leite (1971, p. 98). Trouxe apenas pequenas alterações dos regulamentos anteriores, mas não alterou o panorama educacional mato-grossense.

O Decreto nº 68 promulgado em 20 de junho de 1896, por Antônio Correia da Costa, presidente da Província de Mato Grosso, no artigo 2º promoveu nova denominação às escolas públicas. O Ensino Primário passou a ser ministrado em escolas denominadas elementares ou do primeiro grau e complementar ou de segundo grau. O artigo 2º, estabeleceu que haveriam escolas elementares em todas as cidades, vilas freguesias e povoados existentes no estado. Contudo, determinou que as escolas complementares somente seriam implantadas na Capital e nas cidades como maior desenvolvimento e densidade de população.

Em relação à obrigatoriedade do ensino, o artigo 4º do mesmo Decreto estabeleceu que o Ensino Elementar seria obrigatório para todas as crianças de sete a dez anos de idade.

Esse mesmo Decreto estipulou que as disciplinas das escolas elementares seriam: leitura corrente de impressos e manuscritos, caligrafia e escrita, estudo prático da língua materna, exercícios de intuição, ou "noções de cousas acompanhadas de exercícios de leitura e escrita", de "explicações sobre formas, cores, números, dimensões, tempo, sons, qualidades dos objetos, medidas, seu uso e aplicação". A Aritmética seria prática, divisão por dois algarismos; problemas fáceis sobre as quatro operações; noções gerais sobre numeração e valores dos algarismos; grandeza, quantidade e unidade; comparação da grandeza com a unidade; consequências resultantes dessa comparação; generalidades sobre os modos de dividir e subdividir a unidade; diversas espécies de fração resultantes de semelhante divisão. Comentários das narrativas dos livros de leitura e dos fatos da vida escolar, seriam os recursos da disciplina Cultura moral, Geografia física e História do Estado e a disciplina de Costura simples seria ministrada especificamente nas aulas com as meninas.

Os exercícios de leitura foram descritos do artigo 11º e deveriam ser realizados de preferência em livros com figuras, para melhor interpretação e aplicação, cabendo ao professor limitar ao mínimo as regras e definições, para atender a praticidade da teoria no ensino primário.

Já para as escolas complementares, o artigo 12º determinava que a escola complementar seria livre e constituía a "chave do ensino primário", com duas vagas, uma para cada sexo. Nas cidades nas quais não fosse possível prover duas cadeiras, se estabeleceria apenas uma com a preferência para o sexo masculino.

O Decreto nº 68 de 1896 estipulou um minucioso programa, mas manteve as diferenças de ensino para homens e mulheres, afinal para elas bastava o acesso ao ensino para que pudessem aprender as quatro operações, as noções básicas de leitura, enfim serem “mais educadas do que instruídas”. Para as mulheres “as habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias”. (LOURO, 2015, p. 446).

Era comum conduzir um ensino com objetivos específicos para as mulheres, já que educação para elas implicava apenas um mínimo de instrução. Às mulheres cabia uma educação conservadora, com pouco ou nenhum acesso às informações e novidades que as levassem a ampliar sua cultura ou conhecimento de mundo e, por conseguinte, o acesso à outras profissões e aos espaços públicos. Aprendendo pouco, pouco podiam se rebelar. A elas apenas o ensino da leitura, da escrita e noções básicas de Matemática. Para além, apenas o

ensino das prendas e afazeres domésticos e das atividades culinárias. Nas escolas particulares e religiosas, mulheres mais abastadas, aprendiam música, piano, Francês. (LOURO, 2015).

Destacamos no artigo 12º do Decreto nº 68 de 1896 da Instrução Pública de Mato Grosso o programa de ensino. A escrita e a leitura eram ensinadas a partir do estudo de obras brasileiras, pautadas no ensino de ditados, recitação e "trechos de prosa e verso aprendidos de cor", exercícios e estudo da gramática portuguesa. O programa ainda trazia os conteúdos de ensino da Aritmética, da Geografia, História, Educação Cívica e Moral e Trabalhos de agulhas e feitiço de roupas para as escolas do sexo feminino. (MATO GROSSO, 1896, p. 3).

Em relação a atividade docente, o artigo 15º do Decreto nº 68 de 1896, que regulamentou a Instrução Pública de Mato Grosso, instituiu que a professora ou o professor teria a responsabilidade de tornar o ensino prático, ensinar aos alunos os "objetos, suas qualidades e organização", do princípio do "conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato". Não deveria perturbar a "inteligência da criança com o estudo prematuro de regras e definições", deveria propor um ensino de modo a despertar o interesse da criança, sem cansá-lo, usando de linguagem clara e precisa, de "modo a familiarizar a inteligência do aluno com o assunto de que houver de ocupar-se". (MATO GROSSO, 1896, p. 3).

Interessante notar que as professoras se tornavam responsáveis pelo novo modo de ser das crianças que deveriam ser educadas. O discurso era recorrente e muitos acreditavam que "as mulheres tinham por natureza uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e naturais educadores, portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação dos pequenos". (LOURO, 2015, p. 450).

A principal mudança do Regulamento da Instrução Pública, instituído pelo Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896, ocorreria "na execução do novo plano de estudos, baseado no método intuitivo", com uma "orientação bem precisa ao professor, a fim de que as atividades infantis se desenvolvessem melhor". (LEITE, 1971, p. 104).

Na mensagem presidencial de 1897, Antônio Corrêa da Costa descreveu que o estado continuava com êxito no crescimento e na organização política e econômica, ou seja, "em boas condições de prosperidade financeira". Costa (1897), mencionou que os recursos foram suficientes para suprir as necessidades indispensáveis para atender a todas as despesas, dos mais diversos serviços, inclusive relacionados à Instrução Pública. O estado "proporcionou a quase todas as escolas de todos os materiais necessários para o novo plano, ora implantado pelo Regulamento de 1896". (COSTA, 1897, p. 7).

Na mensagem, o Presidente destacou alguns problemas da implantação do novo regulamento, como a novidade do método intuitivo²³ que trouxe algumas dificuldades aos professores que estavam acostumados a "prática antiga", que consistia na memorização e não na "inteligência dos alumnos", deixando de propor aos alunos a "lógica e o raciocínio necessários à compreensão das doutrinas, e à educação do espírito na indagação da verdade. (COSTA, 1897, p. 29).

Como citado no relatório da Instrução Pública elaborado por José Estevão de Corrêa (1897), como recurso para cumprimento do novo plano era recomendado a adoção de livros didáticos que poderiam ser escolhidos pelos professores para a ajudar na concretização do novo plano de estudos.

A nova orientação que o recente Regulamento da Instrução imprime ao Ensino Público Primário entre nós obedece, como sem dúvida já tereis observado a um plano tão diverso do atual, que uma das primeiras preocupações das que se dedicam ao laborioso mister de professor, não pode deixar de consistir na escolha dos livros e das obras didáticas de que devam com tempo premunir-se para lecionarem com proveito e bem encaminham a frágil inteligência das crianças no que particularmente se entende com o estudo das cousas animadas e examinadas com a economia doméstica e com a cultura moral e cívica das nossas crianças. Ao vosso critério cabe certamente fazer a escolha dos livros de que para conseguir o desejado fim, deveis servir-vos na escola sob vossa direção. (CORRÊA, 1897, p. 7).

Em relação ao número de alunos, o Artigo 22º do Decreto de 1896 instituiu que nas escolas elementares ou complementares, nenhuma delas, poderia ter mais de 60 alunos, com aulas divididas em duas sessões diárias. (MATO GROSSO, 1896).

Nada havia mudado, entretanto, em relação aos espaços próprios das escolas do Estado. O governo continuava ofertando aulas nas casas de professores e os auxiliava pagando metade do aluguel para que o ensino continuasse sendo ofertado até que o Estado pudesse construir ou adquirir os prédios necessários para constituir o espaço escolar e o funcionamento das escolas primárias.

Para Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes Faria Filho (2005), os espaços escolares representaram um dos desafios a serem superados na Instrução Pública Brasileira, principalmente no ensino primário, pois as instituições escolares deveriam atender "às

²³ Para o método intuitivo a aprendizagem deveria partir da observação de um objeto, e pelos sentidos de alimentar a mente de conteúdos o que permite a construção do conhecimento. Para isso os conteúdos a serem ministrados no ensino elementar deveriam tornar o ensino prático, pois o aluno deveria conhecer o conteúdo, suas qualidades e sua organização, para isso o ponto de partida seria do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato. (SÁ PALHARES, FIGUEIREDO SÁ, 2011).

necessidades impostas pelo desenvolvimento social e/ou às reivindicações da população". (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 42).

A construção de prédios próprios, e/ou mesmo o pagamento de aluguel, contudo, era justificado pelos governantes como um gasto que onerava os cofres públicos com escassos recursos para a instituição e implantação da Instrução Pública. Vidal e Faria Filho (2005) destacaram que as dificuldades geográficas dificultavam o acompanhamento das atividades educacionais das escolas mais distantes, gerando sérios inconvenientes na realização indicadores para manutenção da escola pública primária.

Finalmente, a falta de espaços próprios para as escolas era vista, também, como um problema administrativo na medida em que as instituições escolares, isoladas e distantes umas das outras, acabavam não sendo fiscalizadas, não oferecendo indicadores confiáveis do desenvolvimento do ensino e, além do mais, consumindo parte significativa das verbas com pagamento do aluguel da casa de escola e do professor. Dessa forma, os professores não eram controlados, os dados estatísticos eram falseados, os professores misturavam suas atividades de ensino a outras atividades profissionais e, em boa parte das vezes, as escolas não funcionavam literalmente. (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 52).

A justificativa para essa precariedade das escolas era a incapacidade orçamentária do estado mato-grossense em arcar com as despesas oriundas da implantação da Instrução Pública obrigatória. A respeito, Ferreira e Barros (2015) argumentaram que "não havia na nova forma de governo uma previsão de novas fontes de renda para estados e municípios e era necessário pensar em receitas próprias para Instrução Pública, mas o ambiente hostil de lutas políticas internas dificultara as discussões, pois o que importava eram os problemas de ordem social, política e financeira". (FERREIRA; BARROS, 2015, p. 158).

O Artigo 39º do Decreto nº 68 de 1896 determinou que os alunos aprovados estariam aptos a cursar o ensino secundário e poderiam se matricular no Liceu Cuiabano, a única escola de ensino secundário do Estado neste período. Os professores com doze alunos aprovados receberiam para sua aposentadoria mais um ano em cada cinco anos. Um incentivo para a melhoria da qualidade do ensino primário. (MATO GROSSO, 1896).

As escolas complementares, segundo o Artigo 41º, nas escolas quer fossem femininas ou masculinas, deveriam ser instaladas pequenas bibliotecas com livros de educação, mapas de geografia, viagens, contos de fadas, narrações morais, poesias, episódios da história pátria, adequado à "inteligência e compreensão do menino", as quais seriam frequentadas por alunos e outras crianças na presença de professor. (MATO GROSSO, 1896).

O Fundo Escolar se manteve para que pudesse atender as necessidades da Instrução Pública. O Regulamento da Instrução Pública de 1891 havia estabelecido no Artigo 86º que a principal fonte de arrecadação seria o imposto de capitação²⁴. O Decreto 68 que regulamentou a Instrução Pública de 1896, inovou prevendo que os recursos seriam do orçamento do Estado, além de outras formas de arrecadação já estipuladas no Regulamento de 1891 e que seriam destinadas para o fundo como: sobra de verbas, doações, multas, entre outros.

O Decreto nº 68 de 1896 manteve ainda no artigo 2º que as escolas elementares e complementares seriam instaladas, uma para cada sexo na capital e nas cidades principais do Estado. Somente uma escola elementar para cada sexo, ou escola mista, seria instalada nas pequenas cidades, vilas, freguesias e povoações. No artigo 9º foi prescrito que as escolas elementares para meninos teriam sob a regência professores e as escolas elementares das meninas seriam regidas por professoras, mediante aprovação de concurso. (MATO GROSSO, 1896).

Artigo 2º - A instrução primária será dada em escolas denominadas elementares ou do primeiro grau, e complementares ou do segundo grau. Haverá escolas elementares em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados existentes no Estado, e complementares na Capital e cidades principais, devendo ser consideradas tais aquelas de maior desenvolvimento e densidade de população. (MATO GROSSO, 1896).

No Regulamento da Instrução Primária de 1891, no artigo 30º regulamentou a classificação das escolas primárias em 1ª, 2ª e 3ª classe, que foi suprimido com o Decreto 68 de 1896 no Artigo 3º, considerando que a "criação e classificação de qualquer escola primária só terão lugar por ato do poder legislativo. (MATO GROSSO, 1896, p. 1).

O Decreto de 1896, no Artigo 53º, manteve o ensino secundário no Liceu Cuiabano e "que tem por fim preparar a mocidade com a cultura intelectual indispensável para o regular desempenho de qualquer profissão, considerado como tal o exercício de empregos públicos, seja no magistério oficial, ou nas repartições administrativas do Estado". (MATO GROSSO, 1896, p. 7).

Entre as principais modificações que o Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896 apresentou frente ao Decreto nº 10 de 7 de novembro de 1891, podemos citar a divisão da escola primária em duas modalidades, elementar e complementar. Na escola elementar a frequência dos alunos seria obrigatória e na escola complementar seria livre com pequenas

²⁴ Imposto de capitação, cada contribuinte pagaria anualmente dois mil réis nas cidades que fossem sedes de comarca e de um mil réis nas demais cidades e vilas. Este imposto se incidiria sobre todos os residentes do Estado que exercessem indústria, profissão ou que vivessem de renda própria. (MATO GROSSO, 1891)

bibliotecas para as crianças. Outra importante diferença foi a implantação de um novo plano de estudos baseado no método intuitivo. (MARCÍLIO, 1963).

Verificamos nos Decretos nº 10 de 7 de novembro de 1891 e 68 de 20 de junho de 1896 que o programa para a educação das mulheres não fora alterado, permanecia marcado pela oferta de conteúdos mínimos e acrescentando disciplinas que se voltavam para a aprendizagem dos afazeres domésticos e para o cuidado do lar e da família.

CAPÍTULO II

INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS ESCOLARES: EDUCAÇÃO FEMININA MATO-GROSSENSE

A educação das mulheres no Brasil no fim do Império e no princípio da República encontrava-se sob um viés de abandono. Escolas femininas eram quase inexistentes. A educação feminina, quando havia, ocorria com uma finalidade específica e diferenciada de uma escola para o sexo masculino. Com isso a escolarização do povo no Brasil ocorria em espaços e com conteúdo diversificados para homens e mulheres. (LOURO, 1987).

Raquel Soihet (2013, p. 219) alertou que a ciência da época considerava as mulheres "por suas supostas fragilidades e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária".

O ideal republicano voltava-se para uma educação popular que procurasse levar o povo a aceitar o novo regime, versava-se antes não "somente de sua disseminação para o meio popular e democratização do acesso à escrita e a leitura, condição valorizada no processo das sociedades urbanas republicanas", mas se valorizava as instituições educativas que tinham o dever de propagar os ideais republicanos e modernizar a sociedade brasileira. (MATTOS, FERREIRA, 2017, p, 148).

A Constituição da República de 1891, no artigo 35º, nos itens 3º e 4º, constituiu a descentralização do ensino no Brasil, logo nos primeiros anos da República. O ensino secundário e superior seria criado, organizado e provido pela União nos Estados e no Distrito Federal, enquanto que prover e legislar o ensino primário era de competência dos estados. (BRASIL, 1891).

Para Otaiza Oliveira Romanelli (1986), a Constituição da República de 1891 gerou um sistema de ensino no qual a União seria responsável pela Instrução Superior em toda a nação, assim como pelo ensino secundário e pela instrução em todos os níveis no Distrito Federal. Os estados proveriam e normatizariam o ensino primário e o ensino profissional, que na época, compreendia as escolas técnicas profissionais para rapazes e escolas normais, de nível médio, para as moças.

Para Romanelli (1986, p. 41-42), com a República despontava uma nova sociedade "mais complexa do que a anterior sociedade escravocrata". Os princípios federalistas

garantiram aos estados autonomia na organização da educação primária, o que proporcionou que cada estado regularizasse seu sistema de ensino, com ações completamente diferentes e independentes.

Maria Benicio Rodrigues (2009, p. 18) relatou que a educação seria "entendida como um instrumento eficiente de desenvolvimento intelectual e moral do povo", desempenharia um papel primordial com forte atuação na cultura, na formação da sociedade e no desenvolvimento da nação, considerada a base do progresso do povo brasileiro.

Nesse contexto, a inserção das mulheres nos espaços escolares e do trabalho representava uma condição de acesso à dignidade, reconhecimento pessoal e profissional, pois, propiciaria às mulheres os meios de subsistência, livrando-as de uma "dependência humilhante para elas", "nefasta para os homens", e contribuiria para o "amadurecimento da personalidade feminina, ajudando a "disciplinar a vontade e educar o pensamento". A escolarização oportunizou às mulheres uma posição de divergência e de "luta" frente a uma sociedade historicamente masculinizada, ou seja, a educação foi "essencial para a emancipação das mulheres". (SOIHET, 2013, p. 220-221).

O Regulamento do Ensino Primário da Província de Mato Grosso de 1889 formulado por Souza Bandeira, na reforma da instrução primária propôs que as escolas continuassem públicas, gratuitas e com ensino obrigatório, muito embora não tenha previsto como poderia atender a todas as crianças. Em todas as localidades, fossem vilas, povoados ou cidades teriam escolas conforme a necessidade para inclusão de todas as crianças, "haverá para cada sexo tantas quantas forem necessárias". Para cada escola masculina deveria ter também uma escola feminina. (LEITE, 1971, p. 80).

Uma das mudanças na Instrução Pública promovida por Souza Bandeira em 1889 foi a de confiar às mulheres a regência das escolas primárias ao estipular que as mulheres deveriam ser selecionadas para a regência das escolas femininas e masculinas. (MATO GROSSO, 1889, p. 1). No mesmo Regulamento foi instituído o Externato do Sexo Feminino junto com o Liceu Cuiabano que seria a instituição exclusiva e responsável pela formação, preparação e qualificação de professoras para a regência das escolas primárias.

Humberto Marcílio (1963), descreveu o discurso de Antônio Herculano de Souza Bandeira sobre a implantação do Externato do Sexo Feminino.

De modo modesto e despretenso, com organização acomodada aos recursos financeiros da Província, pretendi fundar uma escola especial, onde as jovens mato-grossenses, possam ampliar a esfera dos seus conhecimentos, com as lições dos melhores mestres da Província e ao mesmo passo se habilitarem para o magistério das escolas públicas. Está lançado o primeiro

fundamento de uma instituição que prestará relevantíssimos serviços se na difícil jornada as urzes do caminho não amedrontarem os iniciadores e não amortecerem-lhes o zelo. Confio na dedicação do pessoal escolhido, e dele espero que se revelará digno da sua honrosa incumbência. Resta-nos fazer votos para os espíritos patrióticos tomem sob sua proteção o utilíssimo instituto. (MARCÍLIO, 1963, p. 102-103).

Para Humberto Marcílio (1963), a criação do Externato do Sexo Feminino era um estímulo para que a mulher exercesse a profissão de professora, uma vez que os baixos salários não era motivação para os professores homens permanecerem na profissão, ao contrário da mulher que tinha aptidão natural para o ofício.

Para Rodrigues (2009, p. 93) a entrada da mulher no magistério aconteceu devido ao baixo salário que era pago para os professores na época, e sendo "a escola continuidade da família e cabendo à mulher a responsabilidade pela educação dos filhos", seria natural que a mulher exercesse "o papel de educadora das crianças no processo escolar".

Com mais professoras sendo formadas, o espaço do ensino primário seria ocupado majoritariamente por professoras normalistas mulheres. Marcílio (1963) ainda descreveu que no Externato Feminino os "dotes" naturais da mulher para o magistério seriam ressaltados, pois a mulher seria a pessoa ideal para desempenhar a "penosa" profissão de professora. A escola primária, portanto, deveria ser a continuidade da família, bem como, do lar doméstico.

A mulher mais prendada afeiçoa o espirito e o coração dos seus ternos filhos com aquelle segredo que os pais mais ilustrados não praticam, nem compreendem, assim também na escola elementar, destinada a auxiliar e aperfeiçoar o trabalho da família, vem a ser uma inconsequência abandonar ao homem aquela tarefa. (MARCÍLIO, 1963, p. 102).

Sá e Siqueira (2006) descreveram que as mulheres foram aceitas no magistério principalmente porque os homens abandonaram essa função pelos baixos salários recebidos, o que fizeram com que buscassem outra opção de trabalho para suprir as necessidades que lhes eram de responsabilidade, como o sustento da família. Com a mulher ocupando o magistério, ela poderia ganhar bem menos, pois alguém proveria seu sustento.

As mulheres, certamente, não fariam questão se seu salário atrasasse, pois, ou era ela provida pelo pai, caso solteira, ou pelo marido. As tarefas da docência, encaradas como uma extensão daquelas do lar, já realizadas gratuitamente, transformavam o magistério feminino em um campo ampliado dentro do espaço de atuação das mulheres. Aos homens, continuava cabendo os postos de mando e comando junto a administração pública, a política ou, ainda, a casa. (SÁ, SIQUEIRA, 2006, p. 121)

Com a mulher no desempenho das funções do magistério da educação primária, teve a oportunidade de conquista do espaço público, mesmo que este lugar tivesse a configuração da extensão do lar e que a maioria dos cargos fossem exercidos pelos homens.

Louro (1987) ressaltou essas transformações da sociedade brasileira em relação as práticas educativas bem como as oportunidades de acesso das mulheres ao trabalho nas escolas, mas que essas transformações não aconteceram "numa escalada ascensional", pelo contrário, é marcada por avanços e retrocessos. As escolas como foram concebidas reforçara a divisão de papéis conforme a imposição histórica da sociedade.

No período em estudo, as lutas das mulheres para adentrarem os espaços de trabalho em busca de autonomia financeira a atuação no magistério foi o caminho encontrado. Aos poucos as mulheres "rasgam o véu" e adentraram os espaços das instituições escolares, seja ela como aluna ou como professora, regente de classe, responsável pelas primeiras letras dos meninos e meninas confiados a ela.

O destino das mulheres ainda é, sem dúvida, a maternidade e o lar; a esfera de atuação feminina é a doméstica. Mas começa-se a admitir mais amplamente a atividade profissional fora do lar para as que "precisavam" trabalhar e nesta atividade ganha realce o magistério primário. (LOURO, 1987, p, 15).

Em Mato Grosso, no ano de 1889 funcionaram 32 escolas públicas, 12 escolas para o sexo feminino, inclusive as destinadas ao ensino misto. O programa de disciplinas eram: Leitura, Escrita, Catecismo da Doutrina Cristã, Gramática portuguesa e composição, Elementos de Aritmética, compreendendo a sistema legal de pesos e medidas, Noções gerais de geografia, com maior desenvolvimento a respeito do Brasil, Noções de história do Brasil e Trabalhos de agulha e de prendas domésticas nas escolas do sexo feminino. (MATO GROSSO, 1889).

Percebemos que eram poucas as escolas femininas e que no programa de disciplinas se incluíam conteúdo específicos para as escolas do sexo feminino.

No Regulamento da Instrução Pública de 1891, que promoveu nova reforma do ensino primário, promulgada pelo presidente do Estado de Mato Grosso Manoel José Murtinho, não trouxe nenhuma mudança quanto ao programa para as escolas primárias femininas que continuaram incluindo entre as disciplinas os afazeres manuais ou “trabalhos de agulhas e de prendas domésticas, nas escolas do sexo feminino”. (MATO GROSSO, 1891, p, 7).

As escolas femininas destinadas a educação de meninas tinham suas características específicas desde as disciplinas que lhes eram ministradas até nos espaços que frequentavam.

Moças e meninas eram educadas na modalidade de "como ser e agir". A elas era imposto um modo de vida "em sua materialidade, um sistema de valores, como ordem, disciplina e vigilância". (LOURO, 2015, p. 455).

A Reforma de Souza Bandeira trouxe inovação para o ensino primário da Província em 1889. Também o Regulamento da Instrução Pública de 1891 do Presidente Manoel José Murtinho, pois ambos estabeleciam uma educação para as mulheres um pouco mais ampliada, mais mantinham um estreito controle sobre o ensino a ser oferecido, relacionado aos afazeres domésticos, como costurar e bordar, trabalhos de agulhas e de prendas domésticas. As mulheres poderiam frequentar a escola, mas sem esquecer o espaço do lar, das tarefas da casa.

Constatamos no Regulamento da Instrução Pública de 1891, que nas escolas de educação feminina vigoravam a separação dos sexos e a aplicação de disciplinas específicas. Vemos uma aproximação dos sexos com as escolas mistas, mas no Estado mato-grossense as meninas e meninos nas escolas mistas eram separados por período, segregado pelo espaço e tempo.

Artigo 35º – Em todas as escolas primárias os exercícios diários se verificarão em duas sessões: uma das 7 às 10 horas da manhã, e outra de 1 às 4 horas da tarde. § Único: Nas escolas mistas a sessão da manhã será destinada às meninas, e a da tarde aos alunos do sexo masculino. (MATO GROSSO, 1891, p. 7).

Com a autorização do Diretor Geral seriam admitidas crianças de outros sexos, de 6 a 10 anos, desde que ficassem separadas, meninos e meninas cada um nos espaços conferidos separadamente, com admissão de no máximo 100 alunos frequentes em cada escola.

Artigo 32º – Em todas as escolas do sexo feminino poderão ser admitidas crianças de outro sexo, de 6 a 10 anos de idade, mediante prévia autorização do Diretor Geral, sendo acomodadas de modo que fiquem completamente separadas pelo sexo. Artigo 33º – O número máximo de alunos frequentes, que poderá admitir uma escola, é o de cem. (MATO GROSSO, 1891, p. 7).

A distribuição dos alunos por sexo nas escolas primárias comprova a diferenciação de ensinamentos que eram ofertadas às meninas, uma vez que o conteúdo era diferenciado e incluía temas que as levassem a ser educadas para a atuação na esfera doméstica. No Artigo 35º do Decreto nº 10 de 7 de novembro de 1891, o parágrafo único reforçou a distinção ao determinar a separação das salas de aula para os sexos feminino e masculino. "Nas escolas mistas a sessão da manhã será destinada às meninas, e a da tarde aos alunos do sexo masculino. (MATO GROSSO, 1891, p. 7).

Meninas e moças poderiam frequentar "escolas de primeiras letras, as pedagogias, em classes separadas dos meninos e lecionadas por professoras mulheres "as quais deveriam ser comprovadamente honestas e dignas". (LOURO, 1987, 25).

No Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896, que regulamentou a Instrução Primária, nas modalidades elementares e complementares, continuou mantendo a separação de meninos e meninas. As escolas eram para ambos os sexos, mas destacou que as escolas elementares femininas seriam prioritariamente regidas por professoras, por senhoras honestas e de boa índole, pois seriam responsáveis pela educação vinculada à modernização da sociedade e a construção da cidadania dos jovens. (LOURO, 1987).

2.1 Para os homens o ensino das ciências e para as mulheres os afazeres do lar

A educação para homens e mulheres ocorria de forma diferenciada. Para os homens era ensinado as ciências, a Geometria e para as mulheres, o ensino dos afazeres do lar, perpetuando o que tradicionalmente era imposto pela sociedade paternalista conservadora.

Aqui e ali, no entanto, havia escolas – certamente em maior número para meninos, mas também para meninas; escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos – professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas. Deveriam ser, eles e elas, pessoas de moral inatacável; suas casas ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas. As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura. (LOURO, 2015, p. 444)

Lembramos com Guacira Lopes Louro (1987), que a educação da mulher “envolvia doutrinação da mulher sobre seu lugar na sociedade; ou seja, algumas informações lhe eram permitidas, é claro, mas envolvidas pelas funções e papéis a ela recomendados”. Portanto, a educação feminina estava voltada para o educar, complementar ao homem, devendo ser educada para a missão maternal da mulher, seria responsável pela formação dos futuros homens. “A finalidade da educação da mulher não estava, portanto, nela mesma, mas fora dela, na sua extensão, que são seus filhos”. (LOURO, 1987, p. 26).

As concepções da educação feminina eram permeadas por elementos que perpetuavam as diferenças e divisões de relações entre o masculino e o feminino que eram reafirmados pela sociedade da época.

As concepções e formas de educação das mulheres nessa sociedade eram múltiplas. Contemporâneas e contrerâneas, elas estabeleciam relações que poderiam revelar e instituir hierarquias e proximidades, cumplicidades ou ambiguidades. Sob diferentes concepções, um discurso ganhava hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora de gerações do futuro. (LOURO, 2015, p. 446)

A mulher deveria receber uma educação moral, ou uma formação de boa índole, formar uma boa administradora do lar, assim se faria uma nação forte, como nas palavras de José Veríssimo (1985, p. 125): “queremos melhorar, favorecendo intencionalmente a evolução brasileira, de modo a dar um dia ao nosso País uma posição proeminente no mundo, cumpramos começar por melhorar o principal órgão de educação de uma sociedade, que é, evidentemente, a mulher”.

Havia, portanto, uma intencionalidade na educação da mulher para o desenvolvimento do estado brasileiro e Mato Grosso compunha o processo. Às mulheres no ensino básico como aluna e a formação como professora com diretrizes específicas e campo de atuação profissional determinado. No processo educativo cabia um "mestre exemplar", responsável pela conduta de cada criança, para que as condutas ensinadas e aprendidas no espaço escolar pudessem perpassar os espaços extraescolares. (LOURO, 2014).

As meninas que frequentavam as escolas femininas, passavam um longo tempo, como evidenciado por Louro (2014, p. 66), dedicando-se "intensas e repetidas horas ao treino das habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens "prendadas", capazes dos mais delicados e complexos trabalhos de agulha ou de pintura”. Poucas eram as mulheres que ascendiam para outros espaços, como o ensino secundário e o ensino superior.

Na época, enquanto os rapazes cursavam o ensino secundário, que possibilitava o acesso aos cursos superiores, as moças que prosseguiram os estudos encaminhavam-se para as escolas normais, destinadas ao exercício do magistério elementar (além de serem vistas com uma forma de preparar as mulheres para melhor cuidarem de seus lares). (SOIHET, 2013, p. 221-222).

Mato Grosso, como outros estados brasileiros, passava por momentos de transformação da educação, estabelecendo nova configuração na Instrução Pública para a formação de mulheres. Mas pouco efetivamente se fez no período em estudo para a educação das mulheres, e quando se fez, pregava-se uma educação e submissão feminina aos preceitos patriarcalistas, subestimando a inteligência feminina e quase sempre condicionando o ensino e a aprendizagem das mulheres a uma forte vinculação com a responsabilidade pela família e pelo ambiente doméstico, afinal cabia a elas educar a infância.

2.2 Entre o espaço Público e Privado: entre linhas e agulhas

Em Mato Grosso, a educação das mulheres era uma resposta às demandas dos ideais republicanos para o Brasil, da inclusão de todos na escola, de "universalizar a escolaridade", do poder e da responsabilidade atribuídos às mulheres, levava para uma educação designada para preparar a mulher para atuar nos espaços domésticos, no cuidado da família, não para exercício de uma profissão. Ao "ser educada" a mulher começou a ganhar espaços e se inseriu no ambiente profissional, principalmente atuando no magistério e, mesmo sendo formada para a missão imposta de ser uma "companhia mais agradável para o homem". (ALMEIDA, 2004, p. 71).

O Regulamento da Instrução Pública de 1891 estipulou condições para o ingresso no magistério. Aquelas que desejassem atuar nas salas de aula deveriam submeter-se a três provas. A primeira prova era escrita e deveria conter uma questão teórica de pedagogia ou de algum assunto referente à História ou Geografia do Brasil com duração de duas horas. A segunda prova era a arguição, com o tempo de meia hora, sobre conteúdos do programa das escolas primárias, uma questão para cada disciplina a ser ministrada. A terceira prova era prática: era preciso ministrar, "dirigir", em trinta minutos, uma aula em uma escola primária.

Para as mulheres inscritas, candidatas do concurso, haveria uma prova referente às habilidades de prendas domésticas e os trabalhos com agulhas. A mulher que seria professora deveria conhecer os ofícios e afazeres do lar.

O Artigo 56º – Nos concursos para provimento de escolas do sexo feminino, ou de escolas de 1ª classe, a comissão examinadora ouvirá pessoa competente sobre a habilitações das candidatas em trabalhos de agulha e prendas domésticas. (MATO GROSSO, 1891, p. 8).

Ao submeter as candidatas professoras à prova final de habilidade de trabalhos com agulhas e prendas domésticas esperava-se que as meninas pudessem aprender aquilo que

continuariam a desempenhar no espaço do lar, as "prendas domésticas", nesse sentido revela-se que a "mentalidade vigente sobre as expectativas sociais quanto ao sexo feminino continuavam atreladas às fronteiras do universo doméstico". (ALMEIDA, 2014, p. 116). Os conteúdos e os ensinamentos deveriam ser comuns a todas e todos, mas eram ministrados de formas diferentes para meninas que para os meninos.

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social em suma. Formá-la para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas. (PERROT, 2015, p. 93).

Nessa perspectiva, as habilidades de trabalhos de agulhas e prendas domésticas cobradas das candidatas à professora, remetia para os pressupostos necessários à educação feminina. Portanto, os espaços escolares seriam espaços de perpetuação das condutas domésticas femininas. A educação munia-se de princípios morais e de condutas de submissão ao homem.

Para a Escola Elementar²⁵ e a Escola Complementar²⁶, regulamentadas pelo Decreto nº 68 de 1896, a "costura simples nas aulas de meninas" foi legislada no parágrafo 8º do Capítulo I, e os "trabalhos de agulha, corte e feitiço de roupa branca para criança, mulher e homem, nas escolas do sexo feminino" foi estabelecido no parágrafo 7º, Capítulo II. (MATO GROSSO, 1896, p. 2, 3). Em suma, as diferenciações para o ensino de homens e mulheres continuavam e continuariam ao longo dos anos republicanos a compor o programa e o espaço escolar da educação feminina.

Para Louro (1987), mesmo com as condições que eram impostas à escolarização das mulheres, frequentar as escolas representava a oportunidade de acesso aos estudos e a possibilidade de exercer uma profissão, de adentrar os espaços públicos, ainda que fosse sob a doutrinação e autoridade masculina.

De um lado, essas determinações representam não só a oportunidade de estudo para as meninas, mas também um espaço profissional para as mulheres (como professoras), o que é um avanço; mas de outro lado, os

²⁵ Na Escola Elementar ou de 1º grau o ensino era obrigatório para todas as crianças de sete a dez anos. (MATO GROSSO, 1896, p. 1). Equivaleria ao que hoje está estabelecido na educação básica: os cinco primeiros anos do ensino fundamental (para alunos de 06 a 10 anos).

²⁶ A Escola Complementar ou de 2º grau era livre art. 12º - A escola complementar é livre e constitui a chave do ensino primário. (MATO GROSSO, 1896, p. 2). Ao comparar a equivalência da educação básica atual, seria o ensino dos 11 aos 14 anos, anos finais da educação básica. O ensino secundário era necessário a idade mínima de 14 anos.

liceus, ginásios e academias ainda ficavam restritos aos rapazes, e supunha-se que o currículo das classes femininas deveria ser diferente (reduzido em alguns aspectos, inclusive) do dos meninos do mesmo nível. Note-se ainda que uma das diferenças no currículo era à geometria, considerada desnecessária para as meninas (bastava que estas soubessem as quatro operações, e justamente geometria servia para distinguir dois níveis de salário para os professores; então, deste modo, ainda que por lei os salários devessem ser idênticos, os que lecionavam geometria (portanto, só os professores homens) receberiam maior pagamento. (LOURO, 1987, p. 25).

O que caracterizava o ensino de alunos e alunas nos currículos era o modelo social vigente de uma forma de ser do rapaz e uma forma de ser da moça. Para as moças, a educação deveria seguir um padrão de mulher "idealizado pelo discurso republicano, que seria o de uma educadora dos filhos e formadora dos futuros cidadãos, além de se pretender um traquejo social e a boa representatividade da mulher junto ao esposo". (PINHEIRO, 2009, p. 28).

Para os homens havia mais oportunidades para frequentar as escolas, fossem cursos primários ou o ensino secundário e superior. As poucas mulheres que concluíam o ensino elementar e complementar, no caso o ensino primário, quase sempre cursavam o curso normal, já com a finalidade de atuarem no ensino primário. No programa de ensino primário constava os conteúdos matemáticos, leitura, escrita e gramática portuguesa, noções de Geografia e História. E no programa de ensino das meninas era acrescentado os trabalhos de agulhas e prendas domésticas.

Buscava-se estabelecer e operacionalizar uma nova política educacional republicana para diferenciar da educação oferecida no Império, mas o ensino diferenciado oferecido para meninas e meninos refletia a continuidade na qual o "lugar de mulher é em casa, como mãe, esposa, dona de casa", de tal forma que as regulamentações e reformas propostas podem ser compreendidas como "um momento da atuação dos reformadores da educação em defesa de uma situação já criada". (FARIA FILHO, 2000, p. 109).

A esse respeito, assentimos com Louro (1987) que a escola brasileira reforçou os papéis femininos tradicionais por meio de regulamentos e normas estabelecidos, consagrando a desigualdade entre os sexos e a escola pode ser considerada como sendo uma das grandes influências pela constituição de um "perfil feminino submisso e obediente". (LOURO, 1987, p. 12).

Também as regulamentações promovidas em Mato Grosso no período colocavam em vigor uma educação feminina que deveria voltar-se para os ensinamentos do lar, uma formação para a mulher que a levasse a ser uma "boa" senhora do lar, com amplo "domínio da casa", enfim, no destino de ser esposa e mãe com uma "moral sólida e bons princípios",

conforme a intencionalidade do programa de ensino do regulamento, como em vários momentos apontado por Louro (1987; 2015) e Almeida (1998).

O ensino das mulheres era marcado e pautado na preparação para afazeres domésticos do lar, cobrado no ingresso das professoras na regência das escolas e no ensino às alunas das escolas primárias. A elas o cuidado com o espaço da casa, dos filhos, do marido, a frequência e a obediência aos dogmas da Igreja.

As habilidades com agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação nos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens. (LOURO, 2015, p. 446)

Podemos observar que poucas foram as oportunidades das mulheres de acesso à Instrução Pública. Quando a escolarização feminina era ofertada quase sempre ocorria apenas até completada a educação primária. Nos primeiros anos da República, a educação secundária mantinha-se voltada quase exclusivamente para meninos. Às mulheres era permitida a educação nos cursos normais, ainda assim esse ensino era pautado em uma formação para a mulher considerada virtuosa, ou a "a mãe vitoriosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. A justificativa para a escolarização das mulheres encontrava-se na "função social de educadora dos filhos, ou na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos". (LOURO, 2015, p. 446; 447).

Podemos analisar que a conquista do espaço público para as mulheres deu-se com a entrada no ensino primário, como aluna e/ou como professora, pois oportunizou às mulheres adquirir formação específica e atuar no processo educacional, ainda que atrelado à formação e sina de ser mãe e educadora. Ainda assim, o fato de poderem estudar e se profissionalizar implicou a conquista de espaço, liberdade e autonomia frente à sociedade em transformação. Para Almeida (1998), a inserção das mulheres como profissionais da educação deu-lhes o direito de exercerem um ofício, de conseguirem liberdade e autonomia em seus lares e vidas.

Com o maciço ingresso feminino nessa escola, apesar da profissão de professora ter assumido contornos de maternidade e esculpir-se nos moldes da formação de boas donas de casa e mães de família, esse foi o primeiro passo dado pelas mulheres no período a fim de adquirir alguma instrução e

conseguir o ingresso numa profissão. Isso não foi apenas resultado de uma concessão masculina, nem se veiculou sem estar impregnado de preconceitos ligados ao sexo, mas significou a oportunidade entrevista pelas jovens de conseguir maior liberdade e autonomia, num mundo que se transformava e no qual queriam ocupar um determinado espaço que não apenas o que lhes foi reservado pela sociedade masculina e representado pela vida no lar, dedicando-se inteiramente à família. (ALMEIDA, 1998, p. 23)

A entrada das mulheres na escola conferiu-lhes uma posição privilegiada, de espaço, conhecimento e saber do qual historicamente estavam excluídas. Com isso, mulheres romperam as normas e desafiaram modelos e paradigmas para saírem do espaço do lar e exercerem uma profissão. Entre os trabalhos de agulha e as prendas domésticas, as mulheres definiram seus caminhos ao incorporar novas aspirações, a busca de espaço próprio nos quais pudessem se aperfeiçoar. Ao frequentarem as escolas normais, prepararam-se, sob olhares hostis de homens, e se reconheceram como mulheres que tinham o dever de "transformar uma nação, apesar das notórias dificuldades enfrentadas por elas, como mulheres e como profissionais". (ALMEIDA, 1998, p. 26).

A independência das mulheres segundo Soihet (2015, p. 232) foi aberta quando elas se escolarizaram e passaram a atuar majoritariamente no magistério. Enquanto os homens cursavam o ensino secundário que os preparava para o ensino superior, as mulheres frequentavam as escolas normais e ocuparam o magistério nas escolas primárias, mesmo ocupando e responsabilizando-se concomitantemente pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com a família.

Ao frequentar o espaço escolar do ensino primário, as mulheres alcançaram um pouco mais de liberdade, "embora severamente vigiada", mas que possibilitou que se reconhecessem como parte da sociedade e do processo educacional. Todavia "o acesso ao espaço público ainda seria, por um bom tempo, uma meta difícil de ser atingida e a profissionalização, em outras áreas que não o magistério ou a enfermagem, fazia-se muito restrita". (ALMEIDA, 1998, p. 38). Afinal, "percebida e constituída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada. Toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco". (LOURO, 2015, p. 453).

Parece-nos assim que instruir as mulheres, na concepção da época, representaria um risco para a sociedade, isto por que as atividades fora de suas moradas habituais poderia "ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar". (LOURO, 2015, p. 453).

Afastando-as de determinados ensinamentos, ligados a instrução feminina aos seus "dons" naturais inerentes, levando-as a se comprometerem com a responsabilidade pelos afazeres domésticas, continuamente doutrinando-as para o dever de manter o lar e a família em harmonia, podemos considerar que leis e regulamentos cuidavam das proposituras de um ensino que ressaltassem essas condições ditas "femininas" que foram historicamente construídas pela sociedade patriarcal.

A educação das mulheres que as direcionasse para um trabalho ou uma profissão deveria ter caráter provisório. A profissão exercida por elas deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina: o papel de esposa e mãe. Com isso, o trabalho seria aceito para as honradas mulheres viúvas ou para as 'boas' moças solteiras até a formalização de um casamento, pois ainda que "indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. (LOURO, 2015, p. 453).

Prevalecia o discurso da existência "de duas espécies, com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos". (PERROT, 2006, p. 177). Desse modo, justificava-se a razão da divisão das funções e da instrução da mulher ser voltada para os afazeres domésticos e a manutenção da família.

Com a diferenciação dos currículos escolares, portanto, impunha à educação feminina uma formação na qual os homens seriam os responsáveis pela educação das mulheres, na qual bastava saber apenas o mais essencial para "conhecer o mundo e direção da vida". (VERÍSSIMO, 1985, p. 122).

Para Veríssimo (1985) a educação feminina atrelada ao magistério serviria para tirar a visão do atraso, provinda do colonialismo. A mulher seria a mais indicada, não somente para educar filhas e filhos, mas a nação brasileira. A mulher brasileira deveria ser tirada da "quase ignorância" e tornar-se educadora dos homens, provedora de uma educação para tornar uma nação forte. A mulher seria responsável pelo desenvolvimento do país, para educação de homens e mulheres que pudessem transformar uma nação.

2.3 Mulheres na regência de classes do ensino primário

O Regulamento da Instrução Pública de 1889 determinava que as mulheres seriam responsáveis pela regência das escolas de 2ª e 3ª classe do sexo masculino, assim como as

escolas de 1ª classe²⁷, como citado no Artigo 3º do regulamento: "para a regência de 2ª e 3ª classe do sexo masculinos, serão preferidas as senhoras; a ellas, porém, será exclusivamente confiada as regências das escolas de 1ª classe, salvo impossibilidade absoluta". (MATO GROSSO, 1889, p. 1).

Para cumprir o regulamento de 1889, desse modo, Souza Bandeira criou o Externato Feminino para preparar professoras para a regência de classes do ensino primário. Marcílio (1963), se referiu ao discurso²⁸ de Souza Bandeira que relatou que até então nenhuma menina havia frequentado o Curso Normal do Liceu Cuiabano, e explicou que se devia ao fato dos professores do Liceu "ministrar de forma inadequada o ensino secundário", pois o objetivo era formar para os jovens ingressarem nas escolas superiores, sendo que para os estudantes do curso normal, a formação necessária para exercício do magistério era negligenciada. Para Marcílio (1963, p. 102) "não se coadunam os intuitos dos dois ensinos. O resultado de tão infrutífera porfia foi o que sabeis: nenhuma só alumna contava actualmente o curso normal". Com a criação do Externato Feminino seria possível a formação das mulheres mato-grossenses com vistas à regência do ensino primário.

Marcílio (1963) relatou que no discurso de abertura da sessão solene do Externato Feminino, o Presidente da Província Souza Bandeira destacou que seria um prejuízo para a educação excluir do ensino normal quem poderia melhor exercer a tarefa do ensino primário, além de ser incoerente deixar o homem desempenhar o papel que a mulher faria muito melhor, isto é, a mulher "melhor e mais vantajosamente pode desempenhar a árdua profissão de mestre". (MARCÍLIO, 1963, p. 102).

O Decreto nº 10 de 7 de novembro de 1891 determinara que a regência das escolas de 2ª e 3ª classes do sexo masculino, na capital e nas localidades que houvessem constituídas suas comarcas, deveriam ser cominadas às mulheres em igualdade de condições aos homens. Nas escolas de 1ª classe, seriam admitidas crianças de ambos os sexos, sob a regência, de preferência, de uma professora." (MATO GROSSO, 1891).

A partir dos relatórios da Instrução Pública elaborados entre os anos de 1889 a 1910, pelos diretores da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso: Alfredo José Vieira (1889), João Pedro Gardês (1892), Joaquim Pereira Ferreira Mendes (1893, 1895), José Estêvão Corrêa (1898), Januário da Silva Rondon (1899), Estevão Antônio Corrêa (1909), José

²⁷ As escolas da 1ª Classe seriam as escolas das províncias, só podendo haver uma em cada localidade com ensino para alunos de ambos os sexos. As vilas ou cidades nas quais houvessem comarcas funcionaria uma Escola de 2ª Classe, uma escola para cada sexo. As escolas da 3ª Classe funcionariam nas escolas da Capital, tendo quantas escolas fossem necessárias para ambos os sexos. (MATO GROSSO, 1889).

²⁸ Marcílio (1963, p. 101-102) transcreveu o discurso do Presidente Souza Bandeira proferido na abertura da sessão solene de criação do Externato do Sexo Feminino.

Estevão Corrêa (1910), foi possível identificar o número de homens e mulheres que atuaram no magistério primário em Mato Grosso.

Porém, mesmo tendo recorrido aos arquivos do Arquivo Público de Mato Grosso, ao acervo do Instituto Memória do Poder Legislativo de Mato Grosso e do *Center for Research Libraries*, não conseguimos encontrar dados referentes aos anos de 1891, 1902, 1904, 1907 e 1908.

Quadro 4: Professores e Professoras do Ensino Primário mato-grossense²⁹.

Ano	Homens	Mulheres
1889	17	15
1892	18	23
1893	18	21
1895	19	23
1898	24	18
1899	27	21
1909	37	33
1910	48	28
Total	208	182

Entre os anos de 1889 a 1909, constatamos que homens e mulheres atuavam no exercício do magistério do ensino primário. Podemos constatar que apenas no ano de 1910 houve um aumento significativo de homens no magistério, o que nos parece justificado devido ao maior número de escolas masculinas existentes e talvez pelo início das aulas nos grupos escolares em Mato Grosso³⁰.

No Relatório elaborado por Vieira (1889) identificamos que o número de docentes totalizou: 17 professores e 15 professoras. No relatório de Gardés de 1892, eram 18 professores e 23 professoras em atuação, o que nos permite inferir que a partir da reforma realizada por Souza Bandeira (1889) as mulheres foram, em sua maioria, responsáveis pela

²⁹ Quadro 04 realizado pela pesquisadora a partir de dados coletados nos relatórios da Instrução Pública de Mato Grosso arquivados no Arquivo Público de Mato Grosso – APMT.

³⁰ A reforma educacional de 1910 teve início com aprovação da Lei 517 de 4 de junho de 1909 e a Lei 533 de 4 de julho de 1910, conferindo ao governo autoridade para criar escolas quantas fossem necessárias e reorganizar a educação no estado de Mato Grosso. Os grupos escolares reuniam professores e alunos em um só prédio sob uma única direção, e se organizavam em classes seriadas, unidade de programa, horário e sequência gradual dos conteúdos. (RODRIGUES, 2009).

regência de classe do ensino primário das escolas masculinas e femininas, como deliberado pelo Regulamento do Ensino Primário da Província de Matto Grosso de 1889.

Analizamos, portanto, que houve incentivo para que a regência de classes das escolas primárias fosse conduzida por professoras e que a reforma da Instrução Pública promulgada em 1889, segundo os ideais republicanos, ainda que minimamente, obteve resultado satisfatório na inclusão das mulheres para a educação das crianças, uma atuação feminina voltada para o ensino primário.

Almeida (1998, p. 23) abordou que a apesar do magistério ter as características e ter "assumido contornos de maternidade e esculpir-se nos moldes da formação de boas donas de casa e mães de família", foi a oportunidade que as mulheres tiveram para entrar na profissão, e mesmo que, ainda não fosse uma "concessão masculina, nem se veiculou sem estar impregnado de preconceitos ligados ao sexo", foi uma importante chance das mulheres ocuparem outro espaço além daquele que lhes era determinado pela "sociedade masculina e representado pela vida no lar".

Entre os anos de 1893 a 1895, as mulheres superaram os homens no exercício do magistério, o que nos leva a afirmar que as reformas promovidas pelo Decreto nº 10 de 1891, de certa forma inspirado na Reforma Souza Bandeira, manteve o incentivo à presença das mulheres na regência do ensino primário. Na vigência do Decreto nº 10 de 1891 a reorganização do ensino primário, secundário e do curso normal manteve os princípios de que a mulher caberia a responsabilidade do ensino primário.

A partir de 1898 essa realidade começou a mudar e verificamos o aumento de homens na regência do ensino primário: em 1898: 24 homens para 18 mulheres; em 1899: 27 homens e 21 mulheres; em 1909: 37 homens e 33 mulheres; em 1910 encontramos o maior número de homens no exercício do magistério: 48 homens e 28 mulheres. Avaliamos que uma das justificativas para esse crescimento de professores atuando no ensino primário atendia ao que fora estabelecido no Decreto nº 68 de 1896 no artigo 9º que estabeleceu: "haverá escolas elementares para meninos e para meninas, sendo aquelas regidas por professores e estas por professoras". (MATO GROSSO, 1896, p. 2). A Professora continuaria na regência das classes do ensino primário nas escolas femininas. As escolas masculinas, existentes em maior número, seriam regidas exclusivamente por professores.

Analisando o quadro nº 04, confirmamos que mesmo os regulamentos determinando que a regência das salas de aulas deveria ser exercida por mulheres, apuramos que as salas de aula continuaram a ser regidas em maior número por professores homens.

Aos homens também eram atribuídos os cargos de inspeção e direção, afinal prevalecia a visão de que as mulheres eram inaptas para exercerem a profissão de professoras ou gestoras da educação no estado mato-grossense, como podemos comprovar na mensagem presidencial que Manoel José Murtinho enviou para a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, emitida em 13 de maio de 1895, na qual enfatizou seu descrédito da regulamentação da Instrução Pública a respeito da regência de salas de aula por professoras.

Permitir-me-eis, entretanto, plano de reformas a executar-se deve figurar uma medida que parece reclamada por diuturna observação, e talvez obedeça a influência do nosso meio social; é a de exigir que as escolas de instrução primária para o sexo masculino sejam exclusivamente regidas por professores, visto como as senhoras, por falta do preciso preparo entre nós, bem como da indispensável energia para lidar com meninos, não têm provado bem na regência de taes cadeiras, dando lugar a que escolas publicas de semelhante classe sejam poucos frequentadas, procurando os meninos de preferencia as escolas particulares, com grave descredito do ensino oficial. (MURTINHO, 1895, p. 10).

Murtinho (1895), justificou que os homens, mais capacitados ao ensino do que as mulheres, declinavam do ensino primário, devido à "minguada" remuneração que recebiam. Desse modo, era inaceitável que homens habilitados procurassem o magistério público primário como profissão e "por isso que quase todos os candidatos às escolas públicas são senhoras, as quais pelas condições próprias do seu sexo, podem viver com menores vencimentos". (MURTINHO, 1895, p. 11).

Contatamos, assim, que embora as reformas instituídas a partir do Regulamento de 1889 fossem na direção de mudanças na Instrução Pública mato-grossense para o ingresso de mais mulheres na profissão do magistério a situação pouco se alterara ao longo dos anos. Mas vemos um salto significativo em 1910: o número de professores superava em mais de 50% o número de mulheres na regência do ensino primário.

O ensino secundário era ministrado na única escola pública de Mato Grosso, o Liceu Cuiabano. No relatório da Instrução Pública de 1892 realizado por Gardés, identificamos 11 professores distribuídos conforme o programa nas disciplinas de Português, Francês, Alemão, Latim, Grego, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Mecânica e Astronomia, Física e Química, História Natural, Geografia e Chorografia³¹, História Universal e do Brasil, Literatura, Lógica e Desenho.

³¹ Chronografia: palavra derivada do latim, chorographia, significa estudo geográfico de um país ou de uma de suas regiões, mais concretamente o estudo geográfico particular de uma região ou de um país, conforme <https://pt.wikipedia.org/wiki/Corografia>.

Para o ensino Normal, Souza Bandeira criou o Externato Feminino em 1889, mas logo após a Proclamação da República Antônio Maria Coelho mudou a estrutura administrativa da Instrução Pública, voltando para as antigas funções conforme exposto por Marcílio (1963). No relatório da Instrução Pública elaborado por Gardés em 1892, identificamos 05 professores no Externato Feminino atuando nas disciplinas de Pedagogia, Português, Francês, Caligrafia, Desenho, Matemática, Geografia e Chronografia.

Em 1891, com o Decreto nº 10, foram estabelecidos dois cursos distintos na instrução secundária: Curso Normal e o Preparatório. "Artigo 92º § Único: Haverá um Curso Normal, anexo ao de Preparatórios, destinado à habilitação daqueles que se propuserem à carreira do magistério público primário". (MATO GROSSO, 1891, p. 13). As matérias dos dois cursos, preparatório e normal seriam lecionadas por cinco professores identificados no relatório da Instrução Pública de 1893 conforme regulamentado pelo Decreto nº 10 de 1891.

O Curso Normal habilitaria para o ensino primário e o Curso Preparatório serviria para preparar os jovens para entrar nas escolas de cursos superiores, nas universidades.

Não foram identificados para o ensino secundário, tanto para o ensino preparatório como para o curso normal, nenhuma mulher na regência de classes. Portanto, comprovamos que o espaço da mulher para o magistério seria o ensino primário e de preferência nas escolas femininas.

2.4 Culpadas pela “decadência” do Ensino Primário Público

Na mensagem enviada à Assembleia Legislativa o Presidente do Estado de Mato Grosso, em 1º de fevereiro de 1896, Antônio Corrêa da Costa, atribuiu às mulheres em regência de sala de aula o fracasso do ensino primário público.

A decadência do nosso ensino primário chegou a ponto de verificar-se pelos exames ultimamente procedidos que dos 44 alumnos julgados provectoros apenas 17 foram preparados nas escolas públicas que mantem o governo n'esta capital. Concorre principalmente para este resultado a falta de confiança dos pais de família no professorado público; determinando semelhante facto a diminuição de frequencia das escolas públicas e o augmento das particulares. O atual regulamento estabelecendo que, em igualdade de condições fossem as senhoras preferidas para o magistério, deu como resultado ficar quase exclusivamente confiado a ellas o nosso ensino primário. Penso que é esse um dos factos de que se origina a decadência do ensino. (COSTA, 1896, p. 21)

Costa (1896) justificou a desconfiança das famílias mato-grossenses com o ensino público, uma vez que o regulamento de 1896 havia estabelecido a “igualdade de condições” para que fossem confiadas às mulheres a regência das salas de aula do ensino primário.

Mencionando a "decadência do ensino", Costa (1896) destacou que nos exames que eram realizados anualmente nas escolas existentes em Mato grosso, apenas 44 alunos foram julgados aptos. Destes, apenas 17 foram preparados nas escolas públicas que o governo mantinha na capital.

No ano de 1896, conforme mencionado o relatório da Instrução Pública apresentado no ano de 1897 pelo Diretor José Estevão Corrêa, consta que foram aprovados 27 alunos, destes 5 eram mulheres. O parco desempenho desses alunos foi creditado ao fato das mulheres exercerem a regência das escolas primárias sem o devido preparo para exercer o ensino primário que foi regulamentado pelos Decretos dos anos de 1891 e 1896.

Costa (1897, 21), em mensagem presidencial, expôs que era grave problema a regência das escolas primárias sob a responsabilidade das mulheres. Pelo fato de se confiar a elas o ensino primário, a admissão e as indulgências nos concursos nem sempre proviam "professoras idôneas". Para além disso, como as escolas não tinham sido classificadas em relação ao nível e modalidade de ensino que ofertavam, o atendimento e a diversidade de alunos com idades diferentes dificultava um ensino de qualidade. Era necessário fazer a reforma e "remediar esses inconvenientes", e, portanto, um “novo projeto de reforma do ensino primário, bem como do secundário seria necessário”.

Pedro Leite Osório (1907, p. 18) mais tarde, também mencionaria em sua mensagem presidencial, que a "experiência tem mostrado a necessidade de se acabar com a praxe de serem as escolas do sexo masculino regidas por senhoras, em vez de sê-lo por homens", considerando que os homens são mais capazes do que as mulheres para manter a disciplina em sala de aula, visto que, as mulheres por "diversas causas naturais" não exercem as funções de mestre com a mesma "assiduidade e dedicação" do homem, ainda mais se tiver que cumprir com a responsabilidade de manter um casamento.

Por outro lado, a experiência tem mostrado a necessidade de se acabar com a praxe de serem as escolas do sexo masculinos serem regidas por senhoras, em vez de sel-o por homens, visto que, em regra, são estes mais capazes do que aquellas para manter a ordem e disciplina que devem reinar na escola; acrescendo a isto a circunstância de não poderem as senhoras, por diversas causas naturaes, ter a mesma assiduidade e dedicação do homem, principalmente quando casadas. E de maior conveniência, portanto, que sejam regidas por senhoras somente as escolas do sexo feminino e as mixtas; passando as do masculino a sel-o exclusivamente por professor, como

acontecia antes dessa inovação, que não tem dado bons resultados. Mas não se pode levar a efeito semelhante reforma sem aumentar os vencimentos para os professores destas ultimas, visto não ser possível encontrar pessoal idoneo para regel-as, com os mesquinhos vencimentos actuaes, que, se podem bastar para uma senhora, maximé sendo casada, são manifestamente insuficientes para um homem viver com eles, ainda mesmo no estado de solteiro. (OSÓRIO, 1907, p. 18).

Pedro Leite Osório (1907), tal como Antônio Correa da Costa (1896), responsabilizaram as mulheres pela falta de ordem e disciplina nas escolas e a necessidade de mudança no regulamento para acabar com esta prática.

Desse modo, podemos afiançar que Osório (1907) não admitia que o trabalho da mulher como professora pudesse ser eficiente. Defendemos o pensamento de que, para ele, o fim último da educação seria preparar a mulher para atuar no espaço doméstico e incumbir-se do cuidado com o marido e os filhos. A mulher educada dentro das aspirações masculinas seria uma companhia mais agradável para o homem que transitava regularmente no espaço urbano, como já dito por Almeida (1998).

Percebemos que a mulher em espaço público incomodava, não só pelas características físicas, "mas também pela sua natureza e por suas características morais". (DEL PRIORI, 2015, p. 79). Era um risco incumbir a mulher do ensino dos meninos, já que elas não eram aptas de manter a disciplina que se almejava nas escolas, atribuídas a suas "capacidades" naturais que lhe eram atribuídas, afinal, seu destino era ser esposa e mãe, ser "cuidadora da família".

Michelle Perrot (2005, p. 459) também relacionou a divisão sexual dos espaços e das esferas sociais ao público e ao privado: "aos homens, o público, cujo centro é a política; às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico". Às mulheres, a ordem e a manutenção da sociedade tradicional e patriarcalista. Esse deveria ser o papel assumido pelas escolas ao lhes garantir escolarização: formá-las para a manutenção dos "bons costumes" e para preservar a moral e os bons costumes das famílias patriarcalistas.

A escola tratou de formar os homens para o governo e a manutenção da ordem. As funções das mulheres seriam o cuidado com o lar e nos espaços públicos, quando muito a atuação no magistério ou outras atividades que as levassem a criar "bem" suas filhas e filhos, de modo a formar meninas e meninos para serem boas/bons cidadãos/cidadãos. Cumprindo suas "obrigações naturais" a mulher conseguiu atuar em papel de destaque na vida social.

Borges (2005, p. 179) destacou a influência do pensamento da vida privada das mulheres ao se referir à epigrafe do provérbio inglês "a mão que embala o berço governa o

mundo". Às mulheres a governança do lar, a obrigação de uma boa educação para as filhas, mas principalmente para filhos homens que tinham a responsabilidade de moldar e conduzir os rumos da sociedade na qual se inseriam.

CAPÍTULO III

INSTITUIÇÕES ESCOLARES FEMININAS EM MATO GROSSO

A constituição de 1891 do estado de Mato Grosso, no inciso 13, § 6, artigo 11º, atribuiu como função do estado a organização do ensino primário e secundário. As duas primeiras reformas promovidas pelo Decreto nº 10 de 1891 e pelo Decreto nº 68 de 1896, ocorridas nos primeiros anos da República, obedeceram a esses princípios.

Percorrendo os caminhos das instituições escolares femininas de Mato Grosso, Paulo Nosella e Ester Buffa (2008) nos ajudaram na compreensão de que as instituições escolares constituem importante significado para este processo investigativo. Para essa autora e esse autor, categorias como criação e instalação, processo de organização, os saberes, as normas, os regulamentos fazem parte da história das instituições escolares e permitem a compreensão dos diferentes movimentos na história e na construção de um espaço elucidando as instituições escolares femininas.

Ao configurarmos as instituições escolares mato-grossenses, assim, lembramos que a República foi proclamada em 15 de novembro de 1889. O estado de Mato Grosso viveu, nos primeiros anos republicanos, intensas lutas políticas em busca da manutenção do poder e da consolidação do novo regime. Visando estabilizar sua posição no governo, Marcílio (1963) relatou que nos primeiros dias de governo, o presidente Antônio Maria Coelho, primeiro presidente republicano de Mato Grosso, desarticulou a estrutura da Instrução Pública que fora organizada por Souza Bandeira.

João Pedro Gardés, no relatório da Instrução Pública do ano de 1892, relatou a situação da Instrução Pública mato-grossense no início da República sob a Presidência de Antônio Maria Coelho, primeiro presidente instituído no estado mato-grossense e ressaltou que o Presidente procurou "organizar os diversos serviços, e o ensino público não foi por vos esquecido". Contudo, o "professorado quase na totalidade ignora que o regulamento tem se seguir, pois o de 7 de novembro próximo passado foi apenas publicado na Gazeta Oficial e por poucos até hoje foi lido". (GARDÉS, 1892, p. 1).

Como podemos ver, permanecia uma desarticulação nos rumos da Instrução Pública mato-grossense como confirmamos ao analisar o relatório da Instrução Pública de Gardés (1892). Notamos que mesmo os professores se encontravam sem saber qual regulamento deveriam seguir, permanecendo inseguros na função do magistério que exerciam.

A instrução secundária era representada pelo Liceu Cuiabano, mas em maio próximo passado o vice-presidente Cel. Generoso Ponce, viu-se na contingência de suspender provisoriamente esse estabelecimento, atentos o seu estado de decadência e a situação precária do Tesouro Estadual.

Quanto as causas dessa decadência, creio que devemos procurá-las nos acontecimentos políticos ocorridos nestes últimos anos: portanto desde fins de maio último este Estado não tem estabelecimento nenhum estadual de ensino secundário. (GARDÉS, 1892, p. 2).

Tal era a "decadência" financeira diante dos acontecimentos de desordem política da época, que visivelmente é retratada na mensagem do Presidente Generoso Paes Leme de Souza Ponce para a Assembleia Legislativa do Estado em 1º de junho de 1892, quando se referiu ao "ao máo estado financeiro do tesouro estadoal, e á decadencia em que se acha o Lyceu desta capital". Ponce descreveu que o Lyceu funcionava atendendo a poucos alunos, cuja frequência era insignificante. Justificou por isso, a promulgação do Ato nº 16 de 28 de maio de 1892, suspender as aulas que eram ofertadas no estabelecimento, bem como os salários dos professores, estabelecendo uma "medida econômica". O Presidente ainda reduziu "o pessoal da directoria da instrucção publica, enquanto perdurar a má situação financeira do Estado, o diretor, secretario e amanuense, ficando dispensados o contínuo e o porteiro". (PONCE, 1892, p. 11).

Gardés (1892) enfatizou que as disciplinas deveriam ser ensinadas conforme proposto pelo regulamento, mas o que se ensinava de fato era a leitura e a escrita. O relator destacou que a quantidade de meninos era bem menor do que o esperado, "número bem limitado de meninos recebem noções de Aritmética e de Gramática Nacional". (GARDÉS, 1892, p. 2).

Ora, tão difundida como está a instrução em quase todas as nações civilizadas, saber apenas ler e escrever o seu nome é quase o mesmo que não saber coisa alguma; e o futuro cidadão de Mato Grosso por isso mesmo acha-se numa inferioridade relativa em presença dos de outras partes. (GARDÉS, 1892, p. 3).

A partir da análise do relatório de Gardés, podemos afirmar que a situação da Instrução Pública mato-grossense se realizava com muitas dificuldades e prevalecia a "decadência" do ensino, cujas causas foram destacadas por Gardés (1892, p. 22-23): a) Indiferença pública pelo interesse no ensino; b) Instabilidade da legislação; c) Mobilidade da Diretoria; d) Instabilidade do professorado; e) Pouca habilitação; f) A falta de inspeção regular; g) Falta de mobílias e utensílios escolares.

O relator descreveu que "interesses presentes, imediatos, e o partidarismo prendem de tal modo a atenção pública que deixam pouco lugar para as preocupações da instrução da mocidade". (GARDÉS, 1892, p. 3) e constatou que tanto a instabilidade política quanto a regulamentação da Instrução Pública tornavam difícil, senão impossível, o avanço da educação popular no estado.

Ao assumir o governo, logo após a Proclamação da República em 1889, Antônio Maria Coelho anulou o regulamento de Souza Bandeira e determinou que passasse a vigorar novamente o Regulamento de 4 de março de 1880, que permaneceu em vigor até que o Decreto nº 10 de 1891 fosse regulamentado. Essa desarticulação política confundiu os professores da época, como relatado Gardés (1892).

Mesmo o regulamento tendo sido promulgado pelo Decreto nº 10 de 7 de novembro de 1891 e estando em vigência, era pouco conhecido dos professores, pois ainda não fora amplamente divulgado para a comunidade escolar, o que deixava "os professores públicos perplexos, a ponto de não saberem a que regulamento obedecer: daí grave prejuízo para o ensino público". (GARDÉS, 1892, p. 3).

Gardés (1892) também se referiu à habilitação de professoras e professores, atribuindo a elas e eles a responsabilidade de procurarem habilitação, o que era justificado, pois habilitados ou não, pouco teriam vantagens no exercício da profissão. Por outro lado, mesmo com a falta de instrução, responsabilizou o corpo docente por não buscar os conhecimentos necessários para prestar bons serviços, uma vez que deveriam ser "mais dedicados e se considerassem suas funções como um sacerdócio". (GARDÉS, 1892, p. 5).

Desvinculando a formação docente como uma função intrínseca do estado, necessária à melhoria e à própria organização da Instrução Pública, atribuiu essa falha aos professores, acusando-os pelo despreparo dos alunos.

Despudoradamente julgava uma "injustiça não se poder exigir do professor mais patriotismo do que do comum os cidadãos na sociedade, o professor vê tudo se mover pelo interesse, pode se exigir que ele seja desinteressado?". (GARDÉS, 1892, p. 5). O relator retirava do estado a responsabilidade da educação pública e culpava os docentes que deveriam devotar-se mais ao magistério.

Se, o professor visse que com o devotamento a seu magistério e o cumprimento de suas obrigações poderia garantir o seu futuro e fazer frente as necessidades de sua família, sem dúvida seria mais zeloso porém no estado atual da nossa sociedade sobre tudo fora da Capital, inevitavelmente integra-te a agências estranhas ao seu magistério, e a elas dá toda a importância, porque elas lhe asseguram o sustento de cada dia, visto que seu

ordenado de professor, não sabe quando há de recebê-lo por tanto salvo honrosas exceções o magistério é tratado como causa secundária. (GARDÉS, 1892, p. 5).

Tal era a desconfiança em relação ao trabalho realizado pelos professores que seria necessário que os inspetores visitassem as escolas mais frequentemente evitando "contentarem se em passar o atestado de freqüência do professor quando este lhe apresenta o mapa mensal da escola. Entretanto disse em alguma parte o Sr. Rui Barbosa que sem inspeção não há instrução". (GARDÉS, 1892, p. 5). Afinal, Gardés também mencionou que a falta de utensílios e mobílias dificultava a ação dos professores.

Não há oficial alguma por habilidoso que seja, que possa executar qualquer trabalho sem as ferramentas necessárias, ora os mapas escolas estão numa nudez deplorável, algumas da Capital tiveram anos atrás, sua mobília escolar, porém hoje restam apenas destroços e tanto na Capital como fora dela, as escolas estão inteiramente desprovidas do material necessário para o ensino; o que torna em parte desaproveitados os sacrifícios pecuniários que o estudo faz para a Instrução. (GARDÉS, 1892, p. 5).

Governante após governante justificava a falta de investimento na instrução pública do estado mencionando que eram feitos "sacrifícios pecuniários" para investimentos na Instrução Pública, muito embora o ensino permanecesse "entorpecido pela falta de misteres indispensáveis: livros, papel, tinta, penas, giz, ardósias, quadros pretos, mapas geográficos e em muitas escolas, até há falta de bancos e mesas. (GARDÉS, 1892, p. 5).

Com isso, a Instrução Pública mato-grossense permanecia com estrutura básica deficitária e faltavam materiais escolares e mobílias para o bom funcionamento da escola. Poucas escolas funcionam em prédio próprio, mesmo assim, não construídos para esse fim. Outras funcionam em casas alugadas, e o aluguel muitas vezes era pago pelo professor. Poucas escolas funcionavam fora do centro da cidade e, portanto, os mais prejudicados eram aquelas e aqueles que moravam distantes do centro da cidade, onde a precariedade das escolas ainda era pior.

O relatório da Instrução Pública de 1893, elaborado pelo Diretor Geral Dr. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, descreveu que as mudanças realizadas no ano que se findara, sacudiram as estruturas públicas administrativas mato-grossenses, tanto que o ensino primário e secundário não funcionou com regularidade, causando "entorpecimento geral no nosso mecanismo administrativo" o que impediu o funcionamento "com regularidade durante todo o ano e oferecesse até um aspecto de algum modo decadente". (MENDES, 1893, p. 1).

Recorrentes reformas e mudanças na estrutura da Instrução Pública em Mato Grosso se refletia no ensino e promovendo "desorganização e mesmo interrupção da marcha regular dos serviços públicos durante o período revolucionário, porque passou este Estado e como consequência deste fato a preocupação e o receio que se apoderaram naturalmente do espírito público". O que acabou por provocar a "paralisação no andamento deste ramo de serviço". (MENDES, 1893, p. 1).

Podemos tecer algumas considerações a partir do relatório da Instrução Pública de 1892 elaborado por Gardés e da mensagem presidencial emitida por Ponce em 1892. Ambos mencionaram as dificuldades econômicas, políticas e sociais e creditaram a essas circunstâncias a sua irresponsabilidade frente às necessárias reformas da Instrução Pública mato-grossense nos primeiros anos da República, creditada tanto pela Constituição Federal de 1891 quanto pela Constituição do Estado de Mato Grosso do mesmo ano, responsabilizando o Estado a organização da educação básica.

As escolas femininas se organizavam conforme os regulamentos da Instrução Pública instituídos nos anos de 1889 com a Reforma de Souza Bandeira, em 1891 com o Decreto 10 de 7 de novembro e Decreto 68 de 20 de junho de 1896. Estes documentos regulamentavam o ensino básico, desde o ensino primário até o ensino secundário, com uma educação diferenciada de meninas e meninos.

Podemos inferir que a educação das mulheres, dialogando com Nilce Vieira Campos Ferreira (2013, p. 8), proporcionava a mulher uma habilitação que pudesse cuidar do convívio familiar "porque devia à sua família e à sociedade a máxima eficiência, em busca de uma organização regular e eficiente da vida familiar". Portanto, mantendo-se a escolarização articulada ao trabalho de agulhas e prendas domésticas a mulher se manteria responsável pelos seus lares, por conservar e executar as atividades da vida doméstica

3.1 De 1889 a 1893: instituições femininas mato-grossenses

No relatório da Instrução Pública do ano de 1889, realizado pelo Diretor Geral Alfredo José Vieira, apresentado para o Presidente da Província Antônio Herculano de Souza Bandeira, em Mato Grosso, as escolas encontravam-se organizadas da seguinte forma: 20 escolas masculinas e 12 escolas femininas, destas 4 escolas eram mistas.

Podemos notar no relatório da Instrução Pública de 1889 a ausência de informações referente a instrução secundária.

Quadro 5: Escolas e alunos no ano de 1889 das escolas primárias

Classificação das escolas	Quantidade de escolas	Matriculas
Masculinas	20	963
Femininas	12	516
Mistas	-	-
Total	32	1.479

Fonte: elaborado pela pesquisadora³².

Observamos no quadro nº 5 que o número de escolas femininas era bem menor que as escolas do sexo masculino, o que nos leva a considerar que poucas eram as mulheres no acesso a instrução primária pública, constatado pelo número de meninas matriculadas de 516 para 963 meninos. Identificamos no relatório da Instrução Pública de 1889 realizado por Alfredo José Vieira, 07 escolas do sexo feminino que encontravam-se distribuídas da seguinte forma: uma escola do sexo feminino em Vila de Miranda, uma no povoado de Figueira (Rosário do Oeste), uma no município de Cáceres, uma no município de Corumbá e três escolas no município de Cuiabá: Escola do Sexo Feminino da Sé, da Capital e da Paróquia de São Pedro 2º.

Quadro 6: Escolas do sexo feminino de 1889

Ano	Escolas
1889	Escola do Sexo Feminino da Sé
	Escola do Sexo Feminino da Capital
	Escola do Sexo Feminino D. Pedro 2º
	Escola do Sexo Feminino de Vila Miranda
	Mistas Escola do Sexo Feminino de Cáceres
	Escola do Sexo Feminino de Corumbá
	Escola do Sexo Feminino de Figueira
Total	07 escolas

Fonte: elaborado pela pesquisadora

³² Os quadros de número 05 a 27 foram elaborados a partir dos relatórios da Instrução Pública de 1889, 1892, 1893, 1895, 1897, 1898, 1899, 1902, 1906, 1908, 1909 e 1911. Todos os relatórios constam nas referências e podem ser consultados no Arquivo Público de Mato Grosso - APMT e no site em <http://www.ufmt.br/cmvmmt/>.

No relatório redigido por João Pedro Gardés para ser apresentado ao Presidente do Estado de Mato Grosso, Manoel José Murtinho, no ano de 1892, procurando comprovar as escolas públicas primárias em funcionamento nos anos de 1890, 1891 a 1892, esse relator apresentou que "as informações que posso apresentar, são incompletas às vezes baseados em conjecturas visto escassearem em muitos casos os dados". (GARDÉS, 1892, p, 8).

Gardés destacou que em 1890 funcionavam no Estado mato-grossense 39 escolas, 21 escolas masculinas, 10 escolas femininas e 08 escolas mistas com 1288 alunos frequentes nas escolas. A diferença entre o número de matrículas com os alunos frequentes era de 496 alunos. O relatório não traz o número de alunos matriculados nas escolas femininas e nas escolas masculinas, assim como das escolas mistas.

Quadro 7: Escolas e alunos no ano de 1890 das escolas primárias

Classificação das escolas	Quantidade de escolas	Matrículas	Alunos frequentes
Masculinas	21	-	-
Femininas	10	-	-
Mistas	08	-	-
Total	39	1.784	1.288

Como podemos ver, o relatório de 1892 trouxe a menção da existência de escolas mistas em 1890, mas não era permitida a frequência de meninas e meninos na mesma sala, pois no período da manhã as meninas frequentariam a escola e no período da tarde os alunos do sexo masculino assistiriam suas aulas. Permanecia, portanto, a separação entre os sexos e entre os ensinamentos que eram destinados a meninos e meninas.

Artigo 35º – Em todas as escolas primárias os exercícios diários se verificarão em duas sessões: uma das 7 às 10 horas da manhã, e outra de 1 às 4 horas da tarde. § Único: Nas escolas mistas a sessão da manhã será destinada às meninas, e a da tarde aos alunos do sexo masculino. (MATO GROSSO, 1891, p. 7).

Percebemos ainda a diferença de alunos matriculados em relação aos alunos frequentes. A falta de dados concretos para compor um relatório real das escolas e do atendimento ao ensino foi destacada "sabe-se apenas o número de alunos matriculados e o número dos frequentes pelos mapas mensais dos professores, mapas que na consciência de todos são de pouca significação". (GARDÉS, 1892, p, 3).

Continuando na composição do mapa das escolas existentes, no ano de 1891, 41 escolas estavam funcionando atendendo a 1634 alunos matriculados e com frequência de 1141 alunos. Analisando os dados, observamos que 493 alunos deixaram de frequentar as escolas. Entre os anos de 1890 a 1891, ocorreu significativa redução de alunos matriculados e frequentes, mesmo com a criação de mais duas escolas masculinas. Vemos que nenhuma escola feminina foi criada nos anos 1890 e 1891, mantendo-se em funcionamento as mesmas 10 escolas.

Quadro 8: Escolas e alunos no ano de 1891 das escolas primárias

Classificação das escolas	Quantidade de escolas	Matriculas	Alunos frequentes
Masculinas	23	-	-
Femininas	10	-	-
Mistas	08	-	-
Total	41	1.634	1.141

O mesmo relatório informou que em 1892 o número do total de escolas havia diminuído: 37 escolas atendiam a 1705 alunos matriculados, contudo, mencionou apenas 1306 alunos frequentes, portanto, 399 alunos não frequentavam essas escolas.

Quadro 9: Escolas e alunos no ano de 1892 das escolas primárias

Classificação das escolas	Quantidade de escolas	Matriculas	Alunos frequentes
Masculinas	19	-	-
Femininas	10	-	-
Mistas	08	-	-
Total	37	1.705	1.306

No relatório de Gardés de 1892 há ainda menção de 10 escolas femininas, mas o relator não as identifica. Em relação ao ensino secundário, descreveu que a única escola ofertando esse nível de ensino estava na Capital e era denominado Liceu Cuiabano. No ensino secundário do ano de 1890 foram aprovados apenas 11 alunos e em 1891 foram 19 alunos que obtiveram aprovação, no total 30 alunos ao longo de dois anos.

No Externato Feminino foram aprovadas 21 alunas em 1890 em 19 alunas em 1891, total de 40 alunas.

Quadro 10: Instrução secundária mato-grossense

Classificação das escolas	Alunos aprovados em 1890	Alunos aprovados em 1891	Total
Liceu Cuiabano	11	19	30
Externato Feminino	21	19	40

Constatamos que o número de alunas do Externato Feminino era bem maior do que dos alunos do Liceu Cuiabano, portanto verifica-se que as mulheres ocuparam esse espaço em busca de formação para o magistério conforme estabelecido pelo Regulamento Souza Bandeira de 1889.

Em 1892, a situação das escolas públicas em Mato Grosso pouco havia se alterado. Gardés (1892) expôs que mesmo com o empenho do Estado de Mato Grosso na promoção da Instrução Pública e com o descontentamento político pouco se esperava pela estabilidade que o governo se encontrava.

Sinto ver-me obrigado a dizer que o ensino público no nosso Estado acha-se numa situação pouco lisonjeira. Nos últimos anos do Império fizeram-se alguns esforços para melhorá-lo; porém pouco podia esperar-se num Estado que não tem elementos de vida próprios, e que era quase sempre governado por militares; e durante o primeiro período da República, sob o Governo do General Antônio Maria Coelho, a situação piorou ainda. (GARDÉS, 1892, p. 1).

Joaquim Pereira Ferreira Mendes mencionou no relatório da Instrução Pública do ano de 1893, a existência de 40 escolas de ambos os sexos em todo o estado mato-grossense. Nesse mesmo relatório especificou que dificuldades de comunicação com as outras localidades fora da capital impediu que pudesse precisar os dados, constando no relatório apenas dados dos alunos matriculados nas escolas da capital.

Mais uma vez, é possível percebermos que as dificuldades de comunicação eram constantes dada a população rarefeita, a distância entre as poucas vilas e aglomerações populacionais existentes no estado mato-grossense, bem como a falta de recursos humanos e mesmo de infraestrutura e outros necessários para uma elaboração estatística mais próxima da realidade da Instrução Pública no período.

O relatório permite, entretanto, identificar a quantidade de escolas do estado e o número de alunas e alunos matriculados nas escolas da capital.

Quadro 11: Escolas e alunos no ano de 1893 das escolas primárias³³

Classificação das escolas	Quantidade de escolas do estado mato-grossense	Matriculas escolas da capital	Alunos frequentes
Masculinas	20	221	-
Femininas	12	236	-
Mistas	08	-	-
Total	40	457	-

No ano de 1893 haviam 40 escolas primárias no estado mato-grossense. Nas escolas da Capital estavam matriculados 457 alunos: 221 alunos do sexo masculino e 236 alunos do sexo feminino. 221 alunos estavam distribuídos nas 04 escolas do sexo masculino do 1º Distrito e na única escola sexo masculino do 2º Distrito da Capital. As 236 meninas foram alocadas nas 03 escolas do 1º Distrito e nas 02 escolas do 2º Distrito da Capital.

No quadro nº 12, realizado a partir do relatório da Instrução Pública de 1893, identificamos nos quadros e mapas anexos do relatório 12 escolas do sexo feminino.

Quadro 12: Escolas do sexo feminino de 1893

Ano	Escolas
1893	Escola do Sexo Feminino de Cáceres
	Escola do Sexo Feminino de Corumbá
	Escola do Sexo Feminino de Vila do Livramento
	Escola do Sexo Feminino de Vila Rosário
	Escola do Sexo Feminino de Poconé
	Escolas do Sexo Feminino da Capital no 1º Distrito
	Escolas do Sexo Feminino da Capital no 1º Distrito
	Escolas do Sexo Feminino da Capital no 1º Distrito
	Escolas do Sexo Feminino da Capital no 2º Distrito
	Escolas do Sexo Feminino da Capital no 2º Distrito
	Escola do Sexo Feminino da Sé
	Escola do Sexo Feminino de São Gonçalo
Total	12 escolas

³³ O relatório da Instrução Pública de 1893 não trouxe informações sobre alunos e alunas no ensino secundário.

As 12 escolas femininas estavam distribuídas no Estado mato-grossense, conforme identificado no relatório da Instrução Pública de 1893 elaborado pelo Diretor Joaquim Pereira Ferreira Mendes e apresentado ao Presidente do Estado, Manoel José Murtinho.

Identificamos uma escola do sexo feminino no município de Cáceres, uma em Corumbá e uma em Poconé. Na Vila de Livramento e Vila Rosário o relatório descreveu a existência de uma escola em cada vila. Na capital, Cuiabá, pudemos verificar que existiam sete escolas, três escolas do sexo feminino no 1º Distrito e duas no 2º Distrito. Havia ainda uma Escola do sexo feminino da Sé e uma Escola do sexo feminino de São Gonçalo.

Na mensagem presidencial de 1893 para Assembleia Legislativa, Manoel José Murtinho, presidente do Estado de Mato Grosso, relatou o conturbado período político pelo qual passara o estado, mencionando que o governo vinha contribuindo para acalmar os ânimos, na garantia e manutenção do direito de todos. “Este estado de paz tem contribuído para que o estado pudesse se organizar politicamente e seguir com a organização dos serviços que lhe incumbiam”. (MURTINHO, 1893, p. 3).

Murtinho (1893) enfatizou em sua mensagem, a dificuldade de colocar em prática a obrigatoriedade do ensino primário, conforme estabelecido na Constituição Estadual de Mato Grosso de 1891, no artigo 11º, parágrafo 13ª, que competia ao Poder Legislativo legislar “sobre o ensino público, que será livre e leigo em todos os seus grãos. A instrução primária será gratuita e obrigatória nas condições estabelecidas por lei”.

Cabe ressaltar que a mensagem presidencial de Manoel José Murtinho de 1893 e o relatório da Instrução Pública elaborado por Gardés (1892) e por Joaquim Pereira Ferreira Mendes em 1893, encontraram dificuldades para que o Decreto nº 10 de 7 de novembro de 1891 fosse cumprido, fosse pela falta de dados precisos fosse pelas inconstâncias políticas e econômicas do estado.

3.2 As escolas femininas no período de 1894 a 1900

A Instrução Pública no ano de 1894, conforme relatório de 22 de abril de 09 de março de 1895 do Diretor da Instrução Pública, Joaquim Pereira Ferreira Mendes ao Presidente Manoel José Murtinho, estava organizada com 39 escolas públicas no estado mato-grossense, 13 do sexo masculino, 10 do sexo feminino e 15 escolas mistas.

Quadro 13: Escolas e alunos no ano de 1894

Classificação das escolas	Quantidade de escolas	Matriculas	Alunos frequentes
Masculinas	13	-	-
Femininas	10	-	-
Mistas	15	-	-
Total	37	1592	1203

O relatório da Instrução Pública de 1894, apresentou o total de 1592 alunos matriculados, mas frequentes de 1203 alunos, não frequentavam as escolas 389 alunos. Estes dados são aproximados, haja visto a impontualidade dos mapas emitidos pelas escolas, diante das dificuldades de comunicação e/ou mesmo por não os fazer. (MENDES, 1895).

A instrução secundária pública, sob a responsabilidade do estado continuava a ser ofertada para toda a população apenas no Liceu Cuiabano nos cursos preparatório e normal³⁴.

Quadro 14: Instrução secundária mato-grossense de 1894

Classificação das escolas	Alunos
Curso Preparatório	12
Escola Normal	14
Total	26

Verificamos no relatório da Instrução Pública de 1894, que o ensino secundário foram matriculados 26 alunos. No curso preparatório do ensino secundário foram matriculados 12 alunos, 10 alunos no 1º ano e 02 alunos no 2º ano. No curso normal foram matriculados 14 alunos, 12 alunos no 1º ano e 02 no 2º ano. Esse mesmo relatório não traz a distinção entre alunos do sexo masculino ou feminino do ensino secundário.

No Relatório da Instrução Pública de 10 de março de 1895, referente ao ano de 1894, constatamos a existência de 10 escolas do sexo feminino, conforme demonstrado no quadro nº 15.

³⁴ A instalação da Escola Normal em Cuiabá se deu no ano de 1840, extinta no de 1844 e só veio a funcionar novamente em 1874 (OLIVEIRA, 2009). Na Reforma Souza Bandeira em 1889, criou-se o Externato Feminino extinto em 1891 com o Decreto nº 10 o ensino secundário foi organizado em preparatório e normal ministrado no Liceu Cuiabano, único estabelecimento do ensino secundário no estado no período. (MARCÍLIO, 1963).

Quadro 15: Escolas do sexo feminino de 1894

Ano	Escolas
1894	Escola Feminina da Capital
	Escola Feminina Freguesia de São Gonçalo
	Escola Feminina Vila Livramento
	Escola Feminina Vila Rosário
	Escola Feminina Vila Diamantino
	Escola Feminina de Vila Miranda
	Escola Feminina Cidade de Cáceres
	Escola Feminina Cidade de Corumbá
	Escola Feminina Cidade de Poconé
	Escola Feminina Povoação Sant´Ana Paranayba
Total	10 escolas

As escolas primárias do sexo feminino estavam distribuídas no Estado mato-grossense conforme identificado nos quadros e mapas anexos ao relatório da Instrução Pública de 1895 elaborado por Mendes, Diretor da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Na capital mato-grossense, Cuiabá, existia: uma escola feminina na Capital e uma na Freguesia de São Gonçalo. Uma escola em cada vila: a vila de Livramento, a vila de Rosário, a vila Diamantino e Vila Miranda. Uma escola em cada cidade: Cáceres, Corumbá e Poconé, uma escola feminina no povoado de Sant´Ana Paranayba.

No relatório da Instrução Pública de 9 de março de 1895 do Diretor Geral, Mendes descreveu que as matérias deveriam ser ampliadas e "segmentadas com a organização de programas de ensino das diversas matérias", com ênfase ao ensino da História, da Geografia, da Língua Portuguesa e da Aritmética e aos poucos acrescentariam o ensino de desenho linear ou Geometria prática. (MENDES, 1895, p. 3).

Sugeriu reformas nos programas de ensino da Instrução Primária, conforme já instituídas em outros países e estados do Brasil. Concordamos com Saviani quando expôs que com o advento da República "o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente as escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino a toda a população". (SAVIANI, 2004, p. 18).

Mendes (1895) descreveu ainda as dificuldades de preencher os cargos de professores nas escolas do Estado. Para o relator, o transporte para os lugares mais distantes da capital era deficitário e os salários pagos aos professores eram insuficientes para a seu sustento. Nesse relatório, Mendes (1895) propôs que a Assembleia Legislativa revisse os vencimentos dos professores para que a Instrução Pública pudesse alcançar o êxito necessário: "aos poucos e com perseverança nutro esperanças de conseguir atender a esta necessidade do ensino". (MENDES, 1895, p. 6).

Quase todas as escolas mato-grossenses ao longo do período em estudo continuavam a funcionar em prédios de aluguel, quase sempre destituídas de infraestrutura e condições higiênicas necessárias e apropriadas. Segundo Mendes (1895) era impossível continuar com o plano de construção das escolas tendo em vista os altos preços dos materiais. Também Murtinho (1895, p. 11) pedia providências em relação à remuneração dos professores, visto que os salários eram os mesmos de anos atrás, insuficientes para manter o professor no cargo diante da "crise econômica porque passa o país".

No ano de 1897, o relatório da Instrução Pública datado de 02 de janeiro de 1897, contendo dados alusivos ao ano de 1896, preparado pelo Diretor da Instrução Pública José Estevão Corrêa e enviado ao Presidente do estado de Mato Grosso Antônio Corrêa da Costa, mencionou que existiam no estado 45 escolas, das quais 04 escolas estiveram fechadas.

Dessas 04 duas pertenciam à Vila de Miranda, sendo uma do sexo feminino e outra do sexo masculino, uma mista ao Povoado das Grotas, e uma mista na Povoação de Araguaia. Todas elas deixaram de funcionar por falta de professores. Consoante Corrêa (1897) outras escolas também deixaram de ser providas por falta de recursos financeiros: uma Escola Mista no Distrito de Cassange, Município de Poconé; uma do sexo masculino na Vila de Nioac e uma mista na Povoação da Bela Vista, no Município de Sant'Anna do Paranayba.

Quadro 16: Escolas e alunos no ano de 1896

Classificação das escolas	Quantidade de escolas	Matriculas	Alunos frequentes
Masculinas	13	1036	-
Femininas	12	545	-
Mistas	16	-	-
Total	41	1581	-

Identificamos, portanto, que no ano de 1896, 13 escolas masculinas, 12 escolas femininas e 16 escolas mistas estavam em funcionamento no estado mato-grossense,

atendendo a 1036 alunos matriculados nas escolas masculinas e 545 alunas matriculadas nas escolas femininas, totalizando 1581 estudantes matriculados nas escolas públicas primárias.

O ensino secundário constituído de dois cursos, normal e preparatório, continuou sendo ministrado no Liceu Cuiabano durante o ano de 1896 conforme informações do relatório da Instrução Pública elaborado pelo Diretor José Estevão Corrêa do dia 02 de janeiro de 1897.

Quadro 17: Instrução secundária mato-grossense de 1896

Classificação das escolas	Alunos
Curso Preparatório	20
Escola Normal	19
Total	39

Constatamos que 20 alunos frequentavam o curso preparatório e o curso normal era frequentado por 19 alunos que estavam distribuídos nas diversas aulas das disciplinas: gramática portuguesa: 29 alunos e 03 alunas; pedagogia e metodologia: 01 aluno e 02 alunas; matemática elementar: 35 alunos; geografia: 27 alunos e 02 alunas; história: 05 alunos e 03 alunas; francês: 13 alunos; inglês: 05 alunos e 18 alunos em latim.

Pela distribuição dos alunos e alunas nas aulas verificamos a frequência de 10 alunas identificadas nas disciplinas, portanto, compreendemos que em algumas disciplinas como: Matemática elementar, Inglês, Francês e Latim as meninas não foram identificadas.

No quadro nº 18, podemos observar as 12 escolas femininas que foram identificadas nos quadros e mapas anexos do relatório da Instrução Pública referente ao ano de 1896, realizado pelo Diretor da Instrução Pública José Estevão Corrêa.

Quadro 18: Escolas do sexo feminino de 1896

Ano	Escolas
1896	Escola feminina do 1º distrito da Capital
	Escola feminina do 1º distrito da Capital
	Escola feminina do 1º distrito da Capital
	Escola feminina do 2º distrito da Capital
	Escola feminina do 2º distrito da Capital
	Escola feminina da Cidade de Cáceres

	Escola feminina de Poconé
	Escola feminina de Corumbá
	Escola feminina de Vila Livramento
	Escola feminina de Rosário
	Escola feminina Povoação Sant'Anna do Paranahyba
	Escola feminina de Vila Miranda
Total	12 escolas

Comprovamos que as escolas femininas encontravam-se distribuídas em sua maioria na capital do estado de Mato Grosso: três escolas femininas no 1º Distrito e duas no 2º Distrito da Capital. Nas cidades de Cáceres, Poconé, Corumbá e Rosário, uma para cada cidade. Uma escola feminina nas vilas de Vila Livramento e Vila Miranda e uma no povoado de Sant'Anna do Paranahyba.

Na mensagem presidencial para a Assembleia Legislativa, Antônio Corrêa da Costa (1897, p. 21) referiu-se à Instrução Pública como um importante ramo da administração que "está exigindo reforma inadiável", afinal, dos 44 alunos que fizeram o exame, apenas 17 eram oriundos das 10 escolas públicas do estado, concorrendo "para este resultado a falta de confiança dos pais de família no professorado público" o que acabava por determinar o aumento das escolas particulares". (COSTA, 1897, p. 21).

Antônio Corrêa da Costa, conhecendo as falhas do ensino público, publicou em 20 de junho de 1896 o Decreto 68 de 20 junho regulamentando a Instrução Primária de Mato Grosso, no qual tratou de alterar e melhorar toda a estrutura do ensino primário e secundário. Contudo, execução do plano de estudos, que regia o novo regulamento da Instrução Pública, tinha o dever de transformar o Ensino Público da Instrução Primária. Creditou a "preconceitos inveterados de um lado, costumes arraigados de outro, a pouca ilustração da maioria da população por uma parte e a má vontade de uns e o indiferentismo de muitos por outra parte", mais uma vez, os governos esquivando-se da responsabilidade do estado pela instrução da população. (COSTA, 1897, p. 1).

Costa (1897) destacou que reforma deveria suprir as lacunas da Instrução Pública do Estado, e que as mudanças no ensino das escolas elementares teria como finalidade a "educação intelectual e moral" se "quiser elevar as nossas Instituições de Ensino à situação a que precisam e devem chegar neste derradeiro quartel do chamado século das luzes e da

civilização", de forma que a Instrução Pública fosse capaz de "produzir os frutos que dela se deve esperar". (COSTA, 1897, p. 2).

Desse modo, podemos ponderar que embora coubesse aos estados brasileiros a responsabilidade de organizar a instrução popular "essa responsabilidade foi assumida das mais diversas formas, sendo os resultados também os mais variados e, na maioria dos casos, pouco significativos para a alteração da situação do analfabetismo e ignorância vigorantes na época". (GONÇALVES NETO, 2012, p. 23).

Nesse contexto, os governantes procuraram organizar a Instrução Pública de Mato Grosso, mas apenas por meio de um ou de outro regulamento, sem contudo, encarar os problemas que se avolumavam, entre eles, a formação de professoras e professores, a infraestrutura necessária, materiais didáticos e pedagógicos necessários, entre outros fatores.

No ano de 1897 podemos verificar no relatório da Instrução Pública do dia 03 de janeiro de 1898 que das 15 escolas femininas, funcionaram apenas 13 escolas e das 15 escolas masculinas existentes apenas funcionaram 12 escolas. Das 22 escolas mistas, estiveram em funcionamento 19 escolas.

Quadro 19: Escolas e alunos no ano de 1897

Classificação das escolas	Quantidade de escolas	Matriculas	Alunos frequentes
Masculinas	12	1003	-
Femininas	13	702	-
Mistas	19	-	-
Total	44	1705	-

No quadro nº 19 podemos verificar que foram matriculados 1705 alunos, 1003 alunos em escolas masculinas e 702 alunas em escolas femininas. O relatório não traz o total de alunos matriculados nas escolas mistas, nem o total da frequência dos alunos no ensino primário.

No ensino secundário foram identificados no relatório de 1897, 44 alunos matriculados, não especificando a quantidade alunos para cada sexo, e quais eram os cursos nos quais os alunos estavam matriculados, normal ou preparatório.

Identificamos nos quadros e mapas anexos do relatório da Instrução Pública referente ao ano de 1897, elaborado para o Presidente do Estado de Mato Grosso Antônio Corrêa da Costa pelo Diretor da Instrução Pública José Estevão Corrêa, as escolas femininas mato-grossenses conforme dispostas no quadro abaixo:

Quadro 20: Escolas do sexo feminino de 1897

Ano	Escolas
1897	4ª escola primária do sexo feminino do 1º distrito da capital
	Escola feminina do 1º distrito da Capital
	Escola feminina do 2º distrito da Capital
	Escola Complementar feminina da Capital
	Escola feminina de Rosário
	Escola feminina de Poconé
	Escola feminina de Vila Livramento
	Escola feminina de Corumbá
	Escola feminina de Vila Miranda
	Escola feminina de Vila Diamantino
Total	10 escolas

A despeito do relatório mencionar o funcionamento de 13 escolas, conseguimos identificar pelos quadros e mapas somente 10 escolas do sexo feminino, assim distribuídas no estado mato-grossense: uma 4ª escola primária do sexo feminino do 1º distrito da capital, uma Escola feminina no 1º e 2º distrito da Capital, uma escola complementar do sexo feminino na Capital, uma em cada localidade: Rosário, Poconé, Vila Livramento, Corumbá, Vila Miranda e Vila Diamantino.

Constatamos no relatório de José Estevão Corrêa (1898), o momento de transição e adaptação ao novo Decreto nº 68 de 1896, uma vez que a instalação das escolas estava sendo realizada nos moldes normatizados pelo decreto e segundo ele "o primeiro ensaio a que foi assim submetido o ensino, veio mostrar que melhorou consideravelmente a instrução pública". (CORRÊA, 1898, p. 2),

Corrêa no relatório da Instrução Pública de 1898, que se refere ao ano de 1897, enviado ao Presidente do Estado, Antônio Corrêa da Costa, em seu relato considera-o um ano de mudanças e de relevante avanço na Instrução Pública, pois "os meninos de hoje considerados sob o ponto de vista de seu cultivo intelectual e moral, já deixam bem longe de si os de outrora". (CORRÊA, 1898, p. 8).

Averiguamos no relatório da Instrução Pública de 1899, realizado por Januário da Silva Rondon, Diretor da Instrução Pública do estado mato-grossense, direcionado para o

Presidente Antônio Pedro Alves de Barros que o Decreto nº 68 de 1896, organizou a instrução primária em dois cursos distintos: o elementar que é ministrado por escolas de ambos os sexos nesta capital e em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados; e o curso complementar existente somente na Capital. O relator relatou que foram criados em todo o Estado de Mato Grosso, 62 escolas: 57 para o curso elementar e 5 para o complementar. No quadro abaixo verificamos a quantidade de escolas criadas no estado mato-grossense. (RONDON, 1899).

Quadro 21: Escolas e alunos no ano de 1899

Classificação das escolas	Quantidade de escolas	Matriculas	Alunos frequentes
Masculinas elementares	15	1255	-
Masculinas complementares	4		-
Femininas elementares	15	553	-
Femininas complementares	1		-
Mistas	27	-	-
Total	62	1808	227

A Instrução Pública primária, conforme relatório da Instrução Pública de 1899, foi organizada com 15 escolas elementares do sexo masculinos distribuídas 04 escolas na Capital, uma em cada cidade: Santo Antônio do rio Abaixo, Livramento, Rosário, Nioac, Diamantino, Cáceres, Corumbá, Santa Ana do Paranayba e 02 em Poconé. As 27 escolas mistas, consideradas elementares foram criadas nas freguesias e povoados mato-grossenses. Foram criadas 04 escolas complementares, mas instaladas duas, uma para cada sexo na Capital do Estado de Mato Grosso. Coligimos, contudo, que das escolas criadas ainda não haviam sido instaladas 07 escolas elementares e 03 escolas complementares.

O relatório não trouxe informações sobre alunos matriculados no Liceu Cuiabano, mas ali se constituía um curso denominado Humanidades, o qual se acha dividido em quatro anos de ensino conforme estabelecimento pelo Decreto nº 68 de 1896.

Para a educação feminina foram criadas as 05 escolas elementares na cidade da Capital e uma em cada uma das cidades.

Quadro 22: Escolas do sexo feminino de 1899

Ano	Escolas
	01 Escola Complementar do sexo feminino na Capital
	05 Escolas Elementares do sexo feminino na Capital

1899	01 Escola Elementar do sexo feminino em Santo Antônio do Rio Abaixo
	01 Escola Elementar do sexo feminino em Vila Livramento
	01 Escola Elementar do sexo feminino em Rosário
	01 Escola Elementar do sexo feminino em Vila Miranda
	01 Escola Elementar do sexo feminino em Nioac
	01 Escola Elementar do sexo feminino em Diamantino
	01 Escolas Elementares do sexo feminino em Poconé
	01 Escola Elementar do sexo feminino em Cáceres
	01 Escola Elementar do sexo feminino em Corumbá
	01 Escola Elementar do sexo feminino em Sant' Ana do Paranaíba
Total	15 escolas

No quadro nº 22, visualizamos 15 escolas elementares do sexo feminino distribuídas no estado de Mato Grosso. Cinco escolas elementares do sexo feminino e uma escola complementar do sexo feminino distribuídas na Capital, Cuiabá. No relatório não constam onde as escolas elementares da Capital foram criadas. As escolas distribuídas fora da Capital estavam em Santo Antônio do Rio Abaixo, Vila Livramento, Vila Miranda, Rosário, Nioac, Diamantino, Poconé, Cáceres, Corumbá e Sant'Ana do Paranaíba, uma para cada localidade referenciada.

Antônio Cesário Figueiredo (1899, p. 15) na mensagem presidencial de 1899, destacou a importância de dados estatísticos concretos para a elaboração de planos que previssem a expansão das escolas, bem como de recursos para escolas que muitas vezes não tinham frequência de alunos.

Figueiredo (1899, p. 15) enfatizou a importância de se criar uma Escola Normal para preparar professores para o magistério, "pois só assim poderemos ter escolas capazes de preencher os seus fins sociais, professores idôneos para o cabal desempenho de sua árdua e nobre missão de formar cidadãos uteis a si e à sociedade". Para ele, a escola de formação de professores deveria ser desvinculada do Liceu Cuiabano e deveria funcionar e ter sua própria administração.

Pedro Alves de Barros (1900, p. 10) reconheceu na mensagem presidencial a importância de admissão das mulheres para regências de escolas do sexo masculino, "achando-se hoje reconhecida a aptidão especial da mulher para a educação da infância de

ambos os sexos" e destacou que deveriam ser demandados todos os esforços para a educação pública, visão essa que era comum ao movimento republicano no período em estudo e que "penetrou aos poucos na sociedade e a educação passou a ser vista, pela primeira vez neste país, como "motor da história", impulsionado por forte debate em torno da necessidade de se promover a educação pública do país. (GONÇALVES NETO, 2012, p, 12).

3.3 Nos rastros da primeira década do século XX: escolas femininas de 1901 a 1910

No ano de 1902, o relatório da Instrução Pública realizado pelo Diretor Januário da Silva Rondon para o Presidente do Estado de Mato Grosso Antônio Alves de Barros. Não apresenta dados referentes as matrículas e quantidades de alunos por sexo. Expos a quantidade total de 79 escolas constituídas no estado mato-grossense com 2239 alunos matriculados e frequentaram 1959 alunos.

Das 79 escolas 10 escolas deixaram de funcionar devido à falta de professores: uma escola do sexo feminino da povoação do Mimoso, no município de Santo Antônio, uma escola mista na povoação do Pirisal no município de Livramento, uma mista no povoado de Buracão no município de Rosário, uma escola mista no distrito do Bonito, uma escola mista na povoação de Caracol pertencente a Comarca de Miranda, uma mista na povoação do Santo Antônio do Rio Madeira no município de Mato Grosso, outra escola mista no Guaporé no município de Mato Grosso. Uma escola mista na povoação do Amolar no município de Corumbá, outra mista no Bauzinho no município de Coxim, e por último uma escola mista na povoação de Vacarias no município de Nioac. (RONDON, 1902).

Na mensagem presidencial de 03 de fevereiro do Presidente do Estado Antônio Pedro Alves de Barros (1902), o Presidente aboliu a distinção das escolas elementares e suplementares, adaptando-se para elas o mesmo programa constante no Decreto nº 10 de 07 de novembro de 1891, além de equiparar os planos do Liceu Cuiabano ao Ginásio Nacional, pois uma vez concluído o curso, o estudante estaria apto a se matricular no ensino superior.

No ano de 1902, conforme mensagem Presidencial de Antônio Pedro Alves de Barros (1903) e no relatório da Instrução Pública emitido por Rondon (1902), houve uma diminuição no número de matrículas e frequência, creditado à instabilidade política de movimentos armados da época e às epidemias de varíola e peste bubônica sofrida pela população. Além disso, foi ainda descrita a falta de aptidão e capacidade dos professores, o relator proferindo que mesmo "elevem os seus vencimentos, o resultado sempre será o mesmo", pois não seria isso que elevaria o potencial do professorado. (RONDON, 1902, p. 3).

Identificamos no relatório da Instrução Pública de 1902, que existiam em Mato Grosso 10 escolas femininas em funcionamento.

Quadro 23: Escolas do sexo feminino de 1902

Ano	Escolas
1902	1ª Escola Complementar do sexo feminino na Capital
	1ª Escola Elementar do sexo feminino na Capital
	2ª Escola Elementar do sexo feminino na Capital
	3ª Escola Elementar do sexo feminino na Capital
	1ª Escola Elementar do sexo feminino do 2º Distrito da Capital
	2ª Escola Elementar do sexo feminino do 2º Distrito da Capital
	01 Escola Elementar do sexo feminino em Rosário
	01 Escola Elementar do sexo feminino em Vila Miranda
	01 Escola Elementar do sexo feminino em Corumbá
	01 Escola Elementar do sexo feminino Povoação de Mimoso
Total	10 escolas

Encontramos as escolas femininas em funcionamento no ano de 1902: uma 1ª Escola Complementar do sexo feminino na Capital e uma 1ª Escola Elementar do sexo feminino na Capital, 2ª e 3ª Escola Elementar do sexo feminino na Capital, 1ª e 2ª Escola Elementar do sexo feminino do 2º Distrito da Capital, uma Escola Elementar do sexo feminino em Rosário, Vila Miranda, Corumbá e Povoação de Mimoso.

Januário da Silva Rondon (1906) continuava a ser o Diretor da Instrução Pública mato-grossense. No relatório referente ao ano de 1905 relatou que o ensino teve dificuldades para a realização dos exames primários e secundários, momento no qual a "Capital se viu agitada com o movimento armado" e também, com a falta de preparo dos professores, "há alguns que pouca ou nenhuma aptidão tem demonstrado para o elevado cargo de preceptor da juventude". (RONDON, 1906, p. 3)

A Instrução Pública de Mato Grosso no ano de 1905, conforme demonstrado no Relatório da Instrução Pública de 10 de janeiro de 1906 emitido pelo mesmo relator, o ensino primário seguia organizado em elementar e complementar. Uma escola complementar para cada sexo na Capital e as escolas elementares nas cidades e vilas do interior. No interior do

estado, funcionavam escolas mistas. O número total de alunos atendidos era de 3928 nas escolas públicas do estado, com frequência de 3000 alunos. O relatório não fez referência ao número de alunos por sexo ou à quantidade de escolas femininas e masculinas de ensino primário em funcionamento.

Averiguamos que apesar das mudanças realizadas no Decreto nº 68 de 1896, com a Resolução 294 de 02 de abril de 1901 que abolia a divisão das escolas complementares e suplementares, no relatório comprovamos que as mudanças não foram colocadas em prática, pois as escolas em 1905 continuavam organizadas em elementares e suplementares.

Rondon (1906), relatou a dificuldade dos alunos em ingressar do ensino elementar para o complementar, pela falta de preparo suficiente, comprovado quando se submetiam a exames e não conseguiam aprovação.

O menino passa muitas vezes de curso elementar para o complementar sem preparo necessário e sem o discernimento suficiente para assimilar o que lê e as explicações que recebe do professor, resultando daí estacionar dois ou mais anos em um só curso ou ser apresentado a exame sem se achar convenientemente preparado, acontecendo muitas vezes ser aprovado e entrar para o curso secundário onde é certo o desastre por falta de necessário preparo. (RONDON, 1906, p. 2).

Rondon (1906, p. 2), ao sugerir mudanças na estrutura do ensino básico, propôs a criação de um curso médio entre os dois cursos existentes, elementar e complementar, o qual serviria para "preencher aquele duplo fim, estabelecendo-se três anos para o curso elementar, um para o médio e dois para o complementar". Recomendou ainda que a criança entrasse para a escola aos seis anos de idade, aos nove concluiria o curso elementar, aos dez o "médio" que estava propondo, e aos doze terminaria o complementar, o que permitiria que o estudante fosse "preparado não só para se matricular no curso secundário aos doze anos, que é a idade mínima regulamentar, como para atender as necessidades da vida social".

O ensino secundário no Liceu Cuiabano, para Rondon (1906), encontrava-se em conformidade com o plano de estudos do Regulamento do Ginásio Nacional e funcionou com bons resultados, configurado com um curso de preparatório com a finalidade de preparar os jovens para ingressar em uma universidade ou prepara-lo para vida prática, assim como ter condições de escolher uma "carreira".

"necessária cultura intelectual para a vida prática, como também o necessário preparo para cursar qualquer das academias da República e nestas condições deve necessariamente um curso geral onde se estudem todas as disciplinas de que se pode utilizar para aquele duplo fim. Entre essas disciplinas, algumas

se tronam necessárias conforme a carreira que o estudante abraça, todas, porém, são úteis, seja qual for a carreira”. (RONDON, 1906, p. 5).

Rondon (1906) não menciona no relatório o Curso Normal no Liceu Cuiabano. Mas, que estiveram matriculados nesta escola de ensino secundário 61 alunos, não fazendo distinção entre masculino e feminino.

No ano de 1907, conforme o relatório da Instrução Pública de 22 de abril de 1908, de Estevão Alves Corrêa, as escolas continuavam organizadas em elementar e complementar, existindo escolas de uma e de outra categoria na Capital e cidades principais do Estado.

Nas vilas e freguesias o ensino era ministrado em escolas distintas para cada sexo e em mistas nas demais localidades de inferior categoria. O relatório citou 85 escolas públicas primárias em todo o Estado com 1692 matrículas em escolas do sexo masculino e 1736 matrículas nas escolas do sexo feminino, totalizando 3428 crianças matriculadas.

Interessante ressaltar que para Corrêa, as escolas públicas mato-grossenses continuavam recebendo cada vez mais alunos, com frequência em quase todas as escolas, "provando dessa maneira a confiança que merece o professorado público da Capital dos seus pais de família", a satisfação da comunidade promove a solicitação de abertura de novas escolas. (CORRÊA, 1908, p. 3). Foi o primeiro Diretor ou presidente que identificamos a defender a escola pública e que ressaltasse a confiança no professorado.

Em relação ao Liceu Cuiabano, único estabelecimento do ensino secundário, Corrêa (1908) mencionou que haviam 77 alunos matriculados, mas não os distinguiu em relação ao sexo. Notamos o contínuo crescimento da matrícula dos alunos no ensino secundário de ano para ano, apesar das mudanças de regulamentos e da falta de recursos que a Instrução Pública mato-grossense tem enfrentado, muito embora, ainda fossem muito poucos os estudantes que eram atendidos.

Foram constatadas 08 escolas femininas nos quadros e mapas anexo ao relatório da Instrução Pública de 1907.

Quadro 24: Escolas do sexo feminino de 1907

Ano	Escolas
	1ª Escola Complementar feminina 1º Distrito da Capital
	Escola complementar do sexo feminino do 2º Distrito da Capital
	2ª Escola Elementar feminina 1º Distrito da Capital

1907	3ª Escola elementar do sexo feminino do 1º Distrito da Capital
	Escola elementar do sexo feminino da Vila do Livramento
	1ª Escola elementar do sexo feminino da Vila do Diamantino
	1ª Escola elementar do sexo feminino da Cidade de Corumbá
	Escola elementar do sexo feminino da Cidade de Poconé
Total	08 escolas

As escolas femininas encontravam-se distribuídas, conforme o relatório da Instrução Pública de 22 de abril de 1908, referente ao ano de 1907, no estado de Mato Grosso: uma 1ª Escola Complementar feminina no 1º Distrito da Capital e no 2º Distrito da Capital, uma 2ª e 3ª Escola Elementar feminina no 1º Distrito na Capital, uma Escola elementar do sexo feminino da Vila do Livramento, uma 1ª Escola elementar do sexo feminino da Vila do Diamantino, uma 1ª Escola elementar do sexo feminino da Cidade de Corumbá e uma Escola elementar do sexo feminino da Cidade de Poconé.

Após um período sem grandes reformas da Instrução Pública Primária, a mensagem Presidencial do ano de 1907, pronunciada por Pedro Leite Osório, na ocasião vice-presidente do Estado de Mato Grosso, também enfatizou a decadência do ensino. Para ele, professores mal preparados e sem a indispensável vocação para o magistério, não satisfaziam as necessidades da capital e mencionou que a situação era mais grave ainda no interior do estado, nas palavras dele "já vem de longe essa decadência, que se acentuou mais nos últimos tempos, pela falta de pagamento, de vários meses, do salário dos professores". (OSÓRIO, 1907, p. 17). Essa negligência do poder público com a Instrução Pública foi revelada no relatório de 1907.

Criminosamente abandonada pela administração passada, que dela só se lembrava para colocar protegidos da política então dominante, protegidos, muitas vezes mais que incompetentes para regerem os cargos para os quais eram nomeados. Este abandono da instrução pública pelo governo passado, deu em resultado essa geral falta de cumprimento dos deveres por grande parte dos serventuários da instrução, aos quais nada se lhes podia exigir, porquanto nada se lhes dava. (CORRÊA FILHO, 1907, p. 1).

Podemos comprovar mais uma vez o abandono das políticas públicas para a educação no período em estudo, em Mato Grosso, nas quais havia marcadamente uma " falta de unidade de ponto de vista, um plano de educação, cujos resultados dependiam do seu integral desenvolvimento ". (LEITE, 1971, p. 109).

Males que vinham de outros tempos continuavam a rodear as escolas denunciados pelos diversos relatores já mencionados: falta de professores qualificados, descrédito da escola pública motivado pela ausência de investimentos do poder público, falta de infraestrutura adequada, entre outros fatores que determinaram o avanço quase nulo da Instrução Pública mato-grossense nesses primeiros anos da República, no recorte temporal de nosso estudo.

No relatório da Instrução Pública de 05 de abril de 1909, referente ao ano de 1908, constava que a instrução primária continuava com dois cursos: elementar e o complementar. O curso elementar era ministrado em escolas distintas para ambos os sexos, na Capital, cidades e Vilas e em escolas mistas nas freguesias e povoações. (CORRÊA, 1909).

O curso complementar funcionava na Capital, nas cidades de Poconé e Corumbá. Era ministrado em escolas distintas para ambos os sexos: uma escola complementar feminina e uma escola complementar masculina.

Em relação a matrícula e frequência dos alunos, comprovamos um aumento significativo em relação aos anos anteriores: 1732 matrículas de alunos do sexo masculino e 1813 matrículas para o sexo feminino. Podemos identificar as escolas femininas no quadro abaixo.

Quadro 25: Escolas do sexo feminino de 1908

Ano	Escolas
1908	1ª Escola Complementar feminina 1º Distrito da Capital
	1ª Escola Elementar feminina 1º Distrito da Capital
	2ª Escola Elementar feminina 1º Distrito da Capital
	3ª Escola Elementar feminina 1º Distrito da Capital
	4ª Escola Elementar feminina 1º Distrito da Capital
	1ª Escola Complementar feminina do 2º Distrito da Capital
	1ª Escola Elementar feminina do 2º Distrito da Capital
	2ª Escola Elementar feminina do 2º Distrito da Capital
	1ª Escola Elementar feminina em Rosário
	1ª Escola Elementar feminina em Vila Miranda
	1ª Escola Elementar feminina em Corumbá
	1ª Escola Elementar feminina de Poconé

	1ª Escola Elementar feminina de Cáceres
	1ª Escola Elementar feminina de Sant' Ana de Paranayba
	1ª Escola Elementar feminina de Cidade de Mato Grosso
	1ª Escola Elementar feminina de Poconé de Vila Livramento
	1ª Escola Elementar feminina de Vila Melgaço
	1ª Escola Elementar feminina de Santo Antônio do Rio Abaixo
	1ª Escola Elementar feminina de Vila Diamantino
	1ª Escola Elementar feminina de Vila Nioac
Total	20 escolas

Constatamos um aumento considerável de escolas femininas em funcionamento no ano de 1908 em relação ao ano de 1907, passando de 8 para 20 escolas femininas elementares e complementares.

Já no relatório da Instrução Pública de 27 de março de 1911, referente ao ano de 1910, constatamos o total de 79 escolas, 22 escolas do sexo masculino, 17 do sexo feminino e 39 escolas mistas. (CORRÊA, 1911).

Quadro 26: Escolas e alunos no ano de 1910

Classificação das escolas	Quantidade de escolas	Matriculas	Alunos frequentes
Masculinas	22	1716	1266
Femininas	18	991	794
Mistas	39	-	-
Total	79	2707	2060

Nas 79 escolas em funcionamento estavam matriculados 2707 alunos, os quais 2060 frequentavam as escolas regularmente. No relatório de Corrêa (1911), vê-se que há diminuição das escolas femininas e aumento das escolas mistas. Provavelmente isso se deveu ao movimento da co-educação no qual “emergiu do debate da universalização e democratização do ensino”, um meio de expandir as escolas com o propósito que todas as crianças pudessem frequentar o ensino básico, aliado a economia de recursos destinados às escolas. (SÁ; SIQUEIRA, 2006, p. 108).

Com Almeida (2014, p. 116) verificamos que a co-educação se inspirava nas metodologias das escolas protestantes, onde a educação de meninos e meninas era realizada

em um mesmo espaço, juntos, “para poderem construir futuramente um destino comum”. Era adequado para o Estado, para os pais e para os alunos, uma educação com costumes e atitudes que pudesse produzir uma boa convivência entre os homens e as mulheres.

Com a proximidade da República e a disseminação de ideais igualitários, o velho conceito de mundos separados para os dois sexos ainda vigorava no panorama educacional. Os defensores da educação pública insistiam na aplicação do regime coeducativo por meio das classes mistas nas escolas primárias, secundárias e normais, apontando-lhe os méritos e as conveniências. (ALMEIDA, 2014, p. 116).

Findando nosso período de estudo, no relatório de 1911 relatando os acontecimentos do ano de 1910, encontravam-se em funcionamento 18 escolas femininas no estado, mas os quadros e mapas anexos ao relatório foram identificadas 17 escolas, conforme demonstrado no quadro nº 27. (CORRÊA, 1910).

Quadro 27: Escolas do sexo feminino de 1910

Ano	Escolas
1910	1ª Escola do sexo feminino 1º Distrito da Capital
	1ª Escola sexo feminino da Freguesia de Várzea Grande
	1ª Escola sexo feminino de Vila Coxim
	1ª Escola sexo feminino de Vila Rosário
	1ª Escola sexo feminino de Vila Miranda
	1ª Escola sexo feminino de Corumbá
	2ª Escola sexo feminino de Corumbá
	1ª Escola do sexo feminino de Poconé
	2ª Escola do sexo feminino de Poconé
	1ª Escola sexo feminino de Cáceres
	1ª Escola sexo feminino de Sant' Ana de Paranayba
	1ª Escola sexo feminino de Vila Bela Vista
	1ª Escola sexo feminino de Vila Livramento
	1ª Escola sexo feminino de Vila Aquidauana
	1ª Escola do sexo feminino de Santo Antônio do Rio Abaixo
	1ª Escola sexo feminino de Vila Diamantino

	1ª Escola sexo feminino de Vila Nioac
Total	17 escolas

As escolas femininas foram distribuídas na Capital, em cidades e vilas: uma 1ª Escola do sexo feminino no 1º Distrito da Capital, uma 1ª Escola sexo feminino da Freguesia de Várzea Grande, uma 1ª Escola sexo feminino em Vila Coxim, uma 1ª Escola sexo feminino em Vila Rosário, uma 1ª Escola sexo feminino em Vila Miranda, uma 1ª e 2ª Escola sexo feminino em Corumbá, uma 1ª e 2ª Escola do sexo feminino em Poconé, uma 1ª Escola sexo feminino em Cáceres, uma 1ª Escola sexo feminino em Sant'Ana de Paranayba, uma 1ª Escola sexo feminino em Vila Bela Vista, uma 1ª Escola sexo feminino em Vila Livramento, uma 1ª Escola sexo feminino em Vila Aquidauana, uma 1ª Escola do sexo feminino em Santo Antônio do Rio Abaixo, uma 1ª Escola sexo feminino em Vila Diamantino e uma 1ª Escola sexo feminino na Vila Nioac.

No quadro nº 28 demonstraremos a quantidade de meninas e meninos que frequentaram o Ensino Primário, conforme os relatórios da Instrução Pública do período analisado, 1889 a 1910.

Quadro 28: Formação de meninas e meninos do Ensino Primário

Ano	Femininas	Masculinas
1889	516	963
1893	236	221
1896	545	1036
1897	702	1003
1899	553	1255
1910	991	1716
Total	3543	6194

Examinamos que ao longo dos anos, as escolas femininas alcançaram um crescimento considerável, e atenderam ao todo com a formação de 3543 meninas no ensino primário, e nas escolas do sexo masculino 6194 meninos, notoriamente se observa, que o número de meninos atendidos pelo ensino primário era bem maior que o número de meninas, constatando que o ingresso das mulheres na educação se fazia de maneira desigual e precária no estado mato-grossense.

Segundo Fúlvia Rosemberg (2013, p. 334) ressaltou que o índice de analfabetismo das mulheres “eram em vários pontos percentuais maiores que os dos homens”, perpassando um espaço onde a educação das meninas deveria ser mais limitada que a educação dos meninos.

Conforme Louro 2015 “compreender a educação das meninas e dos meninos como processo únicos”, infringiria em simplificar a educação distinta para homens e mulheres com propostas educativas diferenciadas para ambos os sexos. (LOURO, 2015, p. 444).

Em 1910, último ano do estudo, já havia um decréscimo das escolas femininas e a oferta de maior número de escolas mistas, como viria a se tornar comum nos anos seguintes.

A partir de 1910, a situação da Instrução Pública sofreria significativa mudança. Pedro Celestino Corrêa da Costa, Vice-Presidente em exercício do Estado de Mato – Grosso, promulgaria os Decretos de nº 265 de 22 de outubro e o Decreto nº 266 de 3 de dezembro de 1910 que regulamentou a Instrução Pública Primária do Estado, que entraria em vigor no ano de 1911. "Com o intuito de modernizar o sistema escolar, para atender as metas do governo, realiza uma reforma no ensino primário". Porém, no estado de Mato Grosso a instalação dos grupos escolares se realizou gradualmente a partir do ano de 1911. (OLIVEIRA, 2007, p. 4).

O Decreto de nº 265 de 22 de outubro de 1910 reorganizou o ensino primário estadual em conformidade com os princípios básicos estabelecidos na mesma Lei, e o Decreto nº 266 de 3 de dezembro de 1910 criou na Capital, uma escola Normal destinada a ministrar um curso pedagógico, teórico e prático, para o ensino profissional necessário as pessoas de ambos os sexos que se propusessem exercer o magistério primário. O Decreto abrangeu ainda reforma dos moldes que eram concebidos o Liceu Cuiabano e o Conselho Superior da Instrução Pública, bem como os atos da Diretoria Geral da Instrução Pública na elaboração e expedição do regimento interno e dos programas de ensino para os grupos escolares e as escolas isoladas regimentadas no Regulamento de 1910. (CORRÊA FILHO, 2002).

As reformas republicanas na Instrução Pública de Mato Grosso se pautaram na educação dos "países civilizados" que era difundida em todos os estados brasileiros e levaram em conta as experiências acumuladas do Império. "Não obstante, negando a continuidade que lhe era intrínseca, buscaram romper com o passado imperial, erigindo as iniciativas republicanas como símbolo de modernização e progresso, contrapondo-se ao atraso das instituições e dos regimes monárquicos". (SOUZA, 2004, p, 112).

Assinalamos que embora não tenhamos conseguido destacar todas as diferentes mudanças a que estiveram sujeitas as instituições escolares femininas em Mato Grosso, pensamos ter composto, a luz dos documentos que puderam ser encontrados, um mapeamento

dessas instituições que pode permitir a compreensão da localização e a que fins se destinavam as escolas femininas mato-grossenses.

CONSIDERAÇÕES

...mover-se ao ritmo do espaço-tempo-cuiabano que acompanhou e acompanha o movimento dos seus rios, córregos e cachoeiras na longa caminhada em direção aos agitados oceanos, tendo sempre na mira: preservar, sonhar, esperar. Assim comportando-se, o processo de modernização continuou instalando-se de forma quase que, diria, macunaímica, ao som dos animais, no movimento do balançar das redes e ao sabor dos pacus, dos pequis e dos cajú. (BORGES, 2005, p. 386).

Um presságio. Chegamos. Movendo-nos no percurso de nossa escrita no "ritmo do espaço-tempo-cuiabano", acompanhando o "movimento" dos rios cuiabanos. Ora rios serenos, calmos e tranquilos, ora turbilhão de agito de águas borbulhantes.

"Entre Agulhas e Prendas Domésticas: Educação das Mulheres em Mato Grosso (1889-1910)", título desta dissertação, direcionou-nos para temática que abordamos: história da educação feminina, das escolas que se voltaram para a escolarização das mulheres mato-grossenses. Aos poucos fomos mapeando essas escolas.

Partimos da Reforma Souza Bandeira principiada no ano no qual seria proclamada a República brasileira. Essa reforma ocorreu em um momento significativo da história brasileira e mato-grossense, bastante coesa com a realidade do momento no qual os princípios republicanos já despontavam. Daquela reforma derivariam as demais nos anos que se seguiriam.

Concluímos com a certeza do alcance de nosso objetivo que era configurar o percurso histórico da organização da Educação Feminina em Mato Grosso, no início da República, 1889 a 1910, período no qual as reformas da Instrução Pública ocorreram em grande número. Comprovamos a formação e organização dos processos de escolarização ofertados às mulheres e mapeamos as escolas de formação feminina existentes no estado mato-grossense.

Averiguamos que a reforma Souza Bandeira não alcançou os fins a que se propôs, uma vez que poucos meses depois a República foi proclamada. As reformas educativas foram eleitas pelos republicanos como forma de propagar seus ideais. Cabia, portanto, a elaboração de novas propostas educativas que se diferenciasssem das que foram implantadas no Império. Com isso, mesmo inovador, o Regulamento Souza Bandeira precisou ser relegado ao esquecimento.

A intencionalidade das reformas promovidas pelo Decreto nº 10 de 1891 intentava difundir a educação para todos, estabelecendo uma organização do ensino primário e secundário de caráter laico, gratuito e público, com escolas em diversas localidades do Estado

e o secundário no Liceu da Capital, contudo, ao não se desvencilhar das normas do Regulamento de Sousa Bandeira e por ser desconhecido da população, também não alcançou a reforma da Instrução Pública mato-grossense.

O Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896 organizou o ensino primário em escolas elementares e complementares e estabeleceu um programa de ensino diversificado a partir do método de ensino intuitivo, que constava na execução de um programa de ensino para o desenvolvimento de um perfil prático de conteúdos para o ensino da criança.

O Regulamento do Ensino Primário de 1889, o Decreto nº 10 de 1891, bem como o Decreto nº 68 de 1896, estabeleceram normas para a educação feminina, mas perpetuaram o que já estava posto anteriormente: as meninas poderiam frequentar as escolas femininas, contudo, o ensino a elas ministrado seguiria o programa de disciplinas proposto para a educação pelos regulamentos.

No ensino primário, as mulheres aprenderiam as primeiras letras, ler, escrever e os conteúdos matemáticos, incluindo sistema métrico decimal, acrescido de trabalho de agulhas e prendas domésticas. No ensino secundário as aulas do Liceu Cuiabano, única escola secundária no período, eram para ambos os sexos e ofertava o Curso Normal e Preparatório.

Podemos inferir que a educação das mulheres, proporcionava à mulher uma habilitação que as levasse a responsabilizar pelo espaço familiar. A educação feminina era ofertada em poucas escolas e tratava de perpetuar a concepção de que a mulher era responsável pela vida doméstica, pela manutenção dos valores tradicionais da boa família, dos bons costumes e da moral.

Na análise da documentação coletada foi possível evidenciar, entre os anos de 1889 a 1910, a existência de 07 escolas femininas no ano de 1889. Ao logo dos anos de 1890, 1891 e 1892, foram acrescentadas mais 03 escolas, totalizando 10 escolas em funcionamento em cada um desses anos. Em 1893 eram 12 escolas. Em 1894 há um decréscimo para 10 escolas novamente para aumentar no ano de 1896, outra vez para 12 escolas. Em 1897 eram 13 escolas. Em 1899 eram 15 escolas. Em 1902 passaram a ser novamente 10 escolas. Em 1907 identificamos apenas 8 escolas. Em 1908 funcionou o maior número de escolas: 20 escolas femininas. Em 1910, último ano de nossa investigação haviam 17 escolas femininas em funcionamento no Estado.

Comprovamos que o número de escolas para meninas era bem menor do que o de escolas para a educação dos meninos, o que de certo modo demonstra descaso do governo para com a educação feminina, muito embora a exclusão da mulher dos processos de escolarização no período também se dava por outros motivos, a exemplo, a permissão ou não

de seus pais para que frequentassem as escolas, bem como a pouca importância dada pelas famílias à educação das moças mais pobres, que deveriam ser mobilizadas para o casamento.

Levando em consideração as perguntas da nossa pesquisa, cabe-nos apontar que a organização da educação feminina mato-grossense foi marcada por uma escolarização que perpetuava um conjunto de valores voltados para princípios como a submissão da mulher aos pais, maridos e familiares, atribuindo-lhe a missão de cuidadora da família, do lar, da infância.

Na escolarização das mulheres cabia uma educação voltada para um ideal de mulher. Uma educação com instrução voltada para as particularidades, com características próprias e com intenções diferentes da educação de meninos, justificando a criação de escola para meninos e escola para meninas.

Comprovamos a relevância do estudo, pois nos permitiu evidenciar a organização das escolas femininas mato-grossense, no período de 1889 a 1910. Verificamos que poucos são os estudos realizados a respeito e pensamos que podemos contribuir para a abertura de novas frentes de pesquisas, pois a temática não se exaure, ao contrário, amplia-se continuamente. Podemos, a exemplo, levantar os seguintes questionamentos que caberiam a outras e outros pesquisar: quem eram as meninas que frequentavam as escolas femininas? Quais e quem foram as primeiras professoras mato-grossenses? Como a igreja mato-grossense reagiu com as reformas educacionais nos primórdios da República? Quem foi Souza Bandeira na história da educação brasileira? Como se configurava o espaço escolar feminino?

Por fim, torna-se evidente que conhecer a História da Educação das Mulheres mato-grossenses, ampliou nosso conhecimento em relação às escolas e sua organização no estado de Mato Grosso. É perceptível que apesar dos esforços em prol de uma educação para todas e todos, a Instrução Pública mato-grossense se fazia penosamente em meio às inúmeras dificuldades geográficas, políticas e econômicas do período.

FONTES E REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo. UNESP. 1998.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. SAVIANI, Dermeval; et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2ª Edição Revisada e ampliada. Autores Associados. Campinas, SP. p. 59; 94. 2004.

ALMEIDA, Jane Soares de. Meninos e Meninas estudando juntos: os debates sobre as classes mistas nas Escolas Brasileiras: (1890/1930). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 58, p. 115-123, set2014 – ISSN: 1676-2584. Disponível:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/issue/view/691/showToc>> Acesso: out./2017.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 7. ed. Petrópolis, RJ. Vozes. 2010.

BDTD. **Biblioteca Digital de Tese e Dissertações**. Disponível em:< <http://bdttd.ibict.br/> >. Acesso em: 20 ago. 2016.

BERNARDES, Elizabeth Lannes. **Mulheres Cuiabanas na Primeira República**. 1996. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Educação. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT e Biblioteca Setorial IE/UFMT. Cuiabá, Mato Grosso. 1996.

BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929- 1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Prefácio Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira Lília Moritz Schwarcz. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. PERARO, Maria Adenir. **Mulheres e Famílias no Brasil**. Editora Carlini & Caniato. Cuiabá – MT, 2005.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Esperando o trem: sonhos e esperanças de Cuiabá**. Scortecci. São Paulo – SP, 2005.

BRASIL. Fundação CAPES. Ministério da Educação. **Banco de Teses**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2164>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Questões de Ensino**. In. Monografias Cuiabanas. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 2002.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Monografias Cuiabanas**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002.

DEL PRIORI, Mary. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 78-114.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Munis. Ed.: 2ª. Editorial Presença: Lisboa, Portugal, 1989.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. II Volume. Rio de Janeiro, 1957. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>> Acesso: 20/07/2016.

FERREIRA, N. V. C.; BARROS, J. A. **Instrução pública no início da República: Mato Grosso e Minas Gerais no fim do século XIX e início do século XX (1889-1906)**. Revista Eletrônica Documento/Monumento, v. 15, p. 156-181, 2015.

FERREIRA, N. V. C. **Ensino Profissionalizante: Economia Rural Doméstica em Uberaba (MG) – 1953-1962**. VII Congresso Brasileiro da História da Educação. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. 2013. <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/>> Acesso: 07/01/2018.

FRANCO, Gilmar, Y. **A construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Correa Filho – 1920 – 1940**. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Grande Dourados. Dourados. 2007.

GINZBURG, Carlo. **Sinais, raízes de um paradigma indiciário**. In: Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Evolução da divisão territorial do Brasil – 1872 a 2010** – Rio de Janeiro. 2011. <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm> Acesso: 20/11/2016.

LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso**. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1971.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Editora da UNICAMP. Campinas. São Paulo. 1990.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres**. UFRGS, RS, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. Carla Bassanezi (Coord. de textos) 9. ed. São Paulo. Contexto, p. 443- 481, 2015.

LOPES, Ivone Goulart. **Asilo Santa Rita de Cuiabá: Releitura da Práxis Educativa Feminina Católica (1890-1930)**. 198 f. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Educação. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT e Biblioteca Setorial IE/UFMT. Cuiabá, Mato Grosso. 2002.

MATTOS, Sandra Jung. FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Mato Grosso: Instrução da mulher republicana. **História da Educação e Ensino nas regiões Centro-oeste e Norte do Brasil**. Sujeitos e Saberes: entre instituições educativas e suas práticas. In. FERREIRA, Nilce Viera Campos. FRANCO, Neil. RIBEIRO, Renilson Rosa. (org.). Cuiabá: EDUFMT, p. 148-156. 2018.

MARCÍLIO, Humberto. **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Estado, 1963.

MENDONÇA, Rubens. **Evolução do Ensino em Mato Grosso**. Academia Mato-grossense de Letras. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, MT. 1977.

MENDONÇA, Rubens. **História de Mato Grosso**. Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso. 4ª Edição. Cuiabá, MT. 1982.

NETO, Wenceslau Gonçalves. CARVALHO, Carlos Henrique. (Orgs.). **O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república**. Campinas. SP: Editora Alínea, p. 23-42. 2012.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Carlos Edinei. **Das Escolas Reunidas ao Grupo Escolar de Tangará da Serra: A Educação em Mato Grosso em Região de Colonização Recente – 1968 – 1975**. VII Jornada do HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil. 2007. <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/03trab-gt-gt3.htm> Acesso: 15/01/2018.

OLIVEIRA, Carlos Edinei. **Migração e escolarização: História de Instituições Escolares de Tangará da Serra Mato Grosso Brasil (1964 – 1976)**. 335 f. 2009. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. 2009. <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13610/1/carlos.pdf> > Acesso: 07/02/2018.

OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita de. **Educação, maternidade e progresso: uma análise sobre a educação das mulheres entre 1870 e 1910**. 174 f. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-graduação em Educação. Biblioteca Depositária: Undefined Campinas, SP. 1995.

PAIÃO, Ilza Dias. **Professoras de Pena, Papel e Tinta: trabalho feminino entre representações e práticas de gênero em Mato Grosso (1870-1892)**. 190 f. 2006. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Educação. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT e Biblioteca Setorial IE/UFMT. Cuiabá, Mato Grosso. 2006.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Tema, 2006.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução: Angela M. S. Correa. 2ª Ed. São Paulo. Contexto, 2015.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/515896> Acesso: 05/10/2017.

PINHEIRO, Rossana Kess Brito de Souza. **Mãe-esposa e professora: educadoras no final do Século XIX**. 219 f. 2009. Doutorado em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Educação. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Zila Mamede (UFRN), Rio Grande do Norte. 2009.

RODRIGUES, Maria Benício. **Estado – Educação escola – Povo: a reforma mato-grossense de 1910**. Cuiabá. EdUFMT, 2009.

ROMANELLI, Otaiza Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8ª Edição. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 1986.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKI, Carla Bassaneze, PEDRO, Joana Maria. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 333-359. 2013.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. SÁ, Nicanor Palhares. **A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930)**. In: SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (Orgs.). Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república. Cuiabá: EDUFMT, p. 29-53. 2011.

SÁ, Nicanor Palhares. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Co-educação, gênero e direitos civis. In SÁ, Nicanor Palhares. SÁ, Elizabeth Figueiredo, REIS, Rosinete Maria dos. (orgs.). **Instantes e Memórias**. Cuiabá: INEP/EDUFMT, p. 108-123. 2006.

SALES, Tatiane da Silva. **Brechas para emancipação: usos da Instrução e educação feminina em São Luís na primeira República**. 152 f. 2010. Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História. Biblioteca Depositária: BIA. Bahia. 2010.

SAVIANI, Dermeval: et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2ª Edição Revisada e ampliada. Autores Associados. Campinas, SP. 2004.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKI, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 218-237. 2013.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. Carla Bassanezi (Coord. de textos). 9. ed. São Paulo. Contexto, Contexto, p. 362-400. 2015.

SOUZA, Cleicinea Oliveira de. **Entre o evangelho e o ensino rural**: Educação feminina no Instituto Nossa Senhora do Carvalho no Vale do Guaporé (Guajará-mirim/MT/RO 1933-1976). 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Educação, Mato Grosso. 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval. ALMEIDA, Jane Soares de SOUZA, Rosa Fátima de. VALDEMARIN, Vera Teresa. (Orgs.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, p. 109-151, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origem dos grupos escolares no Brasil. In. SOUZA, Rosa Fátima de. VALDEMARIN, Vera Teresa. ALMEIDA, Jane Soares de. (Orgs.). **O legado educacional do século XIX**. Araraquara, SP. UNESP. Faculdade de Ciências e Letras, p. 19-62. 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. Editora Ática. São Paulo. 2007.

VERISSIMO, José. **A Educação Nacional**. 3ª Edição. Editora Mercado Aberto: Porto Alegre, 1985.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas. SP: Autores Associados, 2005.

FONTES DOCUMENTAIS

Decretos

MATTO GROSSO. **Regulamento do Ensino Primário da Província de Matto Grosso**. Cuyabá, 7 de junho de 1889. APMT – Livro de Leis e Decretos – 1889.

MATTO GROSSO. **Regimento Interno do Conselho Superior da Instrução Pública da Província de Mato Grosso**. Cuyabá, 31 de março de 1889. APMT – Livro de Leis e Decretos – 1889.

MATO GROSSO. Governo. **Decreto nº 10 de 07 de novembro de 1891**. APMT – Livro de Leis e Decretos – 1891.

MATO GROSSO. Governo. **Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896**. APMT – Livro de Leis e Decretos – 1896.

Jornais

MATTO-GROSSO. Carambolas. **A Gazeta**. Anno I, Edição nº 38, p. 2. 16 junho. Cuyabá, 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=765406&pasta=ano%20188&pesq=souza%20bandeira>> Acesso em: 06/07/2016.

MENEZES, José Honório Bezerra de. Faculdade de Direito. **Diário de Pernambuco**, Recife, Pernambuco. 4 de março de 1874. Ano L. Número 50, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/9891> Acesso em: 05/01/2018.

BANDEIRA, Antônio Herculano de Souza Filho. Secretaria de Fazenda de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**. Recife, Pernambuco. 24 de julho de 1876, 2ª secção. Edição 00166, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/15608> Acesso em: 05/01/2018.

Rio de Janeiro. Notícias do Sul do Império. **Diário de Pernambuco**. Recife, Pernambuco. 27 de dezembro de 1876. Edição 00295, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/16638> Acesso em: 05/01/2018.

Leis

BRASIL. **Decreto-lei nº 311, de 2 de março de 1938**. Dispões sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 2, p. 147-154, abr. 1939. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: jul. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar de 31 de outubro de 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp31.htm> Acesso em: 20/03/2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 41 de 22 de dezembro de 1981**. Cria o Estado de Rondônia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp41.htm> Acesso em: 20/03/2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm> Acesso: out. 2017.

MATO GROSSO. **Constituição do Estado de Mato Grosso, de 15 de agosto de 1891**. APMT. Cuiabá. Mato Grosso. 1891.

Mensagens Presidenciais

BARROS, Antônio Paes. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 03 de março de 1904. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 10/07/2016.

BARROS, Antônio Paes. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 04 de março de 1905. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 10/07/2016.

BARROS, Antônio Pedro Alves de. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 01 de fevereiro de 1900. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 08/07/2016.

BARROS, Antônio Pedro Alves de. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 02 de fevereiro de 1901. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 08/07/2016.

BARROS, Antônio Pedro Alves de. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 03 de fevereiro de 1902. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 08/07/2016.

BARROS, Antônio Pedro Alves de. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 10 de janeiro de 1903. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 08/07/2016.

COSTA, Antônio Corrêa. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 01 de fevereiro de 1896. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 08/07/2016.

COSTA, Antônio Corrêa. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 01 de fevereiro de 1897. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 08/07/2016.

COSTA, Pedro Celestino da. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 13 de maio 1909. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 12/07/2016.

COSTA, Pedro Celestino da. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 13 de maio 1910. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 15/07/2016.

COSTA, Pedro Celestino da. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 13 de maio 1911. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 15/07/2016.

FIGUEIREDO, Antônio Cesário. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 01 de fevereiro de 1899. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 08/07/2016.

MURTINHO, Manoel José. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 13 de maio de 1893. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 08/07/2016.

MURTINHO, Manoel José. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 15 de maio de 1894. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 08/07/2016.

MURTINHO, Manoel José. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 13 de maio de 1895. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 08/07/2016.

OSÓRIO, Pedro Leite. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 06 de julho 1906. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 10/07/2016.

OSÓRIO, Pedro Leite. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 13 de maio 1907. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 12/07/2016.

PONCE, Generoso Paes Lemes de Souza. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 01 de junho de 1892. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 08/07/2016.

PONCE, Generoso P. L. de S. Ponce. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso para Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 13 de maio 1908. Cuiabá. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> Acesso: 12/07/2016.

Relatórios da Instrução Pública

CORRÊA, José Estevão. **Relatório da Instrução Pública apresentado ao Presidente Antônio Corrêa da Costa**. Matto Grosso, 02 de janeiro de 1897. APMT. 1897.

CORRÊA, José Estevão. **Relatório da Instrução Pública apresentado ao Presidente Antônio Corrêa da Costa**. Matto Grosso, 03 de janeiro de 1898. APMT. 1898.

CORRÊA, José Estevão. **Relatório da Instrução Pública apresentado ao Presidente Generoso Paes Lemes de Souza Ponce**. Matto Grosso, 21 de abril de 1908. APMT. 1908.

CORRÊA, Estevão Alves. **Relatório da Instrução Pública apresentado ao Presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa**. Matto Grosso, 05 de abril de 1909. APMT. 1909.

CORRÊA, Estevão Alves. **Relatório da Instrução Pública apresentado ao Presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa**. Matto Grosso, 27 de março de 1911. APMT. 1911.

GARDÉS, João Pedro. **Relatório da Instrução Pública apresentado ao Presidente Manoel José Murtinho**. Matto Grosso, 30 de agosto de 1892. APMT. 1892.

MENDES, Joaquim Pereira Ferreira. **Relatório da Instrução Pública apresentado ao Presidente Manoel José Murtinho**. Matto Grosso, 22 de abril de 1893. APMT. 1893.

MENDES, Joaquim Pereira Ferreira. **Relatório da Instrução Pública apresentado ao Presidente Manoel José Murtinho.** Matto Grosso, 09 de março de 1895. APMT. 1895.

RONDON, Januário da Silva Rondon. **Relatório da Instrução Pública apresentado ao Presidente Antônio Pedro Alves de Barros.** Matto Grosso, 30 de dezembro de 1899. APMT. 1899.

RONDON, Januário da Silva Rondon. **Relatório da Instrução Pública apresentado ao Presidente Antônio Pedro Alves de Barros.** Matto Grosso, 15 de dezembro de 1902. APMT. 1902.

RONDON, Januário da Silva Rondon. **Relatório da Instrução Pública apresentado ao Presidente Antônio Paes de Barros.** Matto Grosso, 10 de janeiro de 1906. APMT. 1906.

VIEIRA, Alfredo José Vieira. **Relatório da Instrução Pública apresentado ao Presidente Antônio Herculano de Souza Bandeira.** Matto Grosso, 06 de junho de 1889. APMT. 1889.

Documentos Nacionais

DANTAS, Rodolpho Epiphany de Souza. **Relatório do Ministério dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro. Typographia Nacional, p. 2, 36, 53. 1882. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720968/10777>> Acesso em 10/01/2018.

MELLO, Homem de. **Relatório do Ministério dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Sétima Legislatura.** Rio de Janeiro. Typographia Nacional, p. 59. Rio de Janeiro. 1880. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720968/15627>> Acesso em 05/01/2018.

VELLOSO, Pedro Leão. **Relatório do Ministério dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro. Typographia Nacional, p. 65. 1883. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720968/16942>> Acesso em 10/01/2018.

Sites

<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/>

<http://www.crl.edu/>

<http://bdtd.ibict.br/>

<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2164>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Corografia>

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm